



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SILVANA VIEDA HERMES

SÃO LOURENÇO DO OESTE: UM OLHAR SOBRE SUA COLONIZAÇÃO

**CHAPECÓ
2025**

SILVANA VIEDA HERMES

SÃO LOURENÇO DO OESTE: UM OLHAR SOBRE SUA COLONIZAÇÃO

São Lourenço do Oeste: a look at its colonization

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Radin.

CHAPECÓ

2025

[ficha catalográfica]

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hermes, Silvana Vieda
São Lourenço do Oeste, um olhar sobre sua
colonização. / Silvana Vieda Hermes. -- 2025.
108 f.:il.

Orientador: Professor Doutor José Carlos Radin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa
de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2025.

1. Nos limites do contestado - Diferentes cenários. 2. A Empresa
colonizadora Saudades e a migração. 3. A colonização de São Lourenço do
Oeste. I. Radin, José Carlos, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos
pelo (a) autor (a).

SILVANA VIEDA HERMES

SÃO LOURENÇO DO OESTE: UM OLHAR SOBRE SUA COLONIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre
em História, defendido em banca examinadora em 28/11/2025
Aprovado em: 28/11/2025

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

JOSE CARLOS RADIN

Data: 19/01/2026 14:44:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. José Carlos Radin(PPGH/UFFS)
Orientador



Documento assinado digitalmente

ROSANE MARCIA NEUMANN

Data: 21/01/2026 16:47:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Rosane Marcia Neumann(UFRGS)
Membro Externo



Documento assinado digitalmente

ISABEL ROSA GRITTI

Data: 26/01/2026 21:45:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Isabel Rosa Gritti (UFFS)
Membro Interno

Chapecó/SC, novembro de 2025.

Dedico essa pesquisa à minha família, meu porto seguro,
aqueles que me ensinaram o verdadeiro significado do amor,
da união e da superação.
Minhas forças e minha maior motivação para continuar vêm de
você, cada palavra de incentivo e cada momento
compartilhado são inspirações para seguir em frente.
Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a todos que tornaram possível a realização deste trabalho. O caminho foi longo e desafiador, mas o apoio, incentivo e orientação que recebi foram inestimáveis. Agradeço a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para que o trabalho fosse concluído.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Carlos Radin, pela paciência, dedicação e orientação realizada com excelência. A sua expertise e conhecimento inestimável foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pela confiança em mim e pelos ensinamentos que me inspiraram a buscar sempre o melhor.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), pelos ensinamentos, orientações e debates enriquecedores que contribuíram para meu crescimento acadêmico.

À minha família, meus filhos e meu esposo, pelo amor, apoio, compreensão e incentivo durante todos os momentos desta jornada.

Aos meus amigos, pela parceria, palavras de incentivo que me motivaram a ir em frente. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, suas amizades foram essenciais na superação dos desafios e na celebração das conquistas.

Aos colegas do mestrado, pela troca de conhecimentos, apoio mútuo e companheirismo. As discussões, as trocas de experiências, os momentos de estudo em conjunto foram muito importantes, auxiliando no meu aprendizado.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, pela estrutura e recursos que me proporcionaram a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação trata do processo de colonização de São Lourenço do Oeste, no Oeste catarinense, inserido no contexto do Território Contestado, onde ocorreram disputas internacionais (Brasil-Argentina) e interestaduais (Paraná e Santa Catarina), cenário da Guerra do Contestado entre 1912 e 1916. O estudo contextualiza o movimento migratório de descendentes de alemães e italianos, a atuação da Colonizadora Saudades na comercialização de terras a partir de 1944 e os impactos culturais e socioeconômicos na formação do município, emancipado em 1958. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, utilizando acervos do CEOM, da Prefeitura, do Museu, da Biblioteca e da Câmara de Vereadores, entre outros. Estruturada em três capítulos, contempla as disputas do Território Contestado, a atuação da Colonizadora Saudades e a colonização de São Lourenço do Oeste, destacando as comunidades de São Caetano (1950) e Lageado Antunes (1953). Os resultados mostram que a Colonizadora Saudades implementou infraestrutura básica (escolas, capelas, estradas), atraindo migrantes do Rio Grande do Sul e, em menor proporção, do litoral de Santa Catarina. Tais migrantes foram ocupando o espaço das populações caboclas, e intensificaram a prática da agricultura, exploração da madeira, contribuíram para o surgimento das indústrias de alimentos e de móveis, entre outras. O processo de colonização proporcionou diversificação econômica mercantil, observando-se também a preservação de tradições culturais, às custas da exclusão dos grupos que já existiam, indicando a necessidade de pesquisas futuras sobre temas ainda pouco explorados.

Palavras-chave: Colonização. Migração. São Lourenço do Oeste.

ABSTRACT

This dissertation addresses the colonization process of São Lourenço do Oeste, in western Santa Catarina, within the context of the Contestado Territory, where international (Brazil-Argentina) and interstate (Paraná and Santa Catarina) disputes took place, the setting for the Contestado War between 1912 and 1916. The study contextualizes the migratory movement of descendants of Germans and Italians, the role of the Saudades Colonization Company in the commercialization of land from 1944 onwards, and the cultural and socioeconomic impacts on the formation of the municipality, which became independent in 1958. The research, with a qualitative approach, is based on bibliographic, documentary, and iconographic sources, using collections from CEOM, the City Hall, the Museum, the Library, and the City Council, among others. Structured in three chapters, this work addresses the disputes over the Contestado Territory, the actions of the Saudades Colonization Company, and the colonization of São Lourenço do Oeste, highlighting the communities of São Caetano (1950) and Lageado Antunes (1953). The results show that the Saudades Colonization Company implemented basic infrastructure (schools, chapels, roads), attracting migrants from Rio Grande do Sul and, to a lesser extent, from the coast of Santa Catarina. These migrants occupied the space of the caboclo populations and intensified agricultural practices, timber exploitation, and contributed to the emergence of food and furniture industries, among others. The colonization process provided economic diversification, while also preserving cultural traditions, at the cost of excluding existing groups, indicating the need for future research on topics that are still little explored.

Keywords: Colonization. Migration. São Lourenço do Oeste.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região Contestada e área de conflito	20
Figura 2 - Empresas de colonização no Oeste Catarinense	37
Figura 3 - Planta das terras da Fazenda Saudades	38
Figura 4 - Escritório da Colonizadora Saudades, 1955	43
Figura 5 - Comércio madeireiro, 1960	47
Figura 6 - Grupo de agrimensores de São Lourenço do Oeste, 1955	54
Figura 7 - Municípios entre os Rios Três Voltas e Rio Saudades	55
Figura 8 - São Lourenço do Oeste: Primeiras moradias, 1949	57
Figura 9 - Monjolo para esmagar grãos	62
Figura 10 - O uso do cavalo para locomoção e transporte	63
Figura 11 - São Lourenço do Oeste (SC)	66
Figura 12 - Comunidade de Lageado Antunes	74
Figura 13 - Serraria da comunidade, 1957/58	76
Figura 14 - Centro Cultural	78
Figura 15 - Comunidade de São Caetano	79
Figura 16 - Brasão do Gruppo Folclórico, 2003	81
Figura 17 - Gruppo Folklorístico San Gaitano	82
Figura 18 - Construção da Igreja Matriz, 1960	83
Figura 19 - Igreja e Centro Cultural da Comunidade, 2020	86
Figura 20 - Igreja da comunidade São Caetano, 2023	87
Figura 21 - Educandário Santa Maria Goretti, 1957	89
Figura 22 - Venda de bolachas e cucas caseiras em feiras, 1980	92
Figura 23 – Apicultura, 1980	93
Figura 24 - Arrebanhamento de suínos pela firma Libardoni, 1954/1955	97
Figura 25 - Construção do prédio comercial Libardoni, 1958	98
Figura 26 - Rebanho pronto para o transporte – 1960	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As nomenclaturas da empresa ao longo dos anos	45
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. NOS LIMITES DO CONTESTADO: DIFERENTES CENÁRIOS	17
1.1 FRONTEIRAS EM LITÍGIO	21
1.2 DISPUTAS ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	24
1.3 INOVAÇÃO E CONFLITO: O IMPACTO DA ESTRADA DE FERRO NA REGIÃO CONTESTADA	25
1.4 FRONTEIRA EM MOVIMENTO: A REOCUPAÇÃO DO OESTE	32
1.5 NA FRONTEIRA DO PROGRESSO: A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO	35
2 A EMPRESA COLONIZADORA SAUDADES E A MIGRAÇÃO	40
2.1 APROPRIAÇÃO DAS TERRAS E AS ESTRATÉGIAS DE VENDAS DA EMPRESA COLONIZADORA SAUDADES	40
2.2 ATUAÇÃO DA COLONIZADORA SAUDADES	44
2.3 A MIGRAÇÃO	51
2.4 QUEM ERAM OS COLONOS MIGRANTES	58
2.5 CABOCLOS E COLONOS MIGRANTES: CONEXÕES E CONTRASTES	59
3 A COLONIZAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE	64
3.1 DA VILA AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE	65
3.2 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES	71
3.2.1 Descendentes alemães na Comunidade Lageado Antunes	72
3.2.2 Descendência italiana na Comunidade São Caetano	79
3.3 OS MIGRANTES E A IGREJA	83
3.4 OS MIGRANTES E A ESCOLA	87
3.5 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca evidenciar como a colonização de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, foi resultado de múltiplos fluxos migratórios e da atuação de diferentes grupos sociais, cada um contribuindo para a história local. Ademais, objetiva compreender a atuação da Colonizadora Saudades, dando ênfase às estratégias utilizadas para a venda das terras e para a colonização de São Lourenço do Oeste. Com isso, se busca contribuir com a historiografia regional.

A formação territorial brasileira é permeada por diferentes conflitos, internacionais, nacionais e disputas regionais, deixando marcas profundas. Tais territórios foram sendo moldados, especialmente por processos migratórios, que fizeram emergir novas relações de poder e ações políticas, com profundas influências sociais, econômicas e políticas.

O trabalho tem como pano de fundo as terras do Território Contestado, na região Oeste do estado de Santa Catarina, terras às quais está localizado o Município de São Lourenço do Oeste. Destacando os litígios e contestações que envolveram definições de limites geográficos. Relembrando as lutas sociais e armadas pela posse da terra, tal como a Guerra do Contestado. Nesse contexto, também influenciando o processo de migração e colonização da grande região do Contestado, expandindo as fronteiras colonizadoras do estado de Santa Catarina.

Durante o processo de expansão colonizadora, destaca-se a colonização e a formação de São Lourenço do Oeste, município situado no oeste catarinense. Inicialmente ocupada por povos indígenas, caboclos, exploradores e tropeiros. No início do século XX, a região passou a receber colonos migrantes, descendentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul e do Litoral Catarinense. Desse modo, o território foi se remodelando com a chegada dos colonizadores, os quais mudaram as características locais da economia, por meio da agropecuária, extrativismo e, posteriormente, pela indústria alimentícia e moveleira, aliás, destaques econômicos do município na atualidade.

A denominação do município mudou ao longo do tempo, refletindo as diferentes fases históricas e grupos que ali se estabeleceram como Catanduva, Bracatinga e, finalmente, São Lourenço do Oeste. A atuação da colonizadora Saudades e de figuras como Arnaldo Mendes, sócio da empresa e um dos responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos durante o processo de colonização, contribuíram para a infraestrutura básica, como escolas, capela, hospital e estradas.

Em 1958 ocorreu a emancipação política do município, impulsionada pelo crescimento populacional e econômico, conduzido pelos colonos migrantes e suas organizações, nas comunidades locais.

Martins (2009) ao abordar a complexa dinâmica das fronteiras no Brasil, argumenta que essas fronteiras, sejam elas geográficas ou de espaços sociais e simbólicos, tornam-se espaços de conflitos, de indefinições e de violência, onde a “degradação do outro” torna-se algo normal e um processo fundamental para a formação da sociedade brasileira em seus diversos espaços. Acrescentando,

[...] a fronteira é, na verdade, ponto de limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é. (Martins, 2009, p. 10)

O autor supracitado explora a ideia de que a expansão da fronteira no Brasil envolveu a subjugação e a exploração de determinados grupos, levando a identidade nacional a ser construída através da negação e da marginalização do outro, a dominação e a lógica da acumulação capitalista, gerando novas formas de violência e desigualdades. Outrossim, o Oeste Catarinense, nosso recorte geográfico, foi escolhido para entendermos o processo colonizatório estabelecido, destacando a atuação das colonizadoras, as quais tiveram papel significativo na comercialização das terras e no surgimento de vilas, comunidades e municípios.

Segundo Radin e Gritti(2022), o desenvolvimento da região da Fronteira Sul está ligado a um processo maior de controle das terras por interesses privados. Nesse sentido, se observam as práticas das “fazendas de criar” e, posteriormente, a atuação das companhias colonizadoras. Esse processo trouxe consequências significativas, afetando a sociedade, a economia, o meio ambiente e a cultura local, impactos que se irradiam no tempo. A colonizadora assumiu o papel central na venda das terras e promoveu a ocupação organizada destas, estabelecendo a primeira indústria local e estruturando a vila, alavancando seus interesses colonizatórios. Da mesma forma influenciou nas dinâmicas sociais, com a chegada dos colonos migrantes, buscando adaptar-se com seus modos de vida peculiares.

O aspecto econômico foi impulsionado, entre outras coisas, com a criação da indústria madeireira e serrarias, de início buscando suprir a demanda dos colonos que chegavam, posteriormente, se tornando uma das principais economias do município. Compreender a atuação específica da Colonizadora Saudades e suas

estratégias para a venda das terras é fundamental para a historiografia local e regional. Estamos cientes de que as colonizadoras em geral tinham seus interesses na venda das terras, tornando-se, assim, as maiores responsáveis pela organização da colonização na região oeste do estado de Santa Catarina. Destarte,

A atuação das companhias colonizadoras na região Oeste catarinense parece seguir um padrão da política de exploração, propagando, assim, as vantagens que poderiam encontrar em Santa Catarina. A possibilidade de lucratividade das empresas aguçava a sua condição de materialização. (Tedesco; Neumann, 2015, p.165)

A presente dissertação possui cunho qualitativo, de natureza bibliográfica, documental e iconográfica. A pesquisa qualitativa traz uma abordagem que busca descrever e compreender experiências, comportamentos e percepções dos indivíduos através da coleta de dados, como entrevistas, observações e análise de documentos. Esse tipo de pesquisa procura entender as complexidades e as variações dos fenômenos sociais, oferecendo informações mais detalhadas sobre os temas estudados. Desse modo, preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, buscando entender e explicar a dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), este tipo de pesquisa busca entender os significados, motivos, crenças, valores e atitudes das pessoas, explorando o nível mais profundo das interações humanas.

O trabalho tem como foco identificar as táticas utilizadas pelos colonos recém-chegados em São Lourenço do Oeste, para o enfrentamento de problemas encontrados no período de fixação no território. As formas de sobrevivência e a base econômica desenvolvida por eles, efetivando a colonização.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, partimos de uma revisão de obras bibliográficas, fazendo uma retrospectiva e uma análise desde a colonização da região Oeste de Santa Catarina, bem como do processo de seu povoamento, migração, cultura, aspectos da economia entre outros. As análises literárias, documentais e iconográficas nos nortearam e nos aproximaram da realidade pesquisada. Diversas fontes iconográficas foram encontradas nos acervos municipais, estaduais e particulares, buscando auxiliar na compreensão dos fatos.

A possibilidade de acesso às entrevistas realizadas em um programa local, da Rádio 12 de Maio, foi de suma importância. Tais entrevistas buscaram recuperar aspectos da história da colonização do município, tendo em vista que foram realizadas com pessoas ligadas à empresa Saudades. Os chamados “pioneiros” da

colonização de São Lourenço do Oeste, ou seus descendentes, contam em suas entrevistas detalhes ou apresentam documentos sobre sua participação no início do processo de colonização, dando destaque a Empresa Colonizadora Saudades.

De acordo com a pesquisa realizada, o ano de 1948 foi estabelecido como marco da colonização de São Lourenço do Oeste. No entanto, documentos demonstram que, na década de 1930, a região já era habitada.

As fontes utilizadas que se encontram na Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, na Prefeitura Municipal e junto ao Museu Municipal foram extremamente relevantes no entendimento do processo de colonização do município. Outras fontes encontradas junto ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) também foram significativas. Dentre os documentos encontrados, destacam-se mapas, plantas, registros, jornais, imagens e entrevistas. Surgiram questionamentos que, ao longo da pesquisa, foram respondidas e interpretadas, pelo menos em parte.

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos, pelos quais se buscou aprofundar os conhecimentos sobre a migração e a colonização das terras que formam o município de São Lourenço do Oeste. O primeiro capítulo destaca aspectos do Território do Contestado, delimitando os confrontos ocorridos neste espaço, contextualizando o processo de disputas entre Brasil e Argentina, o qual teve seu desfecho final com arbitragem norte-americana, delimitando as fronteiras entre os dois países. Ainda, a disputa interestadual entre os estados de Santa Catarina e Paraná, encerrada em 1916, no contexto do final da Guerra do Contestado.

O segundo capítulo traz um estudo mais aprofundado sobre a Empresa Colonizadora Saudades, principalmente sua atuação durante a colonização de São Lourenço do Oeste, área que está dentro do vasto Território do Contestado, sendo alvo das colonizadoras contratadas para ocupar e colonizar o espaço. Já o terceiro capítulo aborda mais especificamente a colonização do município de São Lourenço do Oeste, estabelecendo paralelos com os primeiros colonos migrantes que chegaram, os quais foram transformando o espaço, sem levar em consideração o caboclo que ali já residia. O aumento da migração leva a novas organizações políticas e administrativas, se fez necessário suprir as necessidades e os anseios dos novos moradores que chegavam ao município.

Das famílias que chegavam, muitos descendiam de imigrantes italianos e

alemães, os quais passaram a se organizar em comunidades, a partir das características de ocupação agrícola. Duas dessas comunidades mereceram atenção, dando ênfase a aspectos da sua organização cultural. Destacaram-se costumes e particularidades culturais, seja com marcas da cultura italiana, ou aspectos culturais alemães.

1 NOS LIMITES DO CONTESTADO: DIFERENTES CENÁRIOS

No final do século XIX e início do século XX a região que hoje conhecemos como Oeste Catarinense foi palco de tensões e de disputas de fronteiras internacionais e interestaduais, que, entre outras razões, levaram ao conflito armado conhecido como Guerra do Contestado. Essas fronteiras passaram por transformações sociais, econômicas e políticas, as quais foram significativas para o processo de colonização desse espaço. Sobre fronteiras e territórios, Rodrigues (2015, p. 140) destaca,

A fronteira não é mais considerada somente um limite físico ou político, desprovido de sujeitos e relações, da mesma forma que o território não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, dotado de características físicas e sociais. As práticas sociais, as relações, as ações políticas (Estado) e as redes passam a ser fundamentais na interpretação contemporânea de fronteira e território.

A afirmação apresenta uma perspectiva contemporânea sobre os conceitos de fronteira e território, nos convidando a pensá-los de forma mais abrangente. Sendo assim, entende-se que as fronteiras são espaços de interação, negociação e de conflitos, onde se constroem identidades e relações de poder, seja a partir de um estado ou de um grupo social. Já os territórios são compreendidos como construções sociais em constante transformação, tornando-se resultados de processos históricos, políticos e culturais.

Martins (2009) explora a relação do tempo e da fronteira, uma relação complexa e marcada pela violência e pela desumanização. O autor, ao se referir às fronteiras brasileiras, relata que estas seguem uma lógica temporal própria, destacando que as relações desse tempo e dessa fronteira não são apenas geográficas, mas se caracterizam por fronteiras econômicas, demográficas e de frente de expansão. Corroborando,

É possível, assim, fazer uma primeira *datação histórica*: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da "civilização", estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica por que cada uma dessas faixas está ocupada por populações que ou estão *no limite da história*, como é o caso das populações indígenas, ou estão

inseridas *diversamente na história*, como é o caso dos não-índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários. (Martins, 2009, p. 138)

Entende-se que a expansão e ocupação do território brasileiro se deu de forma desigual, impactando diretamente os povos originários e as demais populações que já habitavam as terras, em constante expansão de sua ocupação. As mudanças ocorridas ao longo dos séculos de expansão da colonização europeia nas fronteiras do Oeste Catarinense levaram à formação de diferentes organizações, à reestruturação do meio ambiente e dos grupos sociais inseridos nesse meio. Eles sofreram perdas ou precisaram se adaptar ao “novo”, imposto pelos limites físicos e políticos.

Antes da efetivação da colonização do território catarinense, especificamente na região oeste do estado, esse território e/ou essas fronteiras eram formadas por uma floresta com alta diversidade biológica, com formações florestais nativas, tais como: Floresta Ombrófila Mista, Araucárias, Floresta Estacional Decidual e diversas outras que faziam parte do bioma da região. Sobre as florestas, Nodari (2005, p. 42) faz uma interpretação dos relatos de viagens do então presidente¹ de Santa Catarina ao oeste, sendo possível imaginar sua beleza,

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Herval que irrompem na pequena roçada feita para a picada. Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Deste caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobra um pedaço de céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas copas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento.

No relato analisado, pela autora supracitada, a floresta é descrita como algo belo e impressionante, com árvores gigantes e densas, ressaltando a beleza do cedro e dos demais tipos existentes na região. De acordo com a descrição, além de mostrar sua exuberância, fica claro que a floresta era um lugar misterioso e fascinante, também se percebe uma crítica ao homem que já habitava a região, os povos indígenas e os não indígenas, o caboclo e os demais que sobreviviam nessas áreas. Quando relata a picada feita, que é pequena e insignificante, não sendo capaz de mudar ou alterar a floresta, passa, assim, aos olhos dos governantes, a imagem daqueles que ali já moravam como seres irrelevantes e sem interesse no

¹ Adolpho Konder, presidente de Santa Catarina, em 1929, realizou uma viagem oficial percorrendo diversas partes do oeste do estado, até a divisa com a Argentina. A comitiva fez um percurso de aproximadamente 3.000 km.

progresso da região, a qual poderia ser explorada e modificada para a expansão econômica do estado.

Ao descrever a floresta como um lugar revestido de mistério, somos transportados a outra realidade, diferente da que vivemos hoje, no mesmo espaço. O levantamento recente da porcentagem ainda existente dessas florestas é assustador quando comparado ao que existia, da Floresta Estacional Decidual (FED), existem apenas 3%, o que mostra que o resultado do desmatamento para diversos fins foi devastador, o que hoje preocupa pesquisadores e cientistas ambientais. A região foi chamada de “sertão”² (Franco; Dutra e Silva; Drummond; Tavares, 2012). Naquele momento, o sertão era visto como algo negativo, um espaço desconhecido e amedrontador para o colonizador.

Brandt (2012, p. 34) nos chama a atenção destacando, a partir da análise do texto de Janaína Amado³, que os sertões eram vistos como:

[...] “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.

Diante da exploração e dominação do território, os séculos XIX e XX foram marcados por disputas e reivindicações que contribuíram para impulsionar a colonização. A área conhecida como Região Contestada, que abrangiam terras pertencentes aos estados do Paraná e Santa Catarina, na região Sul do Brasil, é uma área que compreende desapropriações, disputas, litígios e concessões em esferas nacionais, estaduais e internacionais.⁴ Empresas privadas, grandes proprietários de terras e posseiros lutaram para garantir a posse dessas terras, que, aos olhos governamentais, precisavam ser distribuídas e colonizadas, desconsiderando os povos que ali já habitavam. A Figura 1 destaca o território contestado, disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina, que se estende do planalto central catarinense à fronteira com a Argentina, onde está localizado o

² Termo já discutido e analisado por diversos pesquisadores, fundamentado em questões específicas de cada região, porém, utilizado pelos portugueses para definir uma região sem ocupação humana ou com pouca habitação, desde o período da colonização do Estado Brasileiro.

³ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

⁴ Como a Questão de Palmas, disputa territorial entre Brasil e Argentina e na esfera estadual, a disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

objeto de estudo. Também identifica a linha da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Território que também foi palco de guerra.⁵

Figura 1 - Região Contestada e área de conflito



Fonte: Beltrão (2016, on-line).

Esse espaço territorial passou a ser alvo de diversas disputas em diferentes esferas, tal como a política, com a indefinição de limites territoriais, centralização do poder político e o favorecimento das elites agrárias, levando à marginalização da população do Contestado. No aspecto econômico, apesar da abundância de recursos naturais da região, como as grandes florestas de araucária, erva-mate e a produção agrícola, tornaram-se alvo de extração

⁵ O conflito da Guerra do Contestado, além do número expressivo de mortos, transformou a vida de milhares de pessoas que viviam na região, a violação de direitos, o desmatamento, as mudanças, as trocas culturais, e as concessões e desapropriações ocorridas durante todo o processo.

imediate e intensiva, favorecendo as colonizadoras no processo de comercialização das terras. Essas condições, atreladas à construção da ferrovia e às concessões de terras a empresas privadas, levaram ao aumento das condições miseráveis da população que habitava a região.

Analizando ainda as questões sociais e culturais, podemos tomar como fator de extrema importância a escassez de oportunidades, levando a população a condições de pobreza extrema. As ideias messiânicas e a forte religiosidade popular traziam conforto e esperança para as pessoas, que tinham suas raízes fundamentadas em uma identidade cultural própria, ligadas exclusivamente à terra, o seu principal meio de sobrevivência.

Esse cenário de disputas, formais ou informais, violentas ou não, com intervenções externas ou apenas discussões políticas internas, são alguns dos fatores agravantes que impulsionaram o conflito armado e tornaram-se conflitos de interesses, como veremos nos próximos itens deste capítulo.

1.1 FRONTEIRAS EM LITÍGIO

O século XIX foi um marco na expansão territorial brasileira, quando diversos Estados definiam seus territórios. Entre eles estavam as províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, que mobilizaram recursos políticos em defesa de seus interesses pelo território especificamente conhecido como os “sertões de Palmas”.

Entre 1841 e 1853, as províncias manifestaram seus interesses, seja por meio de seus presidentes provinciais e do Parlamento Imperial, elaborando narrativas de reivindicação e estratégias para impor seus domínios sobre as terras vistas como promissoras e férteis, cujas riquezas despertavam o interesse de ambas as províncias. Tomando como referência a província de São Paulo, moldada pela expansão territorial das entradas e bandeiras, sustentando que os “sertões de Palmas” pertenciam por direito, a província paranaense. A província de Santa Catarina, por sua vez, defendia a percepção das “fronteiras naturais” afirmando que a região pertencia ao município de Lages desde o período colonial, amparada pela Constituição de 1824, que respeitava os limites coloniais.

Petroli (2021, p. 398) nos ajuda a entender essa questão,

Os Campos de Palmas foram cobiçados/disputados pelas províncias de Santa Catarina e São Paulo entre os anos de 1841 e 1853. A província de São Paulo alegava que os chamados “sertões de Palmas” a ela pertenciam devido à expansão fronteiriça que havia sido viabilizada pelos “paulistas” a partir da realização das “bandeiras colonizadoras”, o que garantiria a posse de tais espaços pelo *uti possidetis*, ou seja, pela ocupação e posse. A província de Santa Catarina, por sua vez, fundamentava seu discurso na ideologia das “fronteiras naturais”, argumentando que os “sertões palmenses” pertenciam ao município de Lages desde o período colonial, situação legitimada pela Constituição Brasileira de 1824 em que foram estabelecidos para as províncias os mesmos limites das capitanias do período colonial. As disputas entre catarinenses e paulistas foram inicialmente efetuadas entre presidentes de províncias (de 1841 a 1845), mas não houve nenhuma definição a respeito do assunto. Assim, de 1845 a 1853, o assunto Campos de Palmas foi tratado pelo Parlamento, instância de poder que tinha condições de resolver litígios territoriais entre províncias. (Petroli, 2021, p. 398)

A disputa pelo controle dos Campos de Palmas nos ajuda a compreender os desafios e as complexidades da formação territorial brasileira, marcada por diferentes visões e interesses que se chocam em um mesmo território, acirrando as disputas. Os limites atuais das terras brasileiras na região Sul do país passaram por contestações por parte dos argentinos, uma vez que o território fronteiriço entre os dois países foi alvo de discussões, precisando ser resolvido pela arbitragem do presidente dos Estados Unidos, em 1895. O território disputado era habitado por grupos indígenas de diversas etnias, mas estes foram desconsiderados pelos “conquistadores” europeus.

Conhecida como “Questão de Palmas” pelos brasileiros e “*Misiones*” pelos argentinos, e ainda como o Território do Contestado entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a região compreende aproximadamente 30.621 quilômetros quadrados de extensão territorial, abrangendo atualmente partes dos dois estados. Assim, o Território Contestado tornou-se alvo de disputas internacionais e interestaduais. Segundo Corazza e Radin (2018, p. 136),

A pretensão argentina acirrou os ânimos e aumentou a tensão na região, pois nenhum dos dois países manifestava disposição de abrir mão daquelas terras. A posição brasileira parecia mais sólida, uma vez que a área contestada, há décadas era habitada quase exclusivamente por brasileiros, não havendo presença de argentinos. Uma vez instalado o litígio, tanto o Brasil como a Argentina fortaleceram suas posições de ambos os lados da fronteira. A Argentina, através da província de Misiones; o Brasil, através das colônias militares de Chapecó e Chopim.

Em 1881, a Argentina contestou a divisão territorial com o Brasil, tendo os rios como marco divisório. O Tratado de Montevideu, de 1889⁶, foi levado em consideração; porém, para sua efetivação era necessário que ambos os congressos estivessem de acordo. Desse modo, o Congresso brasileiro foi contrário à decisão do tratado, que dividia a área entre as duas nações, levando a questão a ser resolvida pela arbitragem norte-americana, estabelecendo, em 7 de setembro de 1889, o Tratado de Arbitramento, cujo artigo 5º estabelecia que:

A fronteira há de ser constituída pelos rios que o Brasil ou a República Argentina tem designado, e o árbitro será convidado a pronunciar-se por uma das partes, como julgar justo, à vista das razões e documentos que produzirem. (Obras do Barão do Rio Branco, 2012, p. 59)

O presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América, deveria analisar a documentação apresentada pelas duas nações e realizar a arbitragem. As áreas contestadas pela Argentina situavam-se sob os rios Jangada (nominado pela Argentina de San Antônio Guazú) e Chapecó (nominado pela Argentina de Pequirí-Guazú); o Brasil defendia o limite com os rios Peperí-Guaçú e Santo Antônio, atual limite brasileiro. Foi nomeada uma equipe de ambos os países para estudar e apresentar documentos para que o árbitro pudesse cumprir seu papel e posicionar-se. Foi designado para essa missão o Barão do Rio Branco, o qual detinha conhecimentos históricos e geográficos do território brasileiro que o auxiliaram nesta tarefa. Um dos argumentos principais defendidos pelo Barão foi o *uti possidetis* (princípio do Direito Internacional que atribui direito sobre um território àquele que o ocupa).

Em Corazza e Radin (2018) é possível constatar, em números, os habitantes do território. O Brasil indicava existirem 5.763 brasileiros e 30 estrangeiros, totalizando 5.793 pessoas que de fato residiam nessas terras, sem registros argentinos. A localização dos rios também ajudou na defesa realizada pelo Barão do Rio Branco, já que esses rios atuam como limites naturais, os quais estavam mais próximos do território brasileiro, facilitando a argumentação de que a área em litígio pertencia ao Brasil. Nas considerações dos autores, fica clara a ideia defendida pelo Barão do Rio Branco,

⁶ O tratado finalizou as longas disputas territoriais sobre a região Oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná (a Questão de Palmas). Estabelecendo um traçado claro e definitivo usando os rios Chopim e Chapecó como referência, garantindo a posse brasileira da região.

As terras do Oeste catarinense e paranaense, reivindicadas pela Argentina, eram de posse histórica de brasileiros, áreas de pecuária, com pequenos núcleos de povoamento, como Palmas do Sul, depois Clevelândia (1838), Palmas (1855), Conceição do Rosário e Campo Erê. Por essas razões, argumentava-se que o território pertencia de fato e de direito ao Brasil. (Corazza; Radin, 2018, p. 137)

O laudo foi lido no dia 6 de fevereiro de 1895, pelo Presidente Cleveland, aos dois representantes, do Brasil (Rio Branco) e da Argentina (Zeballos), dando ganho de causa ao Brasil. A decisão acirrou a disputa e o interesse interno. O Território do Contestado, no meio-oeste catarinense, cortado pelo Rio do Peixe, ainda era pouco povoado, sendo território de passagem das tropas que se deslocavam às regiões mais prósperas do país na época⁷.

No contexto da disputa territorial em esfera internacional, ao final do século XIX e com seu desfecho favorável ao Brasil, o governo brasileiro, para garantir efetivamente a posse do território, projetou estrategicamente a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, buscando interligar a região ao centro do país e relacionando-a ao processo de modernização do Império. No entanto, a área continuou a ser palco de disputas, só que agora internas.

1.2 DISPUTAS ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA

Sem uma definição clara dos limites territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina, as reivindicações dos estados ganharam destaque, considerando o potencial de riqueza da região e em função da construção da estrada de ferro. Com isso, a busca pela expansão territorial por parte de ambos os estados se tornou elemento que intensificou a disputa, a tensão e o conflito.

Segundo Mathias e Piazza (1987), em 1900, Santa Catarina enviou ao Supremo Tribunal Federal uma reivindicação em seu favor a respeito das terras que ainda estavam sem definição de fronteira, fatos analisados pela Suprema Corte, que em 1904 deu ganho de causa ao estado catarinense. Os paranaenses contestaram tal decisão, mas em 1909, novamente o Supremo Tribunal Federal se manifestou a

⁷ O trajeto utilizado pelos tropeiros era uma região já desbravada e conhecida, o que facilitava muito para a exploração e a organização do novo processo econômico, a estrada de ferro e a colonização, estabelecidos pelo Governo Imperial. Os caminhos de tropas e, sobretudo, a estrada de ferro foram tornando mais conhecida a região e facilitando a colonização, como desejavam os governos.

favor de Santa Catarina, embora sem definições geográficas determinadas. Sobre as contendas ocorridas entre os Estados, Auras (2001, p. 27) relata:

Face à intransigência do Paraná, a questão arrasta-se até 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os Estados, Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), mediados pelo presidente da República Wenceslau Bráz, assinam um Acordo, findando o prolongado litígio e estabelecendo os limites atuais entre as partes até então discordantes.

Ainda, em Auras (2001), podemos concluir que, por muito tempo, a região do Contestado foi campo de trabalho e de sobrevivência das populações que ali viviam caboclos e indígenas, onde o mandonismo dos coronéis prevalecia. A erva-mate, a criação de gado e a extração da madeira (a princípio para a construção das casas) foram às principais atividades econômicas do território.

O conflito armado ocorrido de 1912 a 1916, descrito nos itens adiante, tornou-se um dos fatores para que o acordo de limites fosse assinado pelos estados litigantes, assim, este mesmo cenário contestado passou a apresentar outros interesses econômicos. A concessão de terras e a atração de pessoas tidas como “civilizadas” e trabalhadoras passaram a ser objetivos do governo, no intuito de impulsionar a colonização da região por migrantes europeus, em sua maioria proveniente do Rio Grande do Sul. Tratava-se de pessoas que já tinham conhecimentos de agricultura e buscavam ascensão econômica por meio da aquisição de novas terras.

A construção da Ferrovia foi um dos impulsos à colonização e à modernização da região. Junto à efetivação desse feito, parte do Território Contestado tornou-se palco do conflito armado, que levou à dizimação de milhares de pessoas.

1.3 INOVAÇÃO E CONFLITO: O IMPACTO DA ESTRADA DE FERRO NA REGIÃO CONTESTADA

No Brasil, o início do século XX é marcado pela defesa da construção de ferrovias, que na Europa eram símbolos de inovação tecnológica e avanço econômico. No contexto brasileiro, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande representava mais do que apenas uma via de transporte, tornando-se um símbolo de integração regional e de potencial crescimento econômico. Corroborando,

Progresso. Essa é a palavra-chave para se compreender o impulso da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), desde seus primórdios. Progresso, velocidade, desenvolvimento capitalista desde o século XIX, quando do surgimento e difusão dos caminhos de ferro na Europa. (Espig, 2023, p. 127)

A construção de ferrovias, tal como a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, visava conectar regiões isoladas, facilitando o comércio e a circulação de pessoas, bens e ideias, permitindo um transporte mais rápido e eficiente de matérias-primas e produtos, bem como, buscava proporcionar o desenvolvimento de áreas anteriormente tidas como inacessíveis, promovendo a colonização, urbanização e a industrialização. Podia ser vista como uma expressão concreta do desejo de progresso e modernidade que caracterizou o desenvolvimento capitalista no Brasil e em outras partes do mundo durante o século XIX e início do século XX, buscando a integração econômica e social da região, facilitando o transporte e o comércio. Nesse sentido,

A estrada de ferro foi construída no vale do rio do Peixe (com mais de 300 km entre Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, e União da Vitória, no Paraná), ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, no período recorde entre 1908 e 1910, promovendo outra crise no território. Pela concessão do governo federal, caberia à empresa titular da concessão, a Brazil Railway Company, o domínio de todos os territórios devolutos nas margens de até 15 km do leito da estrada de ferro. Igual medida foi aplicada no trecho do ramal leste-oeste, entre União da Vitória e Rio Negro (construído entre 1911 e 1913), ao longo dos rios Iguaçu e Negro. (Machado, 2021, p. 424)

A *Empresa Brazil Railway Company* foi criada a partir de 1906 para conduzir os trabalhos relacionados à construção de estradas de ferro em território brasileiro, somando-se à criação de outras empresas que seriam responsáveis por diversas fontes de renda para o grupo. Essas empresas estavam voltadas para a obtenção de lucros, atreladas ao avanço econômico do país, dando continuidade ao processo de colonização das regiões mais longínquas da República brasileira.

A exemplo, Percival Farquhar foi o empreendedor americano encarregado pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, também, pela criação de diversas outras empresas subsidiárias no Brasil. Valentini (2009, p. 86), em sua tese, nos ajuda a entender o tema, quando relata que:

Farquhar foi o principal articulador da Brazil Railway Company. Através do Programa Farquhar, é possível reconhecer a confiança no “êxito ao lucro” e as proporções do império que rapidamente se erigiu. Faziam parte do grupo de Farquhar simples investidores europeus, banqueiros e um grupo de

gigantes empreendedores ligados aos desafiadores e aos pioneiros caminhos ferroviários mundiais⁸.

Diversos foram os desafios encontrados ao longo da construção da estrada de ferro. A região onde a Linha Sul seria construída estava no centro da disputa entre Paraná e Santa Catarina, o Contestado. Acerca disso, Espig (2023, p. 129) nos relata que:

A construção da Linha Sul mostrava-se desafiadora. Além de percorrer um espaço instável politicamente, devido à questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e literalmente estar na fronteira entre ambos os estados, a linha a ser construída viajaria por uma região geograficamente acidentada, com muitas curvas, elevações e umidade. Havia carência de mão de obra. Atravessando áreas indígenas, causou inúmeros conflitos entre operários e povos autóctones, que aos poucos foram sendo exterminados ou fugindo da região. Tudo isso tornava a captação de mão de obra um grande problema para a Companhia.

A invasão dessas terras indígenas para a construção da ferrovia, para a exploração madeireira e posterior venda das terras para colonos migrantes, foi uma fonte constante de tensão e violência, principalmente contra as populações originárias, caboclos e camponeses que viviam na região, grupos desalojados de suas terras e, muitas vezes, atacados ou forçados a fugir para outras regiões. Outrossim,

A Companhia Estrada de Ferro criou uma subsidiária, a LumberandColonization Company, para providenciar a exploração madeireira e o loteamento para a venda para imigrantes europeus destes territórios contíguos. Inúmeras famílias de sertanejos posseiros, habitantes do Rio do Peixe e dos vales do Iguaçu e Negro, foram despejadas sem indenização de suas terras, engrossando o número de errantes no planalto. (Machado, 2023, p. 424)

Os conflitos decorrentes exacerbaram as tensões sociais, contribuindo para um ambiente de instabilidade. A empresa passou a ter dificuldades com a mão de obra empregada para a construção da ferrovia. Para solucionar o problema da falta de mão de obra, a companhia precisou organizar estratégias para atrair imigrantes,

A empresa lançou mão de algumas estratégias de cooptação de mão de obra. Através de propaganda, a Companhia conseguiu atrair imigrantes europeus para os trabalhos na ferrovia, com a promessa de bons salários e

⁸ As últimas décadas do século XIX ficaram marcadas pela decadência da Monarquia e pelo declínio da influência inglesa na economia brasileira. A instalação de 138 empresas estrangeiras, entre os anos de 1905 e 1920, representa uma mostra parcial do poderio econômico do Sindicato Farquhar no Brasil, do avanço tecnológico e científico dos Estados Unidos da América e evidência onde se encontrava o novo eixo econômico mundial (Valentini, 2009).

de posterior fixação em colônias que seriam implantadas ao longo da mesma. (Espig, 2023, p. 130)

Valentini (2023) nos ajuda a entender a complexa composição social da região do Contestado antes do início do conflito armado, ressaltando a diversidade de grupos que ali viviam. Fazendo-nos compreender que essa diversidade, marcada por diferentes origens, interesses e níveis de inserção social, era a base que compunha a sociedade do Contestado, comunidades camponesas que viviam de forma rudimentar. Evidentemente, a região já era palco de tensões sociais e de uma convivência forçada entre esses grupos distintos. A chegada da ferrovia e as expulsões dos posseiros e pequenos agricultores agravaram a situação, criando um ambiente propício ao conflito.

Os líderes religiosos populares, como os monges João Maria e José Maria, ganharam seguidores entre os camponeses, criando a expectativa de um “novo reino” onde todos teriam acesso à terra e à justiça. A morte de José Maria, em um confronto com as forças governamentais em 1912 na Batalha do Irani, impulsionou a resistência dos sertanejos. Esses passaram a se organizar social e politicamente, mantendo características próprias e se preparando com guerrilhas para a defesa dos lugares “santos e sagrados”.

A resistência impulsionou a Guerra do Contestado, conflito armado ocorrido entre os anos de 1912 a 1916, que envolveu interesses governamentais e particulares, ligados à exploração econômica e ao controle territorial. Na esfera governamental, os estados do Paraná e Santa Catarina, junto ao Governo Federal, buscavam a consolidação da posse desta região. Para tal, o governo projetou a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, onde foram desapropriadas terras ocupadas por posseiros e pequenos agricultores. As forças militares, oficiais e privadas, foram enviadas para garantir a ordem e a desocupação das áreas.

Os interesses particulares estavam centrados em grandes empresas privadas, as quais receberam grandes concessões de terras a serem exploradas. A madeira e a erva-mate, produtos abundantes na região, eram o foco inicial dessas empresas, que visavam o lucro pela extração intensiva e a exportação desses produtos. Com isso, muitos dos pequenos agricultores perderam suas terras e os meios de subsistência. Essa disputa resultou em milhares de mortes e na destruição de várias comunidades. A repressão ao movimento, por parte das forças militares

dos governos estaduais e federal, atuou de forma implacável para restabelecer a ordem e consolidar a hegemonia do Estado sobre a região.

No estado do Paraná, os municípios onde ocorreu o conflito foram Rio Negro, Mafra, Três Barras, União da Vitória e Palmas. No estado catarinense, os municípios de Lages, Curitiba, Campos Novos, Canoinhas e Porto União tornaram-se o palco da Guerra. Acrescentando,

Os locais onde estiveram reunidos os moradores do Contestado durante o período que vai de 1912 até o final do ano de 1915 são comumente denominados de Cidades Santas ou redutos. Ao longo do tempo estes povoados apresentaram variações e particularidades. Mudaram os números de habitantes, o tempo de duração, os líderes que atuaram, os ataques que sofreram, os locais que estiveram e as reincidências, entre outras tantas singularidades. (Valentini, 2023, p. 229)

As cidades santas que se formaram durante a Guerra tinham como objetivo uma organização voltada à comunidade, eram núcleos comunitários tendo como base valores religiosos e solidários. Essas defendiam a ideia de que todos pudessem ter acesso aos bens básicos para a sobrevivência, como alimentação, abrigo e apoio mútuo. Elas se diferenciavam por promover a cooperação e a partilha, diferente da sociedade que se apresentava na região, marcada por miséria, desigualdades e explorações, fortalecendo uma identidade cultural própria, voltada à vida simples, à fé e à coletividade, desafiando os interesses estabelecidos para essa região.

O primeiro reduto de concentração dos seguidores do monge José Maria foi Taquaruçu, a região ganhou destaque pela realização da Festa do Bom Jesus, em agosto de 1912, onde o monge fez suas pregações e repassava seus ensinamentos. A localidade era apenas um pequeno núcleo rural, porém, após a morte do monge José Maria durante a Guerra, tornou-se um centro messiânico, passando a atrair centenas de pessoas. Sendo assim, Taquaruçu transformou-se em uma cidade santa, com organizações comunitárias, práticas religiosas e normas próprias. O local foi alvo de ataques militares; a resistência dos sertanejos e a luta contra as forças governamentais levaram ao fortalecimento dos seguidores do Monge. Valentini (2023, p. 231) nos ajuda a compreender ao dizer que,

Taquaruçu foi atacada duas vezes. Resistiu e derrotou a primeira expedição do exército em conjunto com o Regimento de Segurança de Santa Catarina, em final de dezembro de 1913. Em janeiro de 1914, os sertanejos sabendo que as forças oficiais voltariam a atacar, iniciaram a construção da nova

Cidade Santa de Caraguatá, 30 km mais ao norte, nas Perdizes Grandes, região com mais florestas e terreno mais dobrado com serras e montanhas.

A cidade santa de Taquaruçu foi destruída pelas forças oficiais em fevereiro de 1914, muitos de seus moradores já haviam migrado para outros redutos, mantendo a esperança e a luta dos sertanejos do Contestado. Os diversos ataques foram realizados pelas forças oficiais com o objetivo de combater a organização dos sertanejos e eliminar os redutos criados por eles. As ofensivas governamentais buscavam enfraquecer a resistência local e, assim, retomar o controle sobre a região, demonstrando a intensidade do confronto entre as autoridades e os sertanejos.

Em Caraguatá, o combate resultou na vitória dos sertanejos, forçando a retirada das tropas oficiais e evidenciando a força e a capacidade militar da resistência dos moradores dessa localidade. A vitória consolidou, temporariamente, a presença sertaneja na região. Apesar do sucesso em Caraguatá, os sertanejos foram assolados por doenças e pelo constante medo de novos ataques das forças do governo. Diante disso, uma nova cidade santa foi formada, agora em Bom Sossego, o que levou a uma nova organização de comando dos sertanejos. Ainda,

Além de Bom Sossego, foram criados os redutos de Santo Antônio (atacado sem sucesso pela tropa federal do Marechal Mesquita, em maio de 1914), Caçador Grande, Campina dos Buenos (no planalto sul, próximo ao Cerrito), Reduto dos Pardos e a terceira concentração em Taquaruçu. Uma grande expansão ao planalto norte tornou possível, sob o comando geral de Chiquinho Alonso, as chefias de Bonifácio Papudo, Antônio Tavares e do Capitão Aleixo Gonçalves de Lima, todos atuando num amplo território que ia de União da Vitória a Rio Negro, cujo novo epicentro ao norte era a vila de Canoinhas, que ficou sob o fogo rebelde entre julho e novembro de 1914. (Machado, 2021, p. 430)

Esse aumento considerável de seguidores e de redutos formados levou as forças estaduais a solicitarem ajuda e intervenção federal, a fim de eliminar a organização sertaneja. Dentro do grupo sertanejo, a morte do líder Chiquinho Alonso aumentou a tensão entre os adeptos, levando a diversos conflitos internos e desestabilizando o grupo. As ofensivas do governo contaram com estratégias políticas e comerciais, buscando cercar os sertanejos.

Percebe-se, em relação aos fatos tidos como primordiais para a eclosão da revolta sertaneja, que a principal, gira em torno da figura messiânica de José Maria e de seus ensinamentos e pregações. Entretanto, não podemos esquecer a atuação, expansão e fixação da empresa norte-americana *Brazil Railway Company*. A sua

atuação está diretamente ligada ao conflito: sua presença pode ser tratada como uma “coadjuvante”, mas poderia ser interpretada como uma das “protagonistas” principais da exploração econômica, das desapropriações de terras e do conflito ocorrido no Contestado.

Como vimos, a *Brazil Railway Company* foi contratada para a construção da ferrovia, passando a atuar amplamente na colonização de uma vasta extensão de terras por meio de sua subsidiária, a *Brazil Development e Colonization*. Essas concessões territoriais levaram a subsidiária iniciar sua apropriação territorial, encontrando ali posseiros e proprietários. Ignorando os direitos de posse desses moradores e defendendo seus interesses, a empresa passou a publicar editais em jornais locais, proibindo a invasão e a ocupação das terras ou, ainda, expulsando-os à força. Para Brandt (2007, p. 148), “Contra os posseiros resistentes, o Corpo de Segurança da empresa, comandado pelo Coronel Palhares, um antigo oficial da Força Pública do Paraná, composto de mais de duzentos homens, era enviado para expulsá-los das terras”.

A Lei n.º 1.181, de 4 de outubro de 1917, estabelecia a obrigatoriedade de comprovação, mediante documentação, da posse das terras por pessoas que tivessem seus títulos expedidos pelo estado do Paraná, as quais teriam dois anos a contar de 1º de janeiro de 1918 para regularizar a situação (Piazza, 1994). Os devidos registros deveriam ser realizados na Diretoria de Terras da Secretaria Geral do Estado. Em 21 de novembro de 1918, foi expedido Decreto n.º 2, assinado pelo Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, Dr. Adolfo Konder, tratando:

Lei nº 1.235, de 1º de novembro de 1918, que, em seu artigo 6, assim se expressava: “Ficam compreendidos no Registro estabelecidos pelos Governos do Império e da União, e relativos a concessões de terras no território ex-contestado”.

As concessões da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (Brazil Railway Co.) passaram, então, à sua subsidiária, a Brazil Development e Colonization Co. Foi criada uma nova subsidiária: a Southern Brazil Lumber e Colonization Company, que desenvolverá intensas atividades de comércio e exportação de madeira. (Piazza, 1994, p. 253)

O processo de colonização e desenvolvimento de intensas atividades comerciais e madeireiras começou a ser administrado nessas áreas territoriais pela *Brazil Development Colonization* e pela *Southern Brazil Lumber Colonization Company*. O sonhado cenário para o “progresso”, ideal defendido por governantes e

conquistadores, teve início com uma nova forma de organização das terras, que deixaram de ser contestadas e passaram a ser legalizadas e comercializadas, especialmente após a construção da ferrovia e do fim da Guerra.

1.4 FRONTEIRA EM MOVIMENTO: A REOCUPAÇÃO DO OESTE

A Constituição Republicana de 1891 definiu que o domínio das terras devolutas passaria aos estados, situação a partir da qual deu início ao avanço do processo de colonização, levando à desapropriação de caboclos, indígenas e camponeses, os quais foram obrigados a estabelecer outras formas de sobrevivência. Na citação a seguir, é possível observar quais eram os objetivos em relação ao estado de Santa Catarina, dando ênfase à venda das terras e buscando aumentar a criação de gado e a agricultura. Machado (2004 apud Brandt; Nodari, 2011, p. 85) nos mostra como isso aconteceu:

Na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto.

Nesse contexto, o processo de colonização toma impulso. A proliferação de diversas empresas colonizadoras objetivava, com facilitações do estado, impulsionar a colonização. Os escolhidos pelas empresas colonizadoras foram os descendentes de europeus, vindos do estado do Rio Grande do Sul. Para atraí-los, as propagandas das colonizadoras buscavam deixar clara a ideia de que esses colonos migrantes pudessem continuar estabelecendo uma relação sociocultural de suas raízes nas novas terras, o que, com sua chegada, causou um choque cultural com os povos que já se encontravam nessas terras.

Segundo Brandt e Nodari (2011, p. 86), “diferentes concepções de vida, de visões de mundo, de temporalidades e espacialidades, que antes eram independentes, estranhas entre si, passam a coexistir em um mesmo espaço”. Esse espaço passa por modificações socioculturais, pois o colono migrante e o caboclo, que já habitavam a região há muito mais tempo, passaram a ser tratados como o intruso.

A reorganização do espaço, após conflitos e divergências estarem, segundo os governos envolvidos, supostamente resolvidos, foi a hora de restabelecer novas regras, ideias e colocar em prática uma nova forma de reocupar esse espaço. As empresas privadas, favorecidas pelo Estado, através somente das concessões de terras, tornaram-se as responsáveis pela colonização, tendo a migração como aliada, processo que levou à apropriação privada da terra, itens que nos ajudam a entender o contexto histórico do território contestado. A venda das terras e a chegada dos colonos migrantes, descendentes de imigrantes europeus, vindos do Rio Grande do Sul e do Litoral Catarinense, foram os novos protagonistas históricos da reocupação desta região contestada.

Radin (2021) faz uma análise do papel central dos imigrantes e de seus descendentes no processo de colonização do Sul do Brasil. Esses colonos migrantes que se deslocaram, foram assentados em grandes áreas agrícolas, por interesses governamentais - que buscavam ocupar “espaços vazios” - quanto por empresas privadas de colonização, as quais lucravam com a venda das terras e davam impulso à abertura de novas fronteiras agrícolas. Esses discursos, governamentais e empresariais, justificaram a expansão como sendo a promoção do “progresso” e da “civilização”, buscando levar a expansão capitalista para o interior do país.

O fluxo de migração, especialmente, na primeira metade do século XX, foi intenso, levando muitos colonos a saírem das colônias do Rio Grande do Sul e chegaram às colônias no Oeste do estado de Santa Catarina e para o Sudoeste do Paraná, gerando a ampliação das áreas agrícolas e consolidando a apropriação privada da terra. Certamente a colonização, além de ser um projeto de povoamento, tornou-se um processo de mercantilização e privatização das terras, dando impulso aos interesses econômicos e políticos.

Em Corazza e Radin (2018), entende-se que, após o término da Guerra do Contestado (1912-1916) e resolvida a questão de divisas entre os governos de Santa Catarina e Paraná (1916), o governo catarinense intensificou a reocupação da região Contestada, favorecendo a atuação das empresas colonizadoras. Por meio do controle e da imposição de padrões, efetiva-se a posse dos colonos migrantes recém-chegados e criava-se uma identidade comunitária local.

Por muito tempo, a criação de gado, o extrativismo da erva-mate e a influência do poder dos coronéis foram às forças econômicas e governamentais que prevaleceram. Com o fim da guerra e a imposição do controle na região pelas forças

oficiais, novos planos passaram a ser colocados em prática. A desapropriação e comercialização das terras e a atração de migrantes europeus passaram a ser a prioridade do Estado. Esses colonos migrantes eram vistos, aos olhos governamentais, como ordeiros e trabalhadores, pois já tinham experiência nas primeiras colônias rio-grandenses e em outras regiões do estado de Santa Catarina.

Com definição de novos acordos e a concessão de 15 km de terras, estabelecidos para cada lado da ferrovia, realizada pelo governo à Empresa Brazil Development & Colonization Co., responsável pela construção da estrada de ferro e posterior colonização, foi uma estratégia para efetivar a colonização desta e de outras regiões do amplo território contestado.

As empresas colonizadoras promoveram campanhas publicitárias e a venda das terras a serem exploradas. Desse modo, diversas estratégias buscavam atrair os colonos migrantes para a região, apresentando as áreas como promissoras e férteis, prontas para o desenvolvimento agrícola, visando idealizar a região, minimizando os desafios e os conflitos que seriam encontrados pelos colonos na região.

Com a expansão da colonização, populações nativas e caboclos que habitavam essas terras, foram marginalizadas. A imposição de novas leis de propriedade ou até mesmo a violência direta foram estratégias utilizadas, sendo esses povos expulsos de seus territórios tradicionais, resultando na perda de sua cultura e de seus modos de vida. A Ideologia do chamado “progresso civilizador”, amplamente defendido pelos governantes da época, justificava a intervenção e a destruição das paisagens naturais. A mata fechada era vista como um obstáculo ao desenvolvimento idealizado pelo governo, tornando-se necessário - e uma prática comum - abrir a mata e a derrubada das árvores em larga escala, para que o plantio agrícola e as pastagens fossem realizadas com maior eficácia.

Desde a imigração alemã (1824 a 1914) e a italiana (1874 a 1914), o período de intensidade do desmatamento no Rio Grande do Sul e do esgotamento desses recursos, junto ao aumento demográfico e ao esgotamento do solo, fez com que o Oeste Catarinense passasse a ser alvo da migração desses descendentes de alemães e italianos. Nesse contexto,

Os teutos e ítalos brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, se constituíram no principal alvo, pois já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e tinham se mostrado, como foi definido pelo jornal República, em 1932, como “morigerados e trabalhadores”. Para as companhias

colonizadoras era um negócio financeiramente atrativo e, no caso de algumas delas, como a Souther Brazil Lumber and Colonization Company, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia., a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. e a Companhia Territorial Sul Brasil, o governo concedia as terras devolutas em troca da construção de estradas. Com exceção da Souther Brazil Lumber and Colonization Company, os proprietários das demais colonizadoras eram do Rio Grande do Sul e várias delas, possuíam madeireiras nos dois estados. Com a redução das reservas florestais em determinados locais eles iam se deslocando em busca de matéria-prima. (Nodari, 2012, p. 251)

A demanda por mais colonos para efetivar a colonização se concretizou com a migração de descendentes europeus vindos do Rio Grande do Sul, pessoas vistas pelo governo e pelas colonizadoras como ordeiras e trabalhadoras, com princípios e costumes diferentes dos caboclos e indígenas que habitavam a região. Corazza e Radin (2018, p. 35) contribuem para um melhor entendimento:

Os colonos sul-rio-grandenses, em geral filhos dos primeiros imigrantes, eram considerados pelas autoridades como mais preparados para a empreitada colonizadora, uma vez que já apresentavam grande experiência com as lides da terra nas antigas colônias do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva se construíram representações que enobreceram o colonizador, adjetivado de progressista, ordeiro, trabalhador, civilizado, etc. Por outro lado, o colonizado (caboclo e populações indígenas) teve sua imagem relacionada à preguiça, à violência e à falta de perspectiva de progresso.

Sendo assim, os grupos de origem europeia eram aqueles que o governo acreditava possuir as habilidades e recursos necessários para alcançar os objetivos de desenvolvimento da região. Esses homens e mulheres estavam prontos para o trabalho, passando a migrar do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense.

1.5 NA FRONTEIRA DO PROGRESSO: A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO

Acerca do contexto inicial da colonização, Radin (2022) faz uma análise das colocações do Governador do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, o qual relata que:

[...] Adolfo Konder ressaltava que “as terras ainda desocupadas, porém, de propriedade privada, por terem sido objeto de concessões a empresas colonizadoras, vão tendo o seu loteamento gradativamente feito com elementos já nacionalizados”. O resultado desse processo seria o afluxo de colonos das antigas colônias do Rio Grande do Sul, os quais se “constituem indubitavelmente o melhor fator para o povoamento do nosso solo”. Tal prática os fixaria à terra. (Radin; Gritti, 2022, p. 35)

Destacaram-se, então, as companhias colonizadoras, responsáveis pelo povoamento de diversos municípios. A reocupação das terras no Oeste Catarinense se intensificou após o acordo interestadual de limites e o fim da Guerra do

Contestado, ano 1916, com as concessões das terras realizadas pelo estado às empresas colonizadoras. O processo de reocupação do território e a vinda de colonos migrantes provocaram o surgimento de vilas nas regiões mais longínquas do Estado. Bavaresco (2005) chama a atenção para o aumento significativo de vilas no oeste, formadas por alemães e italianos oriundos principalmente das colônias do Rio Grande do Sul, que traziam em suas carroças todos os seus pertences e a família, base para construir um futuro próspero nas novas terras.

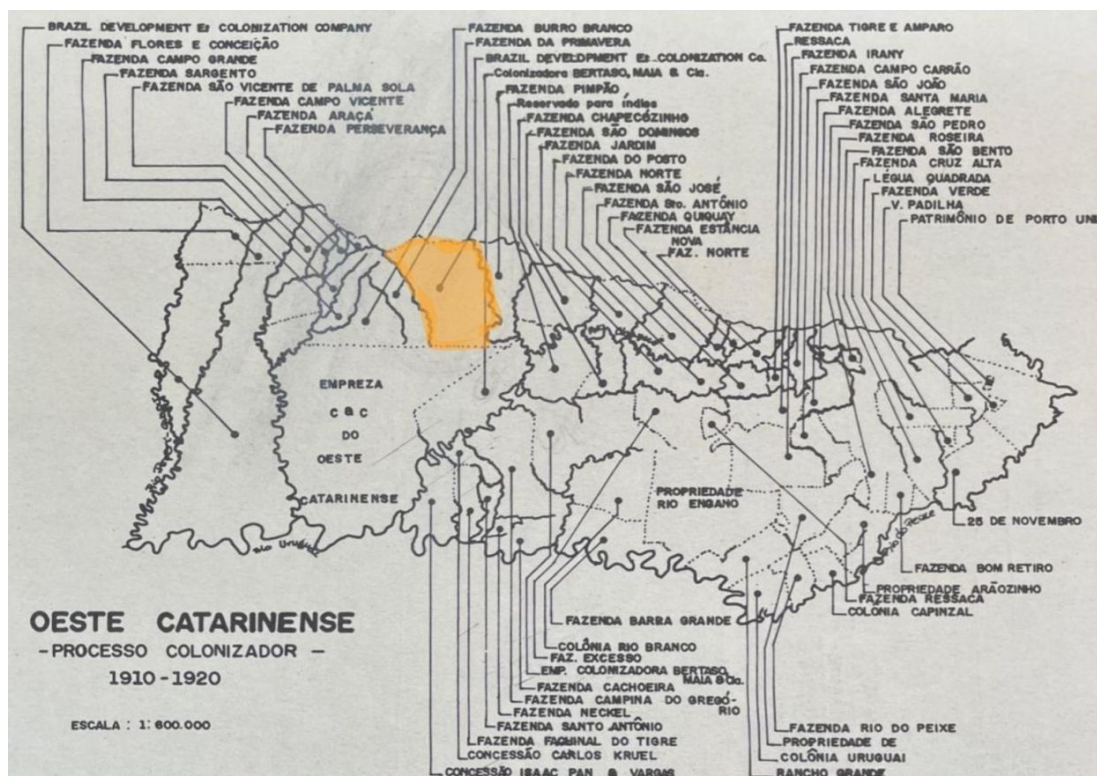
A Lei n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917, estabeleceu a divisão dos municípios do Oeste Catarinense. Com a criação do município de Chapecó, a área de 14.793 km² foi dividida em distritos, sendo eles: Xanxerê, Passo das Flores (atual Abelardo Luz), Barracão (atual Dionísio Cerqueira, a partir de 1938) e Campo Erê (Santa Catarina, 1917). Neste cenário, o desenvolvimento econômico brasileiro e sua expansão territorial, principalmente na primeira metade do século XX, estão profundamente ligados à apropriação e à distribuição de terras com foco na agricultura. No Oeste Catarinense, a ocupação e a formação de propriedades revelam uma concentração de diversas origens, estando estas ligadas a posses mais antigas ou, até mesmo, à intervenção do Estado.

Frigo (2019, p. 69) esclarece como essas concessões governamentais às empresas privadas de colonização tornaram-se centrais na exploração econômica local, por meio da comercialização dos lotes ou pela exploração dos recursos naturais da área:

No processo de colonização do Oeste Catarinense, parte das terras advém do registro de antigas posses e parte de concessões aos Estados, que por sua vez repassam as áreas de terras à companhias privadas de colonização, que adquirem glebas ou Fazendas com interesse de exploração do potencial econômico da região, seja pela venda da terra ou aproveitamento de suas riquezas naturais.

Analisando Piazza (1994), é possível compreender (Figura 2) as divisões ocorridas entre as diversas empresas privadas de colonização que atuaram direta ou indiretamente na colonização do Oeste e do Meio-Oeste Catarinense. Em destaque, em laranja na imagem, estão às terras pertencentes à *Brazil Development & Colonization Company*, as quais foram adquiridas pela Colonizadora Bertaso para a efetivação da colonização.

Figura 2 - Empresas de colonização no Oeste Catarinense



Fonte: Adaptado de Piazza (1994).

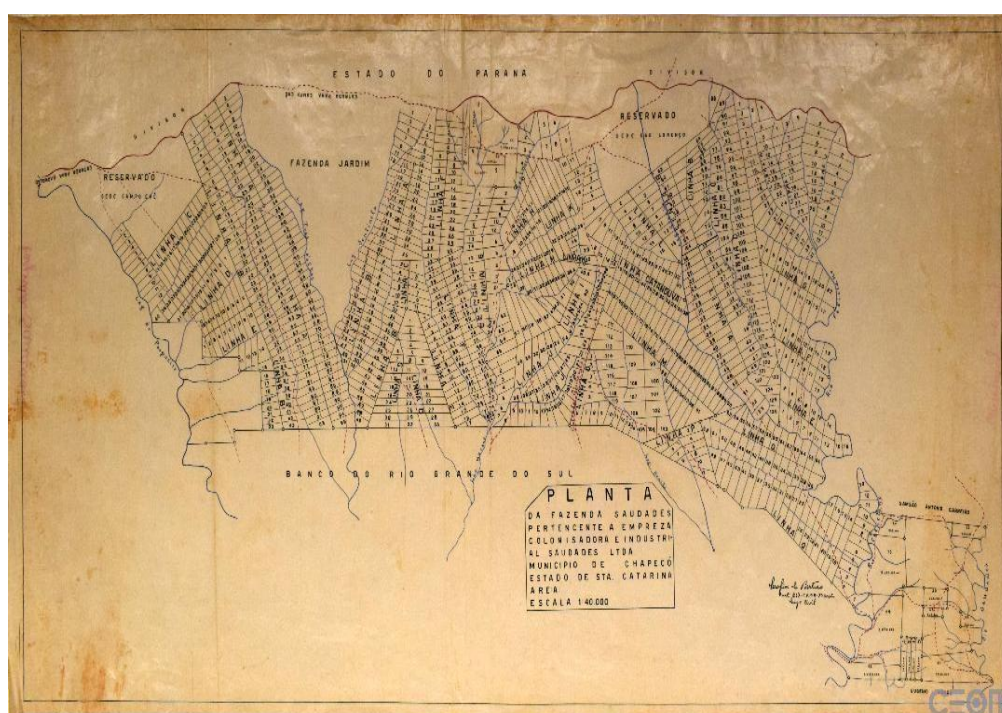
Na região onde está localizado o município de São Lourenço do Oeste, a distribuição, venda e medições das terras foram realizadas pela Empresa Colonizadora Saudades. Os primeiros registros dessa região aparecem como gleba Rio Saudades e, posteriormente, localizadas na Fazenda Saudades, compreendendo as terras adquiridas pela Colonizadora Bertaso da Empresa Brazil Development & Colonization Company, como fica claro nos estudos realizados por Vicenzi (2008, p. 62),

Em 31 de outubro de 1937, a empresa colonizadora Bertaso, Maia e Cia adquiriu a gleba rio Saudades, denominada Fazenda Saudades, por meio de um contrato de compra e venda, com a Brazil Development and Colonization Company (Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande). Localizada no município de Chapecó, a área possui 108.900.000 m² (10.890 ha). Seus limites eram, ao norte, uma linha reta que ia do rio Três Voltas até o rio Saudades; a leste, do rio Saudades até a linha Seca, que fazia divisa com as propriedades de Bertaso, Maia & Cia; ao sul, com Bertaso, Maia & Cia, Colonizadora Oeste Catarinense e o rio Três Voltas; e, a oeste, com o rio Três Voltas.

No trecho, fica evidente que a extensão de terras descrita pela autora corresponde à área de reocupação do Território Contestado, onde se localiza o município de São Lourenço do Oeste, dentro do processo de colonização

empreendido pelas empresas privadas de colonização. Na Figura 3 é possível verificar a forma utilizada na divisão dos lotes para facilitar a venda dessas terras. As linhas tracejadas indicam subdivisões internas da fazenda, representando lotes semelhantes. Isso evidencia um projeto de colonização com pequenas propriedades agrícolas, destacando sua localização geográfica, suas divisas com a Fazenda Jardim e com o Estado do Paraná, bem como os principais rios que auxiliam nas demarcações do território.

Figura 3 - Planta das terras da Fazenda Saudades



Fonte: CEOM - Centro de Memória do Oeste Catarinense (2025).

Reforçando a forma de divisão das terras observadas na planta acima, Vicenzi (2008, p.76) faz uma análise das divisões realizadas pela colonizadora Bertaso, as quais utilizavam “glebas de 20 a 25 hectares, agrupadas em linhas, estabelecendo marcos de identificação e localização”, facilitando a venda das terras. Assim, o Oeste Catarinense teve seu processo de colonização redefinido, passando a ocorrer não mais por posse, mas sim reestruturado a partir da divisão de grandes fazendas em lotes agrícolas para a comercialização. Com isso, os cercamentos e as delimitações das propriedades passaram a se consolidar com a chegada dos colonos migrantes. Nesse sentido,

Com o processo de colonização, dividiram-se as fazendas em pequenas propriedades ou lotes agrícolas para a comercialização. Houve o cercamento através da delimitação espacial-territorial das novas propriedades. Essa prática não era utilizada pelos caboclos, mas entre a colonizadora e os migrantes significava a materialização dos títulos de posse, a proteção e a consolidação da propriedade rural. (Vicenzi, 2008, p. 76)

Ao analisar a questão agrária na fronteira catarinense, Radin (2015, p. 144) nos auxilia na compreensão das divisões realizadas, especialmente a partir da Lei de Terras de 1850, sobretudo pelas colonizadoras para efetivar o processo de colonização idealizado pelo Estado, a fim de estimular a reocupação da região:

Por todo o Brasil, de alguma forma, imensas áreas passaram a ser registradas, com base na alegação de posse dos requerentes ou por aquisição, passando a se constituir patrimônio privado, especialmente por parte do segmento mais privilegiado da sociedade, não raras vezes com imensas facilidades advindas do poder público. Muitos dos governantes do período, por sua vez, pretendiam criar condições que favorecessem a colonização das áreas tidas como vazias e fomentar a imigração.

O processo de colonização da Fazenda Saudades, na região compreendida pelo município de São Lourenço do Oeste, teve seu início a partir de 1948. Os colonizadores escolhidos para povoar essas terras foram principalmente os de origem italiana e alemã, vindos do Rio Grande do Sul. Muitos desses ítalos e teuto-brasileiros foram direcionados para a região “promissora” mais a oeste do Estado. Em São Lourenço do Oeste, os primeiros migrantes a chegar foram os teutos, vindos do Rio Grande do Sul e do Litoral Catarinense, alguns se tornaram sócios da empresa Colonizadora Saudades, seguidos dos migrantes italianos, que, na visão dos colonizadores, eram bem-vindos para colonizar as novas terras.

Nos próximos capítulos, abordaremos mais sobre a Colonizadora Saudades e sua atuação na colonização do município de São Lourenço do Oeste. Tendo como premissas: quais estratégias foram utilizadas para a colonização dessa região; quem eram os colonos que vieram para colonizar essas terras; como se organizaram; e como se adaptaram.

2 A EMPRESA COLONIZADORA SAUDADES E A MIGRAÇÃO

O presente capítulo aborda a atuação da Colonizadora Saudades, empresa que conduziu a colonização da região onde hoje se localiza o município de São Lourenço do Oeste. Procuramos evidenciar a constituição da empresa e suas formas de atuação no processo de colonização ocorrido no município. A empresa foi constituída por sociedades, seus sócios assumiram as responsabilidades na venda das terras e na organização interna da região, permitindo a distribuição e comercialização dos lotes.

A Colonizadora Saudades usou uma série de etapas que se tornaram significativas para a colonização de São Lourenço do Oeste. Destaca-se a aquisição de grandes áreas de terras que seriam comercializadas, o levantamento e a demarcação dessas terras com equipes próprias, adequando os lotes em pequenas e médias propriedades rurais que seriam comercializadas, modelo de colonização que se praticava em outras áreas de colonização. A abertura de estradas, a doação de terras para construções de sedes administrativas, escola e igreja foram técnicas utilizadas pela Colonizadora para intensificar a colonização, buscando atrair mais colonos para a vila que se formava. Igualmente a exploração madeireira foi utilizada como um fim econômico da colonizadora, criando serrarias para suprir as necessidades imediatas dos colonos que ali chegavam.

A empresa contava com uma estratégia de facilitação da migração e, para quem comprava a terra, possibilitou o acesso, dando abrigo aos recém-chegados em seu barracão, construído para o comércio e abrigo, até que o colono tivesse sua casa construída. Paralelo à atuação da Colonizadora, analisamos a migração dos colonos vindos para essas terras, buscando compreender suas origens, perfil, suas motivações, táticas de organizações e de fixação na região. Nesse contexto, salientamos os aspectos econômicos, sociais e culturais desse processo.

2.1 APROPRIAÇÃO DAS TERRAS E AS ESTRATÉGIAS DE VENDAS DA EMPRESA COLONIZADORA SAUDADES

O processo de ocupação e exploração do território brasileiro é analisado a partir da apropriação privada da terra e da produção mercantil. Uma das formas para torná-la produtiva foi a divisão em pequenos lotes, buscando atrair as famílias,

principalmente depois das definições territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Segundo Frigo (2019), a Colonizadora Saudades surgiu através da Empresa de Ernesto Bertaso, a qual já comercializava as terras da região.

Como descrito anteriormente, as terras da Fazenda Saudades faziam parte das terras concedidas pelo Estado para a Empresa *Brazil Development & Colonization Company*. Essas terras foram adquiridas pela empresa de Ernesto Bertaso em outubro de 1937 por mil contos de réis⁹. Devido à longa distância do município de Chapecó, sede da Colonizadora Bertaso, tornou-se necessário reestruturar as estratégias de organização administrativa para efetivar a colonização nesta região.

Analisando uma Ata Provisória de 1944, da constituição de uma sociedade comercial, por cotas de responsabilidade limitada, podemos constatar que as terras denominadas Fazenda Saudades, no município de Chapecó, eram de propriedade de Manoel Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso. O documento traz ainda que a área em questão tivesse aproximadamente 250 milhões de m² (ou 1.033 colônias)¹⁰. A sociedade tinha um capital de 5.000.000 CR\$ (cinco milhões de cruzeiros), divididos em 5.000 (cinco mil quotas) de 1.000 CR\$ (mil cruzeiros cada). O objetivo principal da sociedade era a colonização das terras, a exploração dos pinhais e demais madeiras encontradas na região. O capital empregado por cada sócio quotista seria de cinco parcelas de 20% cada, sendo a primeira paga na assinatura do contrato.

A ata foi assinada em 12 de janeiro de 1944, constando o nome dos sócios e os respectivos valores de cada um, sendo eles:

Ernesto F. Bertaso: CR\$ 750.000,00;

Manoel Passos Maia: CR\$ 750.000,00;

Numeralde Silva: CR\$ 100.000,00;

Mario Pereira Gomes: CR\$ 50.000,00;

Edwino Koterba: CR\$ 50.000,00;

Inocente Comunello: CR\$ 50.000,00;

José Bustolani: CR\$ 50.000,00;

Frederico Bernardo Zilio: CR\$ 50.000,00;

⁹Vicensi, Renilda, 2008.

¹⁰ Cf. Arquivo Ceom. Pasta 2, Livro caixa, terras e escrituras da Fazenda Saudades.

Antonio Damiani: CR\$ 20.000,00 e

Empresa: Eugenio Funk, diretor gerente: CR\$ 200.000,00

A ata evidencia igualmente a passagem da colonização informal para uma lógica de mercado, com regras, contratos e capitalização. Passando a consolidar a ocupação das referidas terras da Fazenda Saudades à exploração econômica, especialmente da madeira. Observa-se pelas cotas dos sócios que Ernesto Bertaso e Manoel Maia possuíam a maioria do capital, totalizando dois terços das referidas terras, tornando-se os sócios majoritários da colonizadora. Com a análise do documento, fica evidente que a nova empresa, Empresa Saudade Limitada (sendo implementada) não era uma subsidiária da Colonizadora Bertaso, a qual realizava a colonização de diversas áreas nas terras pertencentes a Chapecó, mas uma nova empresa criada para a colonização específica da Fazenda Saudades. Aliás, terras que pertenciam a Ernesto Bertaso e Manoel Passos Maia, como constam na ata de formação da empresa. Nesse sentido, a Empresa Saudade Limitada passa a ter responsabilidade de colonizar tais terras.

Devido à distância e às dificuldades de locomoção da época, a nova empresa mantinha sua sede em Chapecó, mas manteve um escritório na recente Vila de São Lourenço, a partir de 1950. As terras da Fazenda Saudades passaram a ser divididas em lotes menores, buscando facilitar a venda e a vinda de colonos para a região.

Em 1948, uma nova sociedade é realizada, o nome da empresa tem alterações e passa a ser denominada Empresa Colonizadora e Industrial Saudades, possuindo um total de 21 sócios, auxiliando na colonização da região. Dos novos sócios, o nome de Ernesto Bertaso não aparece no contrato, mas sim seus filhos, Serafim Bertaso e Jaime Bertaso. Ademais, Manoel Passos Maia não aparece mais como sócio. Para uma melhor comercialização e controle das vendas, a Colonizadora Saudades passa a atuar mais efetivamente na região. Com a chegada de dois de seus sócios, Guilherme Leopoldo Pedro Hack e Agostinho Stefanello, que vieram para a região em 1948 e iniciaram os trabalhos. Ainda, neste ano, com a autorização de Arnaldo Mendes, um dos administradores da colonizadora, Agostinho Stefanello passou a coordenar a construção do barracão da Colonizadora, a fim de abrigar os colonos que chegavam. Segundo essa pesquisa, o barracão abrigava cerca de dez famílias.

Na Figura 4, segundo relatos de antigos moradores, a imagem corresponde a casa onde funcionava o escritório da Colonizadora Saudades. Ele localizava-se na Avenida Brasil, principal Avenida de São Lourenço do Oeste na atualidade, região onde a Vila teve seu início comercial.

Figura 4 - Escritório da Colonizadora Saudades, 1955



Fonte: PAGANI, Lourdes (1955). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A partir da entrevista de Edeimar Hack¹¹, trabalhador da empresa, conseguimos compreender diversas estratégias utilizadas pela colonizadora para cumprir com as responsabilidades da colonização. Ele desenvolvia seu trabalho no escritório da empresa, mas supervisionava o trabalho no campo. Ao ser questionado sobre sua função junto à colonizadora, relata:

Era mais no escritório, extrair notas de madeiras da serraria que foi instalada no início pela mesma colonizadora e elaborar os contratos dos compradores de terra, e orientar os peões, a peonada que fazia tabuinha no mato, toras para a serraria e esses serviços assim junto a direção da empresa.

¹¹ Entrevista realizada por Darcy Antonio Pacce, 15 de fevereiro de 1987, uma fita cassete com 1h hora de gravação. Acervo da pesquisa.

Apesar de a função principal do entrevistado ser no escritório, extraindo notas e elaborando contratos, podemos perceber a estrutura organizacional da colonizadora. Ele também supervisionava os peões. Esses, provavelmente, seriam os responsáveis pelo corte das toras no mato, para abastecer a serraria, auxiliando na produção de tábuas para o comércio local e limpando a extensa área para os colonos que ali chegassem.

A fala do entrevistado evidencia a exploração e a comercialização das terras durante o processo de colonização da região, destacando o controle estabelecido pela colonizadora durante todo o trabalho desenvolvido. Ademais, é possível compreender a divisão de funções dentro da Colonizadora, alternados entre cargos administrativos e operacionais, destacando a ligação entre a expansão territorial, exploração econômica e a necessidade de organização social e produtiva nas áreas de colonização, evidenciando uma estrutura hierarquizada, pois o entrevistado era filho de um dos sócios da colonizadora.

Em outro trecho da entrevista concedida, Edemar Hack fala sobre como era realizada a venda das terras aos colonos migrantes,

Era de acordo com as possibilidades do comprador. Era feita a prestação com contrato ou sem contrato, nos interessava que viessem colonos se colocarem e começar a trabalhar, depois com o próprio trabalho, com a própria produção iam a maioria deles foram depois pagando essa terra na medida do possível, o preço da venda era em torno de dez, onze, doze contos por colônia, dez alqueires, a vista ou em condições conforme podia.

É possível constatar que o mais importante para a Colonizadora era atrair colonos para ocupar e começar a trabalhar na terra. Por isso, o pagamento das terras era realizado de forma flexível, adaptando-se às possibilidades dos colonos. Os compradores podiam adquirir os lotes à vista ou a prazo, com ou sem contratos formalizados, realizando o pagamento em prestações, conforme suas condições.

A busca por colonos que estivessem dispostos a se deslocar para a região e quisessem se tornar donos das novas terras era pensada, analisada e colocada em prática pela Colonizadora. Aproveitando-se da escassez das áreas de colonização do Rio Grande do Sul, o incentivo à migração para o Oeste seria uma solução viável.

2.2 ATUAÇÃO DA COLONIZADORA SAUDADES.

Empresa Saudade Limitada, Empresa Colonizadora e Industrial Saudades, Companhia Colonizadora e Industrial Saudades Limitada, ou ainda, Companhia Colonizadora e Industrial Saudades, estas nomenclaturas foram analisadas em documentos e referem-se à mesma empresa. Uma Ata Provisória de 1944 traz o nome, Empresa Saudade Limitada. Um contrato de sociedade de 1948 cita a Empresa Colonizadora e Industrial Saudades. Em outros documentos analisados, junto ao Cartório de Registros de Imóveis de São Lourenço do Oeste, o nome em destaque no documento, um recibo de pagamento de compra de terras, aparece como Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Limitada, datado de 1954.

Ainda, outras fontes relatam que, a partir de 1959, a Empresa passou por outra reestruturação administrativa, passando a se chamar Companhia Colonizadora e Industrial Saudades. Em pesquisa realizada ao CNPJ da empresa, n.º 83299370/0001-07, os registros a apresentam como, Companhia Colonizadora e Industrial Saudades, com data de fundação em 8 de setembro de 1966, sendo uma sociedade anônima fechada. O seu encerramento ocorreu em 15 de março de 2000. O Quadro 1 traz uma visualização mais dinâmica da criação da empresa, suas nomenclaturas e as fontes documentais.

Quadro 1 – As nomenclaturas da empresa ao longo dos anos

DATA	NOME DA EMPRESA	DOCUMENTO/FONTE
1944	Empresa Saudade Limitada	Ata provisória / CEOM
1948	Empresa Colonizadora e Industrial Saudades	Contrato de sociedade/ família Hack
1954	Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Limitada	Recibo de pagamento de compra de terras / Cartório de registros de imóveis de SLO
1959	Companhia Colonizadora e Industrial Saudades	Dados de 1988/ FOLADOR, João David
08/09/1966	Companhia Colonizadora e Industrial Saudades	Registro oficial com CNPJ
15/03/2000	Companhia Colonizadora e Industrial Saudades	Data de encerramento oficial.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: CEOM (1944); Família Hack (1948); Cartório de Registros de Imóveis de São Lourenço do Oeste (1954); FOLADOR, João David (1988); Registro CNPJ (1966).

Embora com diversas nomenclaturas, fica evidente que se referem à mesma empresa. A estratégia de montar sociedades para vender as terras ao longo do tempo levou às mudanças de sócios e de nomes. Para uma melhor compreensão, neste trabalho, vamos nos referir a empresa como Colonizadora Saudades.

Para compreendermos melhor a organização realizada para a comercialização dessas terras, precisamos nos reportar à sua extensão. Nos estudos de Frigo (2019), é possível entender que essa extensão de terras, com 913.634.804 m², foram terras adquiridas pela Colonizadora Bertaso da Empresa *Brazil Development & Colonization Company*. Essa área, de aproximadamente 91.000 hectares, foi dividida em áreas menores, uma delas se refere à Fazenda Saudades, com 108.900.000 m² (10.890 hectares), facilitando a comercialização das terras. Essa divisão se deu a partir da criação da Empresa Saudade Limitada, no ano de 1944, empresa criada pela Colonizadora Bertaso. Passando a configurar um processo de fragmentação e venda das terras,

A Fazenda Saudades, com 108.900.000m², seria parte da gleba Rio Saudades, com 913.634.804m². A hipótese apresentada aqui sugere que a gleba Rio Saudades tenha sido desmembrada em Fazendas ou lotes e comercializada em partes menores, por Ernesto Francisco Bertaso para subcolonizadores. (Frigo, 2019, p. 69)

Com essa prática, o avanço da expansão agrícola no Oeste Catarinense foi sendo impulsionadas, as grandes glebas eram divididas em lotes agrícolas para atender à demanda dos colonos migrantes que eram trazidos para a região. A Colonizadora iniciou seus trabalhos na região a partir da década de sua criação, em 1944, dando início a venda dos lotes para a colonização, porém, os primeiros colonos chegaram somente no ano de 1948, a partir de uma reestruturação da empresa e uma nova sociedade, como já explicado anteriormente. A venda das terras foi inicialmente realizada a migrantes europeus vindos do Rio Grande do Sul e do Litoral Catarinense, de onde era a maioria dos sócios da empresa.

Com o movimento migratório e a organização fundiária (lotes agrícolas), a Colonizadora deu impulso à colonização, promovendo a formação do núcleo populacional que hoje constitui o município de São Lourenço do Oeste. Nodari (2009a) nos auxilia na compreensão da atuação das colonizadoras, deixando clara a implementação de uma política de migração seletiva, escolhendo e buscando grupos específicos, os quais deveriam seguir os padrões estabelecidos pelo Governo do Estado e pelas próprias colonizadoras. A seleção por colonos italianos e teutos, com

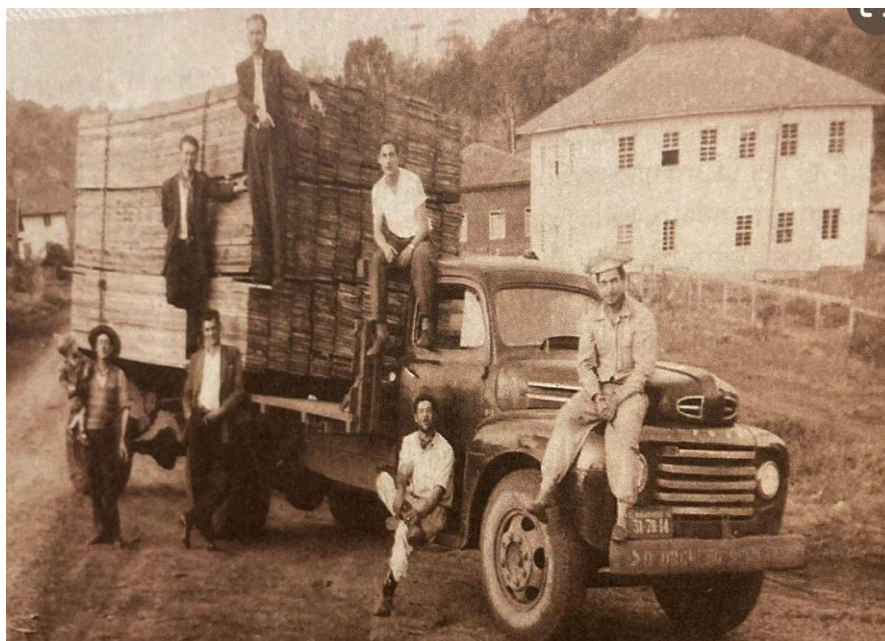
experiências das colônias do Rio Grande do Sul, levaria ao sucesso da colonização. Com a escassez de terras no Rio Grande do Sul, que já não conseguia abrigar suas numerosas famílias, muitos desses colonos optaram por migrar para o Oeste Catarinense.

Os interesses econômicos das colonizadoras no processo de venda das terras e na exploração dos recursos encontrados foram considerados no processo de escolha e comercialização para efetivar a colonização. Para que o processo de colonização se tornasse eficiente, as colonizadoras contavam além das propagandas publicadas em jornais e panfletos com os agentes de colonização, pessoas contratadas para fazer a propaganda de porta em porta, certos de convencer os colonos que as novas terras eram investimentos que seriam usufruídos por toda a família. Esses agentes foram peças essenciais para o sucesso das colonizadoras e a venda de suas terras, impulsionando a colonização na Região Oeste do Estado. Nesse sentido,

Os agentes das colonizadoras constituíram-se, como planejado, no maior grupo de recrutamento de colonos para o Oeste de Santa Catarina. As companhias exigiam certos requisitos para contratarem os seus agentes, como ser ou ter sido colono, ser conhecedor de terras, ou ser comerciante e, ainda dispor de círculo relativamente amplo de parentes ou de amigos a quem oferecer a terra, além de ter credibilidade, pois de sua habilidade dependeria parte do sucesso da colonização, além de um percentual sobre a venda de lotes. (Nodari, 2009a, p. 39)

Com o aumento da migração, novas oportunidades econômicas são desenvolvidas pela Colonizadora Saudades, indo muito além da venda das terras. A empresa foi à responsável por montar serrarias e fazer o aproveitamento da madeira, vendendo aos colonos que chegavam, contando com sua administração na própria colônia (Figura 5).

Figura 5 - Comércio madeireiro, 1960



Fonte: SANTOS, Osni Trindade (1960). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Como é possível verificar na imagem, o comércio de madeira era intenso, diversas foram às serrarias criadas pela colonizadora. Aliás, muitos dos colonos que chegavam viam nas serrarias uma forma de economizar ou de lucrar, pois montaram serrarias nas comunidades mais distantes do centro da Vila, como veremos nas organizações econômicas criadas pelos colonos, que ali se instalaram.

Essas serrarias foram às grandes responsáveis pelo abastecimento interno, na demanda pela madeira, principalmente na construção das casas, mas também, visavam o comércio e o lucro com a diversidade de madeira e o aumento da migração na região. Diversas foram às estratégias utilizadas pela colonizadora Saudades, a fim de atrair os colonos migrantes para a região de suas concessões. Iniciando, pela sua constituição, uma sociedade, despertando o interesse de colonos migrantes que buscavam ascender economicamente e assim tornarem-se donos de terras na região Oeste Catarinense.

Analisando os estudos de Frigo (2019), é possível constatar que a Fazenda Saudades, ou uma parte de suas terras, foram comercializadas pela Colonizadora Saudades, em especial, a região da colonização de São Lourenço do Oeste, a qual foi constituída a partir de 1948 com vinte e um sócios, destes a grande maioria residentes no estado do Rio Grande do Sul e no município de Chapecó. Ao realizar um comparativo dos documentos analisados, a Ata Provisória de 1944 é um contrato

de sociedade de 1948, fica evidente a constituição de sociedades. A formação das sociedades estabelecia valores e quantidades de cotas que deveriam ser adquiridas, essa foi uma das principais estratégias utilizadas pela Colonizadora Saudades para a venda das terras.

A partir de 1948 a Colonizadora buscou promover o desenvolvimento agrícola da região por meio da migração,

Constituída em 1948, a Empresa Colonizadora Saudades adquiriu as terras pertencentes ao atual município de São Lourenço do Oeste. Sua sede estava instalada em Chapecó e seus sócios eram: Serafim Enos Bertaso, Jaime Bertaso, Paulo Pasqualli, Herminio Tissiani, João Tissiani, Luiz Colombi, Marcos Antônio Trombetta, Guilherme Tissiani, Dante Antônio Motin, José Posser, Luiz Mariotti, Guilhermes Sartori, Ângelo Sartori, Agostinho Domingos Stefanello, David Stefanello, Pioanaclete Stefanello, Guilherme Hack, João Beux Sobrinho, Luiz Meneguatti, Aquiles Tomazelli e Edite Aida Mendes. (Hermann; Lessa; Kronbauer, 2018, p. 23)

Dos vinte e um sócios citados, conseguimos constatar graus de parentesco entre eles. Destes muitos residiam no Rio Grande do Sul, outros eram residentes em Chapecó. Os registros apontam que apenas dois fixaram moradia na recém-formada colônia, Guilherme Pedro Hack e Agostinho Stefanello. Dos demais sócios, Serafim Enos Bertaso e Jaime Bertaso, eram filhos de Ernesto Bertaso, proprietário da colonizadora Bertaso, com sede em Chapecó. Percebe-se que o processo de colonização, era atrativo, levando à formação de sociedades, organizações, investimentos, entre parentes próximos e amigos, buscando a lucratividade por parte de seus associados, os quais, muitas vezes, nem conheciam as terras das quais eram donos.

Dos novos sócios da Colonizadora Saudades, somente quatro participaram ativamente da colonização em São Lourenço do Oeste: Guilherme Leopoldo Pedro Hack, João Beux Sobrinho, Agostinho Stefanello e Arnaldo Mendes. Guilherme Hack e João Beux Sobrinho eram de origem teuta e entre eles foram divididas tarefas a fim de consolidar a colonização e começar a fundação da vila para receber os demais colonos que viriam. Acrescentando,

Guilherme Hack foi o primeiro gerente local da Empresa Saudades, de 1950 a 1952, e Agostinho Stefanello era o gerente geral. Este escolheu o local para instalar a Vila, comandou a construção do primeiro barracão da empresa e fez as vendas de terras e de lotes aos primeiros colonizadores. Aqui residiu apenas no ano de 1950. João Beux Sobrinho chegou no mesmo ano, radicando-se definitivamente. (Hermann; Lessa; Kronbauer, 2018, p. 23)

Outro nome que se destaca entre os sócios e chama a atenção é de Edith Ayda Sudbrack Mendes, esposa de Arnaldo Mendes. Vários registros encontrados trazem Arnaldo Mendes como um dos responsáveis pela organização da colonizadora na região, se tornando um grande proprietário de terras em São Lourenço do Oeste. Segundo registros, Arnaldo Mendes e sua esposa, Edith Ayda Sudbrack Mendes, moravam em Chapecó e contribuíram para a colonização da região. Ele, natural do litoral catarinense, da cidade de Biguaçu, e ela, natural de Carazinho, Rio Grande do Sul. Destaca-se que Mendes tinha influência política, foi vereador em Chapecó e auxiliou politicamente para que a Vila de São Lourenço se tornasse Distrito no ano de 1954.

Na Biblioteca Municipal de São Lourenço do Oeste, encontram-se diversas gravações realizadas pela Rádio Doze de Maio, tratando de ser um resgate de memórias com as famílias dos primeiros colonos migrantes que chegaram à região. Em entrevista à Rádio, em 1995, Cairu Hack, neto de um dos sócios da colonizadora, relata sobre a compra dos lotes:

Os sócios até ali, todos compravam um lote de 35 cotas. O meu avô (Guilherme Hack) e o João Beux Sobrinho não tinham o dinheiro para comprar 35 cotas cada um e a sociedade vendo que eram dois homens dispostos a virem pra região da colonizadora, abriram uma exceção e a soma das cotas do seu Guilherme com o seu João Beux é que deu 35. [...] dos 21 sócios que constituíram esta Colonizadora Saudades, somente dois vieram para a colonização. Então o meu avô Guilherme veio, o cargo que ele foi indicado na época era de Gerente do mato, porque a empresa era administrada por estes outros sócios que estavam em Chapecó, [...] eles compraram na primeira compra 1200 colônias, que se estendiam do Rio Feliciano a Campo Erê, 1200 colônias. Compraram do Banco do Rio Grande do Sul e posteriormente foram anexadas a estas 1200 colônias mais 500 colônias que compreendem hoje a região da Farroupilha, Belvedere, Santa Inês aquela região toda lá.¹²

A Colonizadora Saudades foi a responsável pela colonização das terras hoje pertencentes ao município de São Lourenço do Oeste e de outros municípios próximos, tais como: Novo Horizonte, Campo Erê, São Bernardino, Irati, Quilombo, Galvão, Jupiá, Coronel Martins, Formosa do Sul, São Domingos e Santiago do Sul, todos dentro do território da Fazenda Saudades.

Em São Lourenço do Oeste, a Colonizadora construiu um barracão, o qual serviu de abrigo para os colonos recém-chegados, onde se administravam os negócios, levando em consideração a distância da sede em Chapecó. De 1948 a 1952, a administração da empresa era realizada pelos seus sócios à distância, com

¹² Entrevistas realizadas e gravadas pela Rádio Doze de Maio em 1995, acervo dessa pesquisa.

alguns representantes locais. A partir de 1952, a Colonizadora passou por uma reestruturação administrativa. Alguns sócios venderam suas partes, e a empresa ficou sob a responsabilidade de Arnaldo Mendes. Como Mendes residia em Chapecó, passou a administração local para outros representantes e funcionários da empresa. Nesse sentido,

Em 1952, a Empresa Saudades teve alterações e vários membros desligaram-se da sociedade, entre eles Agostinho Stefanello e Guilherme Hack. Como parte que lhe pertencia, Hack recebeu lotes na vila e terras nas proximidades. Com a alteração, a empresa ficou sob o comando de Arnaldo Mendes, o qual entregou a gerência, inicialmente, a Agostinho Stefanello, de 1952 a 1953, e, posteriormente, a José Ebling, que chegou em 1952. (Hermann; Lessa; Kronbauer, 2018, p. 23)

Guilherme Leopoldo Pedro Hack, após sair da sociedade e receber terras como pagamento, criou a firma Industrial e Colonizadora Hack LTDA., com sede no povoado de Jupiá, distrito de São Domingos, município de Xaxim, na época. Analisando uma escritura pública de compra e venda de Edemar Hack, filho de Guilherme Hack, é possível constatar que as terras comercializadas eram uma área pertencente à Fazenda São Bento da Saudade, no Distrito de São Domingos. Edemar Hack passa a ser sócio da colonizadora Hack LTDA. passando esta, a ser a responsável pela venda de terras e pela colonização do município vizinho, isso é em Jupiá.

A Colonizadora Saudades passa novamente por uma estruturação administrativa. A partir de 1959, passa a atuar como Companhia Colonizadora e Industrial Saudades, tendo como responsável principal o Sr. Arnaldo Mendes. Examinando um livro caixa da Colonizadora, foi possível constatar que as terras ainda estavam de posse da mesma, passando a ser comercializadas por Arnaldo Mendes e seus filhos Juarez Mendes, Jader Mendes e Jarbas Mendes, bem como seu genro Paulo da Costa Ramos. No livro caixa constam diversos lotes urbanos e rurais que foram divididos entre os nomes acima citados. Contendo registros de matrículas, quadras ou séries onde se encontravam tais lotes, trazendo a extensão da área em metros quadrados, a data da venda, número de contrato, nome dos compradores, números e datas das escrituras¹³. Em outro documento, uma solicitação de baixa do alvará de licença e funcionamento, enviado à Prefeitura Municipal de São Lourenço, datado de 1992, deixa claro que a Colonizadora

¹³ Fonte: Cartório de Registros de Imóveis de São Lourenço do Oeste.

mantinha um escritório na rua Ernesto Beuter n.º 877, no Centro, assinado por Jacinto S. Martini.

É possível constatar como a posse e o controle da terra estava concentrado nas mãos de poucos indivíduos ou famílias, que se beneficiaram diretamente das oportunidades trazidas pelo processo de colonização. Reforçando a ideia de que o processo de ocupação territorial e colonização facilitaram o acesso a terra para muitas famílias de colonos migrantes, que se tornaram proprietários.

2.3 A MIGRAÇÃO

Durante os séculos XIX e início do século XX, o Estado brasileiro incentivou a imigração de grupos europeus, esses beneficiados com o deslocamento. O Governo buscava uma intervenção planejada, criando um cenário para uma nova ordem social,

Nas ocasiões e nos locais em que os (i) migrantes foram desejados, como ocorreu, por exemplo, com os alemães, italianos e poloneses, em especial ao longo do século XIX e início do seguinte, quando fizeram parte de uma reengenharia social promovida pelo Estado brasileiro, o próprio Estado proporcionou-lhes diversas benesses e proteção, que foram decisivas para impulsionar o novo projeto de vida. (Radin; Gritti, 2022, p. 22)

Esses mesmos grupos, ou seus descendentes, tornaram-se alvos da migração, sendo novamente “os escolhidos”. O processo migratório em algumas regiões foi planejado e conduzido pelas empresas colonizadoras, atraindo os colonos migrantes que seriam levados para as regiões de suas atuações. A estratégia principal foi replicar práticas socioculturais e produtivas, integrando o território à economia nacional e buscando promover o desenvolvimento agroindustrial na região a ser colonizada. Assim,

A escolha das colonizadoras para o colono ideal recaiu sobre os teutos e ítalos brasileiros estabelecidos no Rio Grande do Sul, os quais já estavam acostumados ao padrão de pequenas e médias propriedades, mesmo modelo utilizado para o Oeste. Assim, os descendentes de alemães e italianos, ao optarem pela migração para o Oeste de Santa Catarina, acreditavam que poderiam recriar as suas práticas socioculturais, ideia que era passada pelas próprias colonizadoras. A forma mais eficiente para alcançar o sucesso pretendido era a montagem de um esquema de publicidade e de recrutamento nas principais colônias do Rio Grande do Sul com condições de fazer frente à concorrência entre as diferentes colonizadoras. (Nodari, 2009b, p. 140)

Nodari (2009b) deixa claro que para alcançar seus objetivos, durante o processo de colonização, as companhias montaram um esquema de propagandas, publicidade e recrutamento eficiente nas principais colônias do Rio Grande do Sul. Envolvendo anúncios em jornais, mapas ilustrativos, dando destaque às vantagens das terras oferecidas. As famílias que migravam para o Oeste se tornaram propagandistas das terras em abundância da região, auxiliando assim na vinda de mais famílias, fossem eles parentes ou vizinhos das terras velhas. Após a fixação das primeiras famílias em suas propriedades na Vila de São Lourenço, um trabalho de propaganda começa a ser feito pelos próprios colonos a fim de que outros, familiares, amigos e conhecidos viessem para as novas terras.

Em análise a entrevistas realizadas em 1987, é possível perceber esse tipo de estratégia¹⁴. Durante a entrevista concedida em 1987, Paulo Libardoni, ao ser questionado sobre de onde vinham os colonos, destaca o Litoral Catarinense. Deixando evidente a propaganda realizada pelos próprios colonizadores, conforme trecho ilustrativo,

Sim muito porque eu e meu pai no início da colonização fizemos uma viagem a uns trinta e tento, quase quarenta anos lá por baixo a giza de propaganda dessa colonização. Então trouxemos, vieram muitos amigos nossos de Araranguá, Criciúma, Louro Müller, Orleas, Tubarão enfim do Sul do estado, ali meio, Jacinto Machado é aquela região toda do sul do estado. Tem muita gente aqui essas famílias tradicionais hoje aqui são oriundas dessa região.

Ao citar as regiões de onde foram recrutados amigos e parentes da família, pode ser percebido que a maioria era descendente da migração italiana, levando em consideração o estabelecimento de colônias italianas no Sul de Santa Catarina desde o final do século XIX. Ao ser questionado sobre as propagandas se estenderam ao Rio Grande do Sul, o entrevistado relatou:

Estendeu-se, mas não fomos nós que fomos lá, foi mais os próprios compradores que a fizeram, os primeiros que iniciaram, que para cá vieram. Libardoni, Lazarotto, Heker estas famílias se encarregaram de voltar visitar os parentes e os amigos e fazer a propaganda e trazer mais gente ainda.

O depoimento de Paulo Libardoni descreve como a propaganda realizada pelos primeiros colonos foi de extrema importância. A rede de contatos pessoais e familiares teve forte influência, levando diversas famílias vindas do Rio Grande do Sul e do Litoral Catarinense a fixarem-se nas novas terras. A colonização do Oeste

¹⁴ As transcrições das entrevistas seguem como foram realizadas na época, sem alterações pela autora.

Catarinense e da região pesquisada foi marcada por estratégias institucionais das colonizadoras e pelo protagonismo dos primeiros colonos que migraram, os quais buscavam manter e adaptar suas tradições socioculturais no novo território.

A partir de 1952, chegou à Vila de São Lourenço o senhor José Ebling, oriundo do Rio Grande do Sul. Ele era agrimensor contratado pela Colonizadora Saudades para trabalhar na região. Com um longo histórico político, foi subprefeito do Distrito de São Lourenço do Oeste e, após a emancipação política do município, foi o primeiro prefeito eleito do município. Outrossim,

Na época, a família já residia na cidade de Taquara, que era sede da Inspeção de Terras e Colonização do Leste (Órgão da Secretaria de Estado da Agricultura), e, por intermédio de seu pai, conseguiu emprego como ajudante de corda (puxador de treva e anotador de medidas). Com o passar do tempo aperfeiçoou-se e tornou-se um excelente profissional da agrimensura. Chegou a São Lourenço do Oeste no mês de abril de 1952 para trabalhar na Companhia Colonizadora Saudades e, em 1954, ingressou na vida política, sendo convidado, em 1955, pelo então prefeito de Chapecó, Plínio Arlindo de Nês, para ocupar o cargo de subprefeito do Distrito de São Lourenço, cargo que exerceu até 1957, do qual solicitou demissão, por desentendimentos com o prefeito. (Hermann *et al.* 2024, p. 289)

É possível verificar mais uma das estratégias utilizadas pela Colonizadora Saudades no município, pois a colonizadora contratava trabalhadores para auxiliar e executar seus projetos de colonização. O profissional citado, José Ebling, encontrou em seu trabalho de destaque na época, uma forma de inserção social e política, passando a participar ativamente no processo de colonização e organização administrativa de São Lourenço do Oeste. Na Figura 6, é possível constatar o envolvimento dos moradores nas atividades requeridas pela Colonizadora, a fim de reestruturar as áreas que estavam à venda.

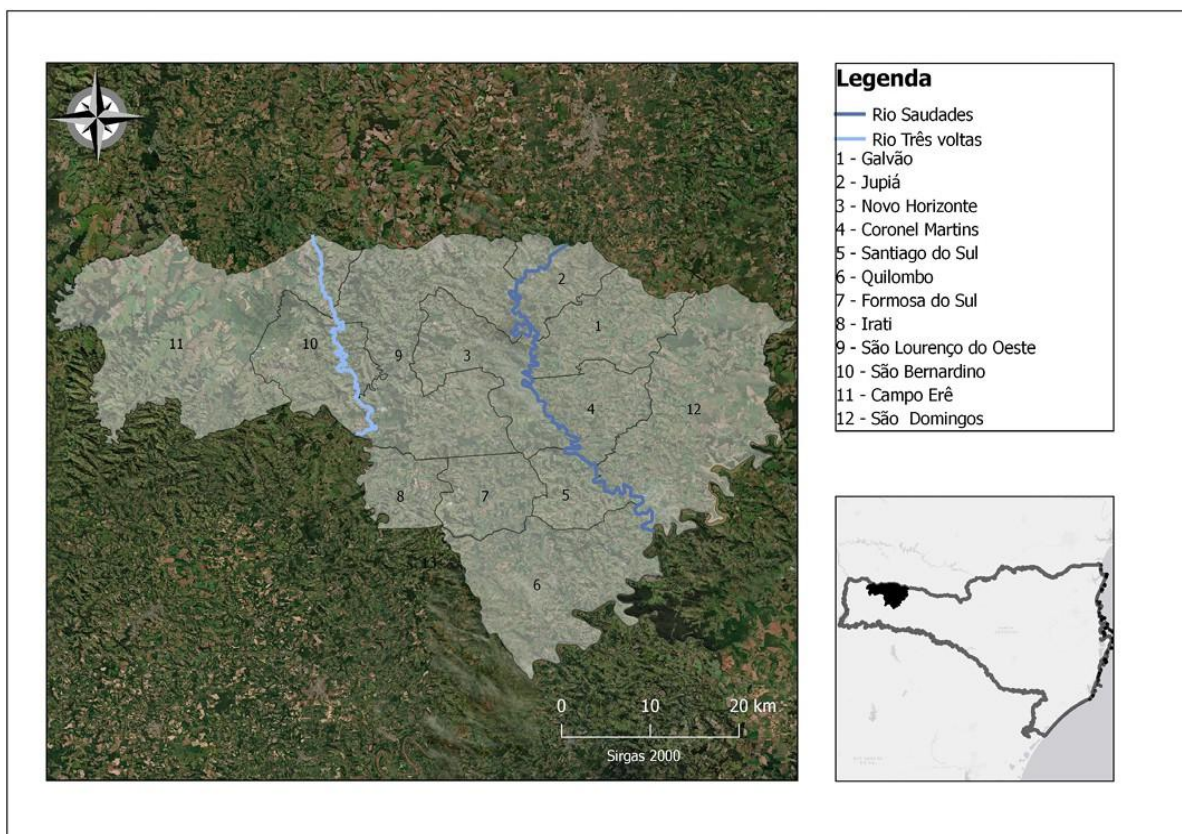
Figura 6- Grupo de agrimensores de São Lourenço do Oeste,1955



Fonte: Família Hermes (1955). Acervo familiar.

As vendas das terras foram realizadas em pequenas propriedades para os colonos migrantes. Esse modelo de colonização favoreceu a formação de uma sociedade mais rural nessa região, diferenciando-se dos grandes latifúndios que se formaram em outras regiões do nosso país. Na Figura 7, podemos identificar 12 municípios formados em parte da região Oeste do estado, dando destaque aos Rios Saudades e Três Voltas. É possível relacionarmos a sua configuração territorial, hidrográfica e a identificação dos municípios, como parte do modelo de colonização adotado na região Oeste de Santa Catarina.

Figura 7 - Municípios entre os Rios Três Voltas e Rio Saudades



Fonte: Adaptado de FRIGO, CARBONERA e MORETTO (2022, p. 214).

Segundo os estudos de Hermann, Lessa e Kronbauer (2018), houve duas correntes migratórias para a região. A primeira, com colonos vindos do Rio Grande do Sul, e a segunda, vindos do Litoral Catarinense, de 1948 a 1958, período apontado como o início da colonização e emancipação política do município de São Lourenço do Oeste.

Nesse cenário, as famílias que já residiam na região anterior a esse período não foram consideradas colonizadoras, pois, não foram inseridas dentro do processo formal de colonização, planejado e com objetivos produtivos que definiram o projeto socioeconômico da região após a chegada dos colonos migrantes a partir de 1948. Várias foram as famílias que chegaram na região até 1948, porém, a chegada das famílias de Paulo Libardoni e João Lazzarotto foram as mais “marcantes” para a região. Eles vieram de Santa Lúcia do Piaí, município de Caxias do Sul (RS), em maio de 1949, mudaram-se, trazendo suas mudanças em um caminhão Ford 1946, instalando-se no barracão da Colonizadora.

As famílias recém-chegadas, Libardoni e Lazzarotto, vindas do Rio Grande do Sul, mantinham um poder aquisitivo mais elevado do que os primeiros que ali

chegaram. O fato de já possuírem um caminhão e trazerem seus pertences de forma mais fácil e rápida destaca o seu potencial econômico, mais desenvolvido para a época. Do mesmo modo, são eles que deram início aos estabelecimentos e empreendimentos comerciais da Vila de São Lourenço, tornando-se empresários bem-sucedidos, criando empresas que hoje são reconhecidas nacional e internacionalmente. Trataremos mais sobre o assunto no próximo capítulo.

Conforme entrevista realizada em 1987, Paulo Libardoni relata sobre a chegada dos migrantes em 1949 e a prosperidade da região de São Lourenço do Oeste a partir de então. Ao ser questionado se já havia um povoado na localidade, respondeu:

Não, não tinha nada, tinha só uns seis rancho ma tudo tábua ranhada com o ferro, primeira tábua serrada fui eu que trouxe de de lá do Campanhoni dali do Vitorino, primeira casa feita era taboinha era só rancho tudo rancho e o trabalhador pra fundar a cidade agrimensor que media, media três vez a cidade queria botar a rua de vinte metros eu digo bote trinta e cinco, ela tá aí e estreita agora, fizeram muito largo o sermem face larga que vai nascer, tinha pinhal por cima, tinha que derrubar pinheiro para fazer casa, tinha a serraria da companhia; eu fui representante troche muito colono.

Fica evidente na fala do entrevistado que não havia um povoado formal antes de sua chegada em 1949, mas sim uma ocupação inicial e dispersa, que aos poucos foi sendo estruturada pela organização e pelo trabalho dos colonos que chegavam. Dos quais muitos foram motivados a migrar para a região por ele. Sendo uma fase fundamental para a fundação oficial do povoado (Figura 8). O aumento da migração, a abertura de estradas, os agrimensores, a presença da serraria da Colonizadora foram fatores que permitiram o crescimento da Vila, dando origem ao município de São Lourenço do Oeste em 1958.

Figura 8 - São Lourenço do Oeste: Primeiras moradias, 1949



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste. (1949).

Na foto, é possível constatar como eram os ranchos citados pelo entrevistado, assim como perceber as dificuldades encontradas pelos primeiros moradores que ali chegaram. Ao fundo, a imensidão da floresta que precisava ser derrubada para colocar em prática as atividades agrícolas típicas da colonização. Na região em que as modestas casas se encontravam, atualmente correspondem à esquina da Avenida Brasil com a Rua Guilherme Hack, no Centro do município.

Em outro trecho da entrevista, Paulo Libardoni comenta sobre os caboclos que já habitavam a região ou de onde vinha, porque vinham antes da chegada dos migrantes. Nota-se em sua fala que refere aos caboclos como alguém considerado de pouca origem ou que possivelmente abrigavam-se na região, fugidos da justiça cometer algum crime. Questionado sobre quem residia na Vila, respondeu:

Era tudo gente que vinha de Campos Novos, gente que vinha do Rio Grande matava um lá e vinha aqui e eu, graças a Deus, estou vivo nunca arrisquei a morrer, mas tinha muita gente boa, vinha aqui ficava dez, doze anos escondido aqui no mato a maioria de Campos Novos, a maioria tudo de pouca origem, a maioria era brasileiro misturado mas gente boa e tem pouco dessa gente, mas ainda tem.

O entrevistado afirma que esses caboclos teriam vindo de Campos Novos e do Rio Grande do Sul, indicando uma migração anterior à sua e dos demais migrantes que chegaram a São Lourenço do Oeste a partir de 1948. Ao descrever o caboclo como de “pouca origem” percebe-se que faziam parte desses grupos pessoas mais humildes, sem grandes posses.

Ao relatar que “a maioria era brasileiro misturado”, o entrevistado se refere a uma população diversa e miscigenada, com etnias, culturas e origens variadas. Por outro lado, os colonos que chegaram para colonizar eram descendentes de italianos e alemães. Observa-se, na fala do entrevistado, que algumas dessas pessoas viviam “escondidos no mato”, referindo-se a problemas com a justiça ou algum tipo de represália. Em algumas situações, pessoas com algum problema com a justiça fugiam para áreas menos povoadas e mais distantes.

2.4 QUEM ERAM OS COLONOS MIGRANTES

O sucesso da colonização dependia da vinda e da adaptação dos colonos migrantes. As estratégias utilizadas pela colonizadora foram eficazes, considerando que um número expressivo de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e do litoral catarinense se deslocou para essas terras, no oeste do estado. Neumann (2022) nos ajuda a compreender a complexidade dos processos migratórios em projetos de colonização, bem como a dinâmica não linear desses movimentos. A autora contribui,

Chegar e partir fazia parte do cotidiano de qualquer projeto de colonização. Acreditava também que nem todos serviam para uma colônia recém-formada, mas somente aqueles que concordavam em se adaptar a esse estilo de vida inicial, valendo-se do auxílio de pessoas experientes. Enfim, os movimentos migratórios não seguem uma trajetória linear - partir, chegar, permanecer, progredir -, mas se adaptam a um leque de possibilidades, atravessadas por inúmeros fatores internos e externos. (Neumann, 2022, p. 147)

A partir dos estudos de Neumann (2022), entende-se que a experiência dos colonos migrantes ao se estabelecerem em novas regiões, como o Oeste de Santa Catarina ou nas terras da Colonizadora Saudades, eram essenciais para o sucesso da colonização. Diversos fatores internos, como expectativas pessoais e capacidade de adaptação, e fatores externos, tais como as condições econômicas, políticas e ambientais, faziam com que as diversidades na trajetória da migração fossem

variadas. Por não seguir um caminho linear de chegada, fixação e progresso, muitos colonos migrantes tiveram múltiplas trajetórias, retornando ou deslocando internamente.

Pode-se concluir que o resultado da colonização também dependia da capacidade de acolhimento, do apoio e da integração dos primeiros colonos que chegaram. Tornando o processo de colonização e de migração um contexto de constante transformação. Nesse sentido, diversas foram as famílias que se deslocaram para a Vila de São Lourenço a partir de 1948/1949. Essas famílias, em sua maioria numerosa, eram acolhidas pelos colonos já residentes e pela colonizadora, que mantinha um local para abrigar os recém-chegados. O fragmento, a seguir, da entrevista de Paulo Libardoni, é possível compreender quais eram as descendências dessas famílias:

A maioria de descendência italiana, de origem italiana, tanto as que vieram do Rio Grande do Sul, como do sul do estado, alguns de origem açoriana, nem tantos como temos lá no litoral do estado de Santa Catarina e do Rio Grande então também de origem italiana estes que vinham de Guaporé, Caxias, Bento Gonçalves Nova Prata. E de origem alemã os que vinha estes oriundos de Estrela, Lageado, Arroio do Meio, Santa Cruz, por aí que tem muita gente por aí dessa região.

Analisando a fala, teremos que a descendência predominante das famílias era italiana e alemã, seguida de um grupo menor de açorianos, em sua maioria vinda de cidades do Rio Grande do Sul e da região sul de Santa Catarina. Evidentemente, esse perfil étnico reflete o processo migratório interno na região Sul do país. Esses colonos migrantes já estavam acostumados ao modelo de pequenas e médias propriedades rurais praticado pelas colonizadoras. Ao migrar, buscavam manter suas práticas socioculturais e econômicas, já estabelecidas nas colônias velhas, contribuindo para a formação da identidade cultural e econômica da vila que se formava.

2.5 CABOCLOS E COLONOS MIGRANTES: CONEXÕES E CONTRASTES

Ao refletirmos sobre a questão agrária no Brasil, Maestri (2012, p. 217) em uma arguição sobre a civilização cabocla nos diz que,

O nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo. Com o passar dos anos, caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. De denominação étnico-produtivo o termo passou a descrever essencialmente realidade

social-produtiva. O caboclo mantinha relação de posse não-permanente com a terra que, associada a sua destribalização, ensejaram o fim do domínio e controle comunal do território. O caráter temporário da ocupação da terra pelo caboclo expressa-se na ausência de lavouras perenes e no caráter sumário de sua moradia e benfeitorias, que podiam ser “reconstituídas em questão de dias”, e de seus equipamentos, capazes de serem carregados nas costas de um homem.

O autor supracitado deixa clara a relação do caboclo com a terra, que corresponde à posse não permanente, com moradias simples e plantações temporárias, uma lógica de sobrevivência e adaptação. Assim, esse indivíduo, definido como semi-aculturado, é um mestiço nativo.

Com o processo de colonização, o modo de vida do caboclo entrou em choque com o modo de vida dos colonos migrantes. A ideia de propriedade privada, a agricultura comercial e a exploração intensiva dos recursos naturais, fizeram com que o caboclo se afastasse ou buscasse adentrar a mata para buscar novos espaços e manter sua cultura e sobrevivência. Os grupos teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros que chegaram para a colonização em São Lourenço do Oeste auxiliaram para esta ruptura, as formas de sobrevivência dos caboclos que já habitavam a região foram transformadas, estes foram obrigados a se afastar ou a abandonar suas práticas tradicionais. Muitos deles passaram a ser empregados nos mais diversos serviços que eram necessários para a modernização do espaço.

Paulo Libardoni relata alguns dos costumes dos caboclos, revelando que muito se aprendeu com aqueles que habitavam a região antes de sua chegada. Igualmente, é destacado que o gringo e o alemão seriam os pioneiros¹⁵ da colonização, deixando claro que o migrante e os caboclos não se “misturavam muito”. Ao ser questionado sobre a forma de vida dos caboclos, relata que a caça era primordial:

Caça tinha muito porco do mato, cateto viado pardo foi matado aqui na praça no campo de futebol de domingo achava pardo ai e pegava, vinha viado já cansado e jogando futebol meu genro deu um coice assim na bola, fico tudo a espuma na chuteira e o viado loco no meio da gente porque sabe onde tem o gringo e o alemão tem futebol também.

Desse modo, pode ser aferido que viviam da caça, demonstrando uma relação direta com a natureza, e a abundância de algumas espécies, que se tornaram fonte de subsistência desse grupo. Ao mesmo tempo, o entrevistado dá ênfase à presença e à influência de práticas culturais dos colonizadores, neste caso

¹⁵A palavra pioneiro sempre foi colocada para enaltecer a figura dos primeiros colonos, aqueles que “desbravaram” a região, sem considerar os povos que ali já habitavam.

representado pelo jogo de futebol. O modo de vida e os costumes dos “gringos e dos alemães” passam a se misturar com o modo de vida tradicional dos caboclos. Podemos dizer que essa convivência, cultural e ambiental, foi marcada de início por uma mistura de elementos rústicos e modernos, naturais e culturais, os quais definiram o cotidiano da comunidade que se formava na Vila de São Lourenço do Oeste.

Noutra situação, Paulo Libardoni relata uma das formas de lazer dos caboclos, destacando algumas impressões comportamentais deles. Quando questionado sobre os bailes na Vila, responde:

É, pouco, nós não ia nos baile dos caboclo porque sabia que dava as briga, os imigrante ia pouco, não se misturava em festa bibideira, o caboclo ele não tando bebido é uma mesma alma santa; ih! ih! Quantas vacas que vendero afiado pros imigrante, aqui tinha um criador tinha uma oitenta vaca, dois tinha. Tinha o Lageano, tinha o falecido Bastião Vacariano de Vacaria, ele mato um lá e veio aqui, morreu agora pouco tempo muito meu amigo, amigo de verdade.

A fala revela aspectos importantes e relevantes do convívio social e comercial entre o caboclo e o colono migrante. Ao afirmar que os migrantes não participavam das festas ou bailes dos caboclos, evidencia um distanciamento cultural, pois havia certo temor de brigas nesses eventos, principalmente pelo excesso de bebida alcoólica praticada pelos caboclos. Entretanto, a relação se estreitava de outras formas, principalmente na relação comercial e no trabalho.

Ao relatar que sóbrios, os caboclos eram pessoas de boa índole, Paulo Libardoni, menciona a relação comercial estabelecida entre as duas culturas. O comércio de gado se destacava, já que alguns caboclos tinham diversas cabeças de gado e vendiam aos colonos migrantes, “confiando na palavra”, pois o pagamento seria feito posteriormente. Assim, o perfil da comunidade, que estava se formando, ficou marcado por deslocamentos, laços de amizade, episódios de violência, mas também por trocas de convivência e de experiências cotidianas por parte de ambas as culturas que dividiram o mesmo espaço, no início da colonização.

Na Figura 9, é possível perceber que o monjolo, uma espécie de moinho rudimentar, era utilizado como uma forma de organização econômica utilizada pelos caboclos nos primeiros tempos. O instrumento era utilizado para moer o milho e produzir farinha para o sustento das famílias.

Figura 9 - Monjolo para esmagar grãos



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste.

As primeiras famílias de colonos migrantes que chegaram à Vila foram se adaptando, de início utilizavam o monjolo como os caboclos, porém, logo esse instrumento rudimentar foi substituído por outros mais sofisticados, como o moinho movido a roda d'água. Posteriormente, um desses moinhos se tornou uma das maiores empresas alimentícias do município, a Nutrisul. Veremos mais sobre a Empresa nos próximos capítulos.

Na Figura 10, teremos o preparo do cavalo, muito utilizado para o trabalho na agricultura e para o transporte de produtos e de pessoas. Com a limitação e precariedade das estradas, o meio mais utilizado para o deslocamento e o mais viável era o cavalo. As picadas abertas na mata nos primeiros tempos dificultavam o acesso com outros meios de transporte. Tornando-o animal indispensável nos primeiros tempos da colonização. Embora alguns colonos já possuíssem veículos, a locomoção dos caboclos e de muitos colonos continuava a ser o cavalo.

Figura 10 - O uso do cavalo para locomoção e transporte



Fonte: LOPES, Olga Abatti (s.d.). Acervo da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste.

Nota-se que no início da colonização a relação entre os migrantes recém-chegados e os caboclos era relativamente boa. O comércio do gado, realizado pelos caboclos, favorecia ambos os grupos. Muitos passaram a trabalhar na lavoura, sendo peões dos colonos migrantes.

Alguns caboclos trabalhavam auxiliando na abertura de estradas, na plantação e colheita das roças, na madeireira e nas serrarias da Colonizadora Saudades. Com a chegada de mais migrantes europeus, muitos foram se deslocando mais para o Extremo Oeste Catarinense e para o Paraná. Poucos foram os que ficaram na região. Os que permaneceram, segundo relatos, se deram pelo fato de conseguirem um pedacinho de terra e continuaram vivendo sem “aumentar o capital”, apenas plantando para subsistência da família.

3 A COLONIZAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

O presente capítulo aborda a colonização de São Lourenço do Oeste, tendo como foco a formação social e econômica que se desenvolveu na região. Dar ênfase à trajetória histórica resultante das correntes migratórias que formaram a vila e as comunidades, partes importantes deste processo. Desse modo, buscamos fazer uma abordagem do surgimento da vila e seus primeiros moradores, as famílias caboclas a denominaram, inicialmente, de Catanduva. A partir do processo de colonização, pela migração dos colonos ítalos e teutos, os habitantes passaram a chamá-la de Bracatinga, até a formação do distrito e sua emancipação política, quando passou a se chamar São Lourenço do Oeste.

Outrossim, compreender aspectos da organização socioeconômica decorrente da colonização e algumas particularidades culturais, as quais condicionaram a história do município. São Lourenço do Oeste é um dos 38 municípios da microrregião de Chapecó, a mesorregião do Oeste de Santa Catarina, a qual teve sua formação a partir da divisão dos municípios criados em 1917, pela Lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, no Estado Catarinense, região que teve sua colonização intensificada a partir de então.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (2025), o município encontra-se situado na região Sul do Brasil e na região Oeste do estado de Santa Catarina. Abrangendo uma extensão territorial de 361,77 km², tendo um planalto acidentado e com altitude média de 895 metros acima do nível do mar, apresenta diversas divisas: ao norte com o estado do Paraná; ao sul com os municípios de Formosa do Sul e Irati (SC), ao oeste com São Bernardino, Campo Erê e Saltinho (SC) e ao leste com Jupiá e Novo Horizonte (SC).

A área rural do município é organizada em distritos, os quais abrangem diversas comunidades. **Distrito de São Roque:** Cabeceira do Rio Jordani, Linha Belvedere, Linha Bianchi, Linha Esperança, Linha Pieta, Linha Prata, Linha Santa Inês, Linha Santos Dumont, Linha São Joaquim, Ouro Verde, Planalto, Rio do Ouro e Sant'Ana da Bela Vista; **Distrito de Frederico Wastner:** Lajeado Grande, Lajeado Raul, Linha Campinas, Linha Costa, Linha São Miguel, Rio Feliciano, Santa Clara, Santa Terezinha, São Caetano, São João e Taquari; **Distrito de Presidente Juscelino:** Alto da Serra, Bela Vista, Lajeado Antunes, Linha Alvorada, Linha Amizade, Linha Bender, Linha Bessegatto, Linha Filipini, Linha Gramadinho, Linha

Jacutinga, Linha Limoeiro, Linha São Paulinho, Linha Sentinela, Linha Turvo Baixo, Nova Farroupilha, Novo Guaporé, Poço Redondo, Santo Antônio, São Roquinho e Três Voltas.

Por sua vez, os rios que abrangem o município são: São Lourenço; Feliciano; Três Voltas; Macaco; Lajeado Grande; Ouro. Já a área urbana é dividida em bairros e loteamentos: Centro; Bairro Brasília; Bairro Santa Catarina; Bairro Área Industrial Sul; Bairro São Francisco; Bairro Perpétuo Socorro; Bairro Cruzeiro; e Bairro Progresso.

Segundo o Censo de 2022, a população do município de São Lourenço do Oeste é de 24.785 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). A economia do município é mantida pelo setor industrial alimentício e madeireiro, no ramo moveleiro, com uma grande rede de comércios e prestadores de serviços. Nas áreas rurais, a economia se destaca com bacias leiteiras, extrativismo vegetal e a criação de suínos.

A data considerada como o início da colonização das terras hoje pertencentes ao município de São Lourenço do Oeste, pelos migrantes europeus, é o ano de 1948, porém, registros encontrados, trazem que outras famílias chegaram antes desse período e se instalaram na região a partir de 1900, procedentes do Paraná e de outras regiões do Estado, sendo esses, desconsiderados da “façanha da colonização”¹⁶ (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, 2025).

3.1 DA VILA AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

O surgimento de uma vila e o consequente aumento progressivo de sua população implicou na alteração da forma de produzir, constituindo-se em fatores de crescimento econômico. No contexto desta análise, a vila de São Lourenço do Oeste esteve subordinada ao Distrito de Campo Erê. A articulação de lideranças locais criou as condições para a conquista da autonomia política e administrativa.

O município de São Lourenço do Oeste teve sua história e cultura influenciada por diferentes grupos ao longo de sua colonização e formação regional.

¹⁶ Todo feito de colonização desta época era visto como um ato heroico ou algo difícil de ser realizado, onde somente alguns foram capazes de realizar, desconsiderando os demais que também auxiliaram.

As denominações de identificação foram várias, cada uma com histórias e legados específicos. Nesse contexto,

[...] Catanduva, Bracatinga, Distrito de São Lourenço e São Lourenço do Oeste. As denominações foram assumidas em momentos históricos distintos, e por razões facilmente identificadas. Quem aqui residiu anteriormente à vinda das correntes migratórias tratou este espaço como Catanduva, em referência a uma vegetação do mesmo nome, comum na região, talvez porque o solo fosse fraco. O lugarejo foi chamado de Bracatinga pelas famílias que aqui se fixaram a partir de 1948, também denominados de primeiros colonos. O nome tinha a ver com o barracão da Empresa Saudade, construído de bracatinga, uma madeira abundante na região, e que abrigou as famílias advindas do Rio Grande do Sul e do litoral catarinense. (Hermann; Lessa; Krombauer, 2024, p. 27)

Compreende-se que a mudança dos nomes reflete as diferentes etapas no processo de ocupação e desenvolvimento da região. De um território natural e pouco habitado (Catanduva, terreno argiloso e pouco fértil), para um espaço de colonização e organização coletiva (Bracatinga, árvore nativa encontrada na transição da mata atlântica). As transformações sociais, a formação de uma identidade local, são marcadores históricos e culturais que acompanharam a evolução da colonização, levando à consolidação política e administrativa (São Lourenço do Oeste).

Diante de alguns registros históricos, constatou-se que por volta de 1900 já havia a presença de caboclos, exploradores, mercadores de erva-mate e tropeiros. A região era caminho de picadas e picadões que iam de Palmas no Paraná até Barracão na Argentina, passando por Clevelândia e Campo-Erê (Folador, 1988).

Alguns dados encontrados comprovam que a região de São Lourenço do Oeste foi habitada por muitas famílias caboclas e de outras etnias, antes da chegada dos migrantes de descendência italiana e alemã, dos quais foram denominados de “colonizadores” ou os chamados “pioneiros” desta região, desconsiderando os que ali já habitavam. Os nomes de famílias luso-brasileiras nas localidades onde chegaram às primeiras famílias migrantes, antes de 1948 foram:

[...] se encontrava já formadas as localidades de São Lourenço, Macaco, Três Voltas e Saudades, pertencentes ao então Distrito de Campo Erê, criado em 1917, por ocasião da criação do município de Chapecó. Levantamentos contábeis da subprefeitura do Distrito de Campo Erê, datados de 1924, relacionam cinquenta famílias que moravam em São Lourenço: Mateus de Oliveira, Domingues de Lima, Antunes de Lima, Traidock, Antunes Rodrigues, Pereira Silva, Fernandes Oliveira, Ribeiro Paz, Gomes Santos, Batista Godois, Chagas, Amaro, Tamoio, Alves da Luz, Almeida, Cabral, Antunes Oliveira, Antunes Rocha, Farias, Santos, Lemes da Silva, Ferreira Barbosa, Antunes Poncicá, Aires Guerreiro, Rodrigues

Forte, Rodrigues Pereira, Bermit e Rodrigues Fonte. (Hermann; Lessa; Krombauer, 2018, p. 20)

Alguns pontos importantes podem ser analisados quanto à formação de algumas localidades, as quais ainda hoje fazem parte do município, com a única exceção, na nomenclatura de Macaco, que passou a se chamar Linha Santo Antônio. Essa formação destaca o processo de ocupação por famílias que se estabeleceram ali, anteriormente ao período tratado como o início da colonização.

Cabe destacar o levantamento contábil realizado em 1924 como sendo um registro histórico importante para a precisão dessas informações. Percebe-se a importância administrativa, evidenciando a organização e a preocupação em controlar o desenvolvimento e a expansão territorial dessas localidades. A denominação São Lourenço refere-se hoje ao Distrito de Frederico Wastner, também chamado de São Lourenço Velho. Acrescentando,

Na localidade de Macaco havia vinte famílias: Farias, Silvério dos Santos, Barbosa. Abreu, Pacheco Santos, Schimidt, André, Ferreira Menores, Leite, Jeremia, Baitaca, Gomes Santos, Martins Antunes, Tomais, Machado e Albino. Amaro Maciel, Garcia, Chagas, Machado, Antunes e Cordeiro Camargo moravam na comunidade de Três Voltas. Saudades contava com vinte e quatro famílias: Monteiro, de Paula, Mendes Santos, Alves Oliveira, Gormedes, Alves da Rocha, Pereira, Souza Fontes, Courado, dos Santos, Cardoso, Amaral, Patinho, Romário e Alves. O documento que relaciona o nome desses moradores é manuscrito e está em poder de João Neri Rocha, ex-vereador, descendente da família Rocha Loures, uma das mais antigas de Campo Erê. (Hermann; Lessa; Krombauer, 2018, p. 20)

A diversidade de sobrenomes e o número expressivo de famílias indicam a composição étnica dos primeiros moradores, em sua maioria cabocla, evidenciando essa presença anterior à colonização. Assim, a colonização que se efetivou na região a partir de 1948, já encontrou algumas organizações locais, vinculadas ao Distrito de Campo Erê. No cargo de subprefeito de Campo Erê, Antônio Rocha Loures era quem chefiava o local, juntamente com o subdelegado Antônio Lemes. Todas as organizações da Vila neste período passavam por seus comandos (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, 2025).

Segundo os estudos de Folador (1988), a região era habitada por caboclos, os quais construíram seus “ranchos”, principalmente em pontos de “pouso” de tropas. Um desses pontos recebeu uma das expedições oficiais. Os dados foram coletados pelo pesquisador em entrevistas realizadas com alguns moradores que ainda moravam no município e seus descendentes,

Uma delas fez paradeiro na localidade hoje denominada Frederico Wastner, à margem do riacho ali alcançado, ao qual foi dado o nome de São Lourenço, porque foi no dia deste santo que se verificou a “pousada”, segundo contam os mais antigos moradores do lugar. (Folador, 1988, p. 37)

É possível identificar o nome dado ao riacho existente, o qual hoje é um dos rios que abrangem o município. O Rio São Lourenço está localizado no Distrito de Frederico Wastner. Destarte, São Lourenço Velho foi uma das localidades habitadas antes da chegada dos colonos migrantes, atualmente é um distrito do município e tem como denominação Frederico Wastner. Entre os moradores desta localidade, destacou-se o nome de Frederico Wastner, de descendência teuta, o qual passou a residir em São Lourenço Velho (Frederico Wastner) em 1940, sendo nomeado ao cargo de “inspetor de polícia” em 1946.

As famílias caboclas que fixaram moradia em São Lourenço Velho, Catanduva ou nas demais regiões já citadas, foram aos poucos se retirando para o Estado do Paraná, vendendo ou abandonando suas casas e espaços que historicamente ocupavam. Outros passaram a trabalhar para a colonizadora ou para os colonos que chegavam para colonizar a região. Contribuindo,

Procópio Antunes de Lima também vende seu rancho a Verana Elias de Chaves, mudando-se para Pato Branco. Elias, por sua vez, o transfere, bem como direito de posse à Empresa Saudades por dez contos de réis, abandonando o lugar. (Folador, 1988, p. 38)

O direito de posse ou ainda os títulos de propriedade eram raros frente à realidade cabocla na região do Oeste do Estado. Na antiga Catanduva, não foi diferente, visto que esses, não possuíam tais documentos. O fator decisivo, que contribuiu para sua retirada, foi à chegada e atuação da Empresa Saudades que, como dona das terras, impulsionou a venda e forçando consequentemente a retirada para o estado vizinho ou para outros locais mais distantes.

A venda das terras ou da localidade onde estavam construídas as casas desses caboclos, também é relatado como uma prática comum, porém, a chegada da Empresa Colonizadora aponta para transformações sociais significativas e o fim do domínio caboclo nesta região. Isso evidenciou a substituição de pequenos proprietários pelo domínio da Colonizadora Saudades e de outros grupos de colonos que foram se fixando na região e estruturando uma nova forma de vida, com hábitos e culturas diferentes.

A exemplo, em Catanduva diversas casas foram construídas pelos caboclos, em locais onde hoje são pontos importantes do município, tal como a Praça Principal da Avenida Brasil e na região do Cemitério Municipal. Mais próximo à fronteira com o Paraná, mais um “rancho” se destacou, onde funcionava um monjolo, que com a chegada dos colonos migrantes, o lugar passou a abrigar o moinho Libardoni. A vila passou a se chamar Bracatinga e novas formas de organização sociais e econômicas passaram a vigorar, muitas vezes, levando à exclusão dos caboclos que ali habitavam.

Em 5 de setembro de 1951 foi expedida uma portaria, assinada pelo subdelegado do Distrito de Campo Erê, a qual designava Vicente Moraes como inspetor de quartirão da “Sede Bracatinga” (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, 2025). O documento comprova a denominação dada à localidade, logo após a chegada dos colonos.

Conforme destacam Hermann, Lessa e Krombauer (2018) é possível entender quais foram as principais atividades realizadas na região para a construção da Vila. Arnaldo Mendes e sua esposa Edith Ayda Sudbrack Mendes, nunca residiram em São Lourenço do Oeste, dirigiam a empresa de Chapecó.

Arnaldo Mendes fez a doação de terrenos para várias construções, na recém-formada Vila, a exemplo: as primeiras escolas (1949); a primeira capela (1950/1951); o primeiro hospital (1954); abertura de 360 quilômetros de estradas e para facilitar o deslocamento dos colonos que chegavam. Ainda, em 1948, autorizou a construção do barracão da empresa, o qual media 7 x 30 m², construído de bracatinga. Dando uma nova nomenclatura à Vila,

Os primeiros moradores desse barracão foram Desidério Costa e Artur Follmann, em 1948, além das famílias de Agenor Bento e de Ernesto Beuter, no início de 1949, e quase todos os primeiros colonos passaram algum tempo nesse barracão até construírem suas casas. Nele cabiam muitas famílias, pois possuíam poucos pertences. (Hermann; Lessa; Krombauer, 2018, p. 27)

O barracão da Colonizadora Saudades tornou-se um ponto de partida para impulsionar a colonização, oferecendo abrigo aos colonos migrantes e suas famílias que ali chegavam. A sua construção foi feita de madeira bracatinga. Além de abrigo, o barracão serviu de ponto comercial, suprimindo as necessidades básicas dos colonos que chegavam. Artur Follmann foi um dos responsáveis pelo comércio no barracão da empresa,

O “barracão” era o centro da povoação que se iniciava. Nele moravam os peões da Empresa Saudades e aí se instalaram os primeiros colonizadores. Tinha espaço para abrigar mais de 10 famílias. Era ao mesmo tempo hotel, hospital, farmácia e casa comercial. (Folador, 1988, p. 40)

Essencial para auxiliar no atendimento das necessidades básicas da população que chegava, o barracão simbolizava um espaço coletivo, sendo referência para o início da colonização. No entanto, havia uma relação de dependência por parte de alguns dos colonizadores que ali chegavam em relação à empresa, que controlava o acesso à moradia, ao trabalho e a esses recursos básicos necessários.

Como já citado anteriormente, as terras pertencentes a São Lourenço do Oeste faziam parte do 4º Distrito de Chapecó, que era Campo Erê. Com a chegada de mais colonos na Vila, a localidade se transformou em um Distrito de Chapecó. A Lei Municipal n.º 23, de 22 de agosto de 1951, ratificada pela Lei Estadual n.º 50, de 24 de julho de 1954, editada pela Câmara de Vereadores de Chapecó, criou o Distrito de São Lourenço. Com o aumento populacional e econômico do Distrito, o reconhecimento legal da região é estabelecido pela Lei Estadual n.º 348, de 21 de junho de 1958, elevando São Lourenço do Oeste à categoria de Município (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, 2025).

Em entrevista, Edemar Hack, fala sobre a emancipação política do município e destaca quem foram os envolvidos neste processo,

Foi em cinquenta e oito, mil novecentos e cinquenta e oito. Ah, foi eu acredito que todos, aí as forças vivas aí os comerciantes, os agricultores eu acho que todos nós que estávamos morando por aqui nos envolvemos de certa forma, no sentido de que se concretizasse essa emancipação.

O envolvimento de comerciantes e agricultores no processo de emancipação política auxiliou de várias formas. A base econômica do Distrito era a agricultura e o comércio, abastecendo a comunidade que ali se formou. Pelo engajamento comunitário, esses grupos tinham interesse direto na emancipação, buscando maior autonomia administrativa, econômica e política local. A participação ativa desses grupos contribuiu para a consolidação de uma identidade local, um sentimento de pertencimento e uma organização social própria.

3.2 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES

A região do Oeste Catarinense, marcada por uma rica diversidade cultural, foi fruto de processos históricos complexos que moldaram a sua identidade ao longo dos séculos. Dentre esses processos, a colonização e a migração levaram à formação de comunidades com definições específicas que se destacaram e que se organizaram com ideais, crenças, culturas e especificidades. Podemos dizer que as correntes migratórias de descendentes europeus, neste contexto, tiveram papel marcante nesta diversidade e em suas peculiaridades. Em geral, essas comunidades se formaram em torno da igreja, que era o centro religioso e social.

O processo migratório não trouxe para esta região apenas novos habitantes, mas também, um conjunto de valores, práticas agrícolas, organizacionais e culturais que influenciaram diretamente na forma de como se organizavam em comunidades. A agricultura familiar tornou-se peça central da colonização, resultando na base econômica e social, estruturando a vida das famílias e o modo de organização comunitária.

Assim, as práticas culturais coletivas, como festas típicas, formação de associações locais, de cooperativas agrícolas e as iniciativas educacionais, foram fortalecendo os grupos e seu sentimento de pertencimento nesse novo espaço. Bonamigo Et *al.* (2014) apresenta a definição de comunidade, com uma estrutura organizacional muito elevada, fazendo com que as famílias que a compõem exerceram papel fundamental nas relações sociais, construindo nas comunidades diferentes espaços, que permitissem às pessoas se encontrarem e assim, desenvolver coisas próprias da interação com os outros.

Nesse sentido, o município de São Lourenço encontra-se dividido em suas áreas rurais, com distritos e diversas comunidades que os integram. Com a chegada das famílias ítalas e teutas nos espaços de colonização, passou-se a uma estrutura organizacional frequentemente centrada em instituições como a igreja, associações rurais e escolas. Isso mostra a capacidade de mobilização desses grupos para enfrentar os desafios, buscando ordenar as comunidades a partir de seus princípios culturais, mantendo a história do grupo e buscando o desenvolvimento local.

Das diversas comunidades do município, duas se destacam com especificidades distintas: a Comunidade São Caetano, onde a maioria de seus habitantes é de descendência italiana, e a Comunidade de Lageado Antunes, com

sua maioria descendentes alemães. Neste trabalho a atenção maior foi para essas duas comunidades. Nas demais se abrigam pessoas de diversos grupos e mostram miscigenação cultural.

O ser humano é dotado de interações sociais e culturais, consegue se adaptar e se reconstruir social e culturalmente. Analisando Loiva (1998, p. 41) compreendemos que a memória é uma das responsáveis pela reconstrução e estabelecimento de laços afetivos e de identidade de um povo, grupo ou nação. As lembranças desses grupos estão ligadas diretamente às suas vivências, sendo assim um dos pilares centrais desta reconstrução social e cultural. Para a autora, a relação da memória está relacionada com a identidade, pois “a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo”. Nas comunidades de Lageado Antunes e São Caetano, as memórias desses colonos fortalecem os laços de identidade entre os membros da comunidade e os tornam mais coesos em seu meio, sendo transmitidos de geração em geração.

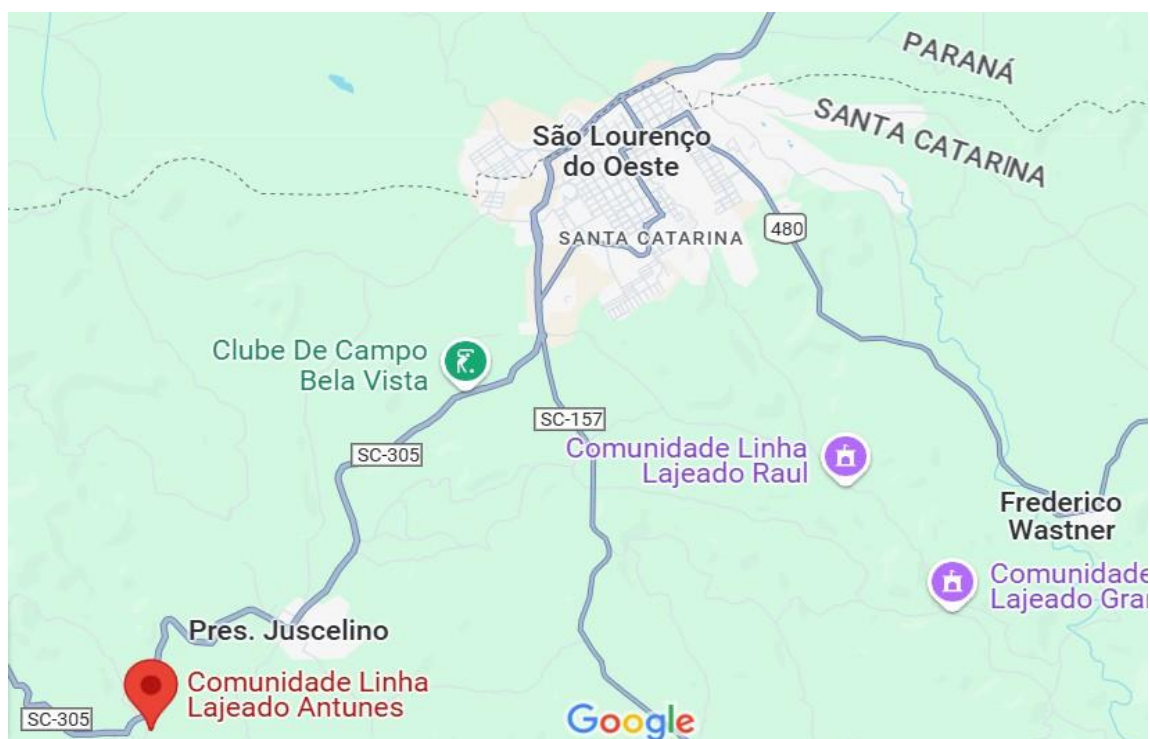
3.2.1 Descendentes alemães na Comunidade Lageado Antunes

A Comunidade de Lageado Antunes pertence ao Distrito de Presidente Juscelino, aproximadamente 14,4 km do urbano, do município. A colonização dessa localidade iniciou em 1953, quando ali chegaram os primeiros colonos migrantes, todos descendentes de alemães vindos de Montenegro, Poço das Antas, Lageado, Arroio do Meio, Boa Vista do Buricá e Candelária, no Rio Grande do Sul. Na região já havia moradores caboclos que viviam nessas terras, dos quais foram se retirando do local com o passar do tempo. Destarte, o nome da comunidade é curiosamente originado do nome de um caboclo, que prevalece até hoje

Na região já havia algumas famílias caboclas de sobrenome Antunes, as quais foram se retirando com o passar dos tempos. A identificação era feita a partir das famílias que ali moravam e por ser área de lageado. Ao se dirigir ao local, todos diziam estar indo para o “Lageado dos Antunes”. Mesmo sendo os colonos que chegavam de descendência alemã, não se preocuparam em mudar o nome da comunidade, continuando a se chamar Lageado Antunes. As famílias caboclas que ali residiam foram gradativamente se mudando para o estado do Paraná ou para outras comunidades do município, vendendo suas casas para os novos moradores. Alguns ainda trabalharam por um tempo para os colonos, auxiliando na limpeza da

área, derrubando a mata, mas, segundo relatos dos moradores, aos poucos foram se retirando. Na Figura 12, é possível visualizar a localização da Comunidade em relação ao Centro Urbano do município.

Figura 12 - Comunidade de Lageado Antunes



Fonte: Google Maps (2025a). Disponível em: <HTTPS://www.google.com/maps/place/Comunidade+Linha+Lageado+Antunes>. Acesso em 23 de agosto de 2025.

Na Comunidade de Lageado Antunes o dialeto alemão, trazido pelos colonos migrantes no século passado, ainda prevalece como forma de comunicação principal entre a maioria dos moradores, idosos, crianças e jovens falam ou compreendem o dialeto e, em geral, muito se orgulham em ainda cultivar o que lhes foi transmitido por seus antepassados. Outras manifestações culturais igualmente foram se moldando, se adaptando e se reinventando, como, festa, dança, culinária e a religião. A comunidade conta hoje com setenta e uma famílias, destas a maioria segue a religião católica apostólica romana.

A base econômica da comunidade era a agricultura familiar com foco na subsistência. Assim, a mata ainda fechada era uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos recém-chegados. Para enfrentar os desafios iniciais, as famílias eram solidárias umas com as outras, existindo entre elas uma organização voltada à ajuda mútua. Ajudavam-se quando e como podiam e o “pagamento” era em troca de

serviços ou algum produto. Isso ocorria, principalmente em determinadas épocas do ano, em que as famílias reuniam-se para ajudar nas demandas agrícolas, sobretudo nas colheitas, para que não se perdessem produtos. Esse ato solidário aproximava as famílias, auxiliando na manutenção do trabalho de forma rápida e eficiente, levando à troca de experiências, práticas e apoio emocional, diante das dificuldades próprias de ambientes rurais em que se encontravam.

A comunidade contou no início com atividades mais rudimentares para o preparo de seus alimentos, com o uso de monjolos para processar grãos. Aos poucos, diversas outras atividades foram incrementadas para suprir a demanda das famílias que gradativamente chegavam. Na Figura 13 teremos uma das serrarias montadas na comunidade para suprir a demanda de madeira para a construção das casas. As serrarias da comunidade funcionaram basicamente para atender à demanda dos colonos e menos para com a perspectiva comercial. Três serrarias foram montadas na comunidade, a primeira em 1962 pela família Bamberg, que permaneceu em funcionamento até 1982.

Figura 13 - Serraria da comunidade, 1957/58



Fonte: Família Hermes (1958). Acervo familiar.

Além das serrarias, dois moinhos foram construídos para suprir a demanda das famílias e facilitar o acesso aos produtos, levando em consideração a distância do centro do município e a dificuldade de locomoção dos moradores na época. O primeiro moinho foi construído pela família Frans, em 1969 e funcionou até 1982. Esses moinhos objetivavam atender as demandas das famílias que ali já haviam se estabelecido e das próximas que ainda viriam para a mesma localidade. Das diversas atividades desenvolvidas pelos moradores ao chegarem ao local, alguns passaram a trabalhar para a colonizadora saudades, auxiliando na medição das terras que ainda estavam sendo vendidas e em outras atividades próprias da colonização.

Na questão cultural, a comunidade se caracteriza também com algumas especificidades, conta com diversos grupos. O Coral Deutsche Stimmen (vozes alemãs), criado em 1960 por Albino Edmundo Hermes. As apresentações realizadas pelo coral, são cerca de 90% em idioma alemão.

Na questão cultural, a comunidade se destaca com algumas especificidades, pois conta com diversos grupos: o **Coral Deutsche Stimmen** (vozes alemãs), criado em 1960 por Albino Edmundo Hermes, detalhe que as apresentações são 90% em alemão; **Presépio Vivo** teve seu início em 1960/61 e ainda hoje é uma das atrações da Comunidade no Natal; e o **Grupo de Dança Heiliger Josef** (São José), o nome do grupo é uma homenagem ao santo padroeiro da comunidade. O grupo conta com as categorias infantil, juvenil e adulta, realizando as apresentações em eventos do município ou de municípios vizinhos, as danças apresentadas são de descendência alemã, com coreógrafos e figurinos próprios.

Ademais, diversos outros grupos podem ser citados, tais como: Associação de Moradores; Clube de Mães; Apostolado da Oração; Grupo Lareira; grupo de idosos; Esporte Clube Lageado Antunes; e o Esporte Clube Veteranos, tem sua representatividade junto à comunidade, auxiliando e promovendo o bem-estar dos que ali vivem e fazem parte destes grupos.

A comunidade se destaca na programação das festividades do aniversário de emancipação política do município, entre outras. A tradicional festa alemã acontece durante a semana das festividades, resgatando e apresentando um pouco da cultura que reestruturou a comunidade. A Figura 14 corresponde ao centro cultural, espaço organizado para a tradicional festa alemã que acontece anualmente na comunidade.

Figura 14 - Centro Cultural



Fonte: Comunidade Lageado Antunes (2025, on-line).

Conforme se pode observar, há uma caracterização por meio das bandeiras do Brasil, da Alemanha, do Estado de Santa Catarina e do município de São Lourenço do Oeste. O espaço, por sua vez, atua como ponto de encontro da comunidade, fortalecendo o grupo e seus laços sociais e culturais.

A I Festa Alemã foi realizada em 2005, chegará à sua XX edição em 2025, proporcionando aos participantes desfrutarem um pouco de sua história local, bem como momentos de alegria e confraternização. Os festejos tradicionalmente iniciam com a missa (rezada no dialeto alemão), seguida de almoço típico (com comidas e temperos que se destacam) e muito chopp. A programação segue com apresentações dos grupos folclóricos da comunidade, comunidades vizinhas e cidades vizinhas, as quais buscam compartilhar o momento, buscando resgatar e manter vivas suas raízes culturais. Para finalização da festa, acontece um matinê com bandas tradicionais, momento de compartilhamento de alegria, histórias e manifestações culturais específicas da região.

Os festejos tradicionalmente iniciam com a missa, rezada no dialeto alemão, seguida de almoço típico, com comidas e temperos que se destacam e muito chopp. A programação segue com apresentações dos grupos folclóricos da comunidade e

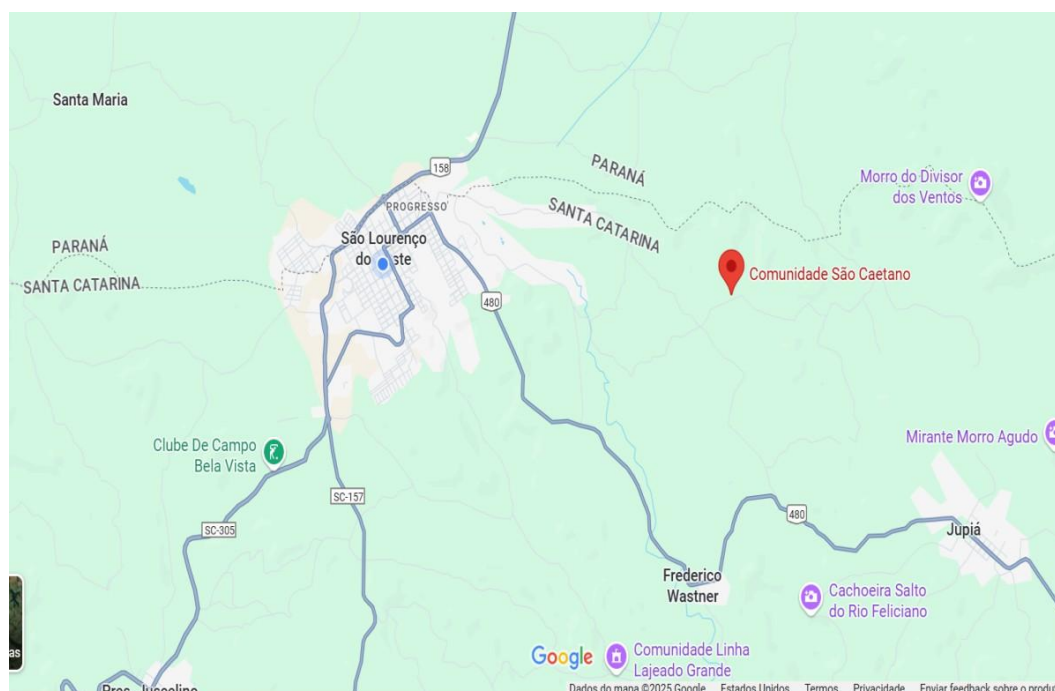
de comunidades e cidades vizinhas. São vistas como momentos significativos seja para confraternizar como para resgatar e manter vivas aquilo que entendem como suas raízes culturais.

Muitas das manifestações culturais ocorridas na comunidade foram pensadas, organizadas e se transformaram com o passar dos tempos, mas, é possível constatar que sua essência e originalidade foram fundamentadas com os primeiros colonos teutos que chegaram a esse local. Sua preservação mostra que a comunidade foi reelaborando suas manifestações culturais.

3.2.2 Descendência italiana na Comunidade São Caetano

A Comunidade São Caetano encontra-se localizada a 9,3 km do Centro da cidade, ela é formada por descendentes de italianos. (Figura 1). As cinco primeiras famílias migrantes chegaram nesta localidade no ano de 1950, eram descendentes ítalos, da região do Vêneto (Itália). As demais famílias migraram de Santa Lúcia do Piaí, Distrito de Caxias do Sul (RS). Com o passar dos anos, outras famílias foram se estabelecendo e formando a comunidade.

Figura 15 - Comunidade de São Caetano



Fonte: Google Maps (2025b) Disponível em:

[HTTPS://www.google.com/maps/place/Comunidade+São+Caetano](https://www.google.com/maps/place/Comunidade+S%C3%A3o+Caetano). Acesso em: 15 de jun. de 2025

Segundo relatos dos moradores, as terras nessa localidade foram adquiridas da Colonizadora Saudades, já que não havia moradores naquela área. O nome da comunidade foi escolhido pelos moradores vindos de outra localidade chamada São Caetano, no Rio Grande do Sul. O nome, assim como na comunidade riograndense, faz referência ao Santo padroeiro. Como forma de consolidar o nome, um dos moradores fez a doação de uma imagem do Santo. Hoje vivem na comunidade, cerca de 60 famílias, sendo aproximadamente 90% desses, descendentes de italianos. O idioma falado pelas primeiras famílias que chegaram era um dialeto ítalo trazido do Rio Grande. Atualmente as novas gerações praticamente não falam mais, apenas entendem.

Na Comunidade de São Caetano, assim como nas demais localidades do município, os migrantes colonos encontraram a mata fechada, sendo que se fazia necessário “limpar a área” para plantar ou para construir suas casas e a infraestrutura da propriedade. Para essa demanda, foi construída no local uma serraria, nos mesmos moldes e com os propósitos já descritos na comunidade anterior. Igualmente se criou um comércio que permitiu o fornecimento de itens básicos necessários.

Entre os ítalos, houve a preservação, a criação e a reinvenção dos aspectos culturais. Isso, sobretudo, a partir do desafio lançado pela administração municipal aos moradores da comunidade, em 2003, uma forma de resgate cultural e criação de festividades que os representassem enquanto grupo ítalo. No início, tais ações se resumiam a festas com culinária específica da cultura italiana.

Nesse contexto, os jovens da comunidade passaram a se organizar e ensaiar apresentações culturais para o dia da festa. Seriam apresentações culturais tidas como dos imigrantes e de seus descendentes. Assim, em março de 2003, foi criado o *Gruppo Folklorístico San Gaitano*, com o objetivo de manter vivo e difundir alguns costumes e tradições da cultura italiana, realizando apresentações artísticas e culturais em festas típicas do município e municípios vizinhos.

A Figura 16 é a representação do brasão do *Gruppo Folklorístico San Gaitano*. Os elementos representados no brasão sintetizam os valores e a tradição da comunidade. O barril de vinho e as uvas, fazendo menção à viticultura e à vinificação, práticas típicas desse grupo. A enxada representa o trabalho agrícola do colono, que fez parte da identidade e da trajetória de trabalho dos migrantes desta localidade. O casal em trajes típicos italianos faz menção às danças e festas locais

que o grupo se propunha a fazer. Na imagem central, o Santo padroeiro, evidenciando a religiosidade e a fé católica presente na comunidade.

Figura 16 - Brasão do Gruppo Folclórico, 2003



Fonte: GrupoFolclorístico San Gaitano (2023). Instagram: @gf_sangaitano. Disponível em: [HTTPS://www.instagram.com/gf_sangaitano/](https://www.instagram.com/gf_sangaitano/) Acesso em 12 de maio de 2025.

A festa italiana realizada na comunidade passou, em 2006, à coordenação do referido grupo, passando a ter regularidade a partir de então e integrando o calendário das festividades comemorativas à emancipação do município. Está em sua 19ª edição, com edições anuais. Hoje a festividade conta com decoração, culinária e danças que enaltecem aquilo visto como tradição italiana, recebendo outros grupos da região Sul, para intercâmbio cultural. As apresentações são realizadas atualmente com o traje festivo denominado *Di Canazei - Val di Fassa*.

A Figura 17 se refere a uma apresentação do grupo em dia de festa. Na atualidade, o Grupo é composto também por membros que simpatizam com a cultura, poucos são de descendência italiana. Das famílias que moram ainda na comunidade, poucos são os jovens que ficaram na localidade, muitos saíram para estudar ou trabalhar, optando por não mais fazer parte do grupo. Assim, para não deixar a construção cultural da comunidade esquecida, outros jovens e adultos que

não moram no local fazem parte do grupo. Dentre eles, alguns são descendentes de italianos, outros são apenas simpatizantes que participam ativamente.

Figura 17 - Gruppo Folklorístico San Gaitano - 2024



Fonte: Grupo Folklorístico San Gaitano (2024). Instagram: @gf_sangaitano. Disponível em: [HTTPS://www.instagram.com/gf_sangaitano/](https://www.instagram.com/gf_sangaitano/) Acesso em 15 de maio de 2025.

O Grupo conta com apoio do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, que para fortalecer e divulgar as tradições populares da cultura italiana está filiado à Federazione Folk La Serenissima. Esta federação está localizada no município de Pinhalzinho (SC) e busca reunir grupos folclóricos a fim de resgatar a cultura italiana no Brasil. Dentre suas atividades, está o ensino da língua e da arte italiana em geral. Visando promover intercâmbios culturais com federações do Brasil e do exterior. As danças apresentadas pelo Grupo de São Caetano são repassadas pelas coordenadoras, tendo como base seminários realizados pela Federação aos associados. Elas são de diversas regiões da Itália e o grupo procura manter sua forma original.

Além dos grupos citados, a comunidade conta com o Clube de Mães entre Amigas, o Esporte Clube São Caetano e Equipes de Bocha que se destacam em campeonatos municipais, e os grupos que auxiliam na organização e na união dos moradores da comunidade.

3.3 OS MIGRANTES E A IGREJA

Como na maioria dos municípios colonizados, que foram sendo formados a partir da colonização, uma das questões importantes nas vilas que se formavam era a crença religiosa, o encontro com a fé dos colonos migrantes se torna algo marcante nas comunidades. Em São Lourenço do Oeste, essa questão não foi diferente. A importância dada à fé religiosa era extremamente considerável, constituindo-se em aspecto relevante para a história da comunidade e do município. Na Figura 18, observa-se a construção da Igreja Matriz, pelos próprios colonos, que auxiliavam financeiramente ou contribuía com seu próprio trabalho. O terreno destinado à construção foi uma doação da Colonizadora Saudades.

Figura 18 - Construção da Igreja Matriz, 1960



Fonte: SCARIOTTI, Alcides Dal Alba (1960). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A Paróquia São Lourenço e Nossa Senhora das Graças, aliás, a primeira padroeira da Vila foi Nossa Senhora das Graças, só mais tarde, em 1952, é que o

padroeiro passou a ser São Lourenço. Anteriormente a esse período, as questões religiosas, bem como registros e rituais religiosos católicos, eram organizados, datados e arquivados na Paróquia de São Carlos Borromeu, localizada no município de São Carlos, a qual atendeu a Vila até 1949.

Um estudo realizado pelo Frei Ivo Lazzarotto, que levou à escrita do “Livro dos 50 anos da Paróquia São Lourenço e Nossa Senhora das Graças”, no ano de 2002, é possível observar a referência à devoção religiosa assim como a organização dos colonos que chegavam. No entanto, mostra também, que a organização cristã já estava presente anteriormente. Corroborando,

Nossa viagem, em 1938, nos levava sertão adentro, onde as mais das vezes, tínhamos de exercer as funções sacras em casas de caboclos. Acompanharam-nos o vigário, padre Antônio Revring e o padre Luís Stiffler, sacerdote da Diocese de Lages. Embora a pobreza em quase toda a parte fosse extrema e a população rude e simples, tivemos sempre o melhor acolhimento [...]. Devido à distância da sede paroquial, Campo Erê e região só podiam ser visitados uma vez por ano. Consolou-nos, porém, muito vivamente, ver o zelo do padre vigário que não abandona os míseros filhos do sertão, sem medir sacrifícios, numa viagem tão penosa como é esta, de atravessar as necessidades espirituais dos habitantes do mato [...].(Lazzarotto, 2002, p.19)

A partir da citação é possível perceber que o isolamento geográfico era grande. Compreende-se que a igreja se tornou aliada no processo de colonização. Assim, constata-se a urgência do estado e das companhias colonizadoras na colonização dessas regiões longínquas. A partir de 1950 a Congregação dos Freis Capuchinhos tornou-se os responsáveis pela organização da fé cristã no município. Eles logo coordenaram a construção de uma escola vocacional dos capuchinhos, seguido de diversas outras ramificações sacerdotais, a fim de ligar as famílias que chegavam às práticas cristãs.

Destarte,

Os capuchinhos, desde o início, procuraram movimentar as famílias no sentido de organizar e criar alguns movimentos eclesiais. Aos poucos, foram surgindo estas forças, que muito colaboraram no trabalho pastoral do vasto campo de ação em São Lourenço do Oeste. (Lazzarotto, 2002, p. 31)

O atendimento religioso às famílias da região foi organizado pelas diversas pastorais, algumas ainda hoje atuantes na paróquia e nas comunidades. Entre essas, podemos citar: apostolado da oração; sociedade paroquial; Congregação Mariana, Filhas de Maria Imaculada; ministros; pastoral da saúde; pastoral da criança, catequese paroquial; infância missionária; juventude; pastoral familiar;

renovação carismática católica; missões populares e entre outros que fazem parte da vida cristã das famílias católicas de São Lourenço do Oeste¹⁷.

Diversas foram às congregações que se instalaram no município, a fim de apoiar, incentivar e auxiliar os moradores. Diversas foram às congregações que se instalaram no município, a fim de apoiar, incentivar e auxiliar os moradores. Algumas permaneceram por um tempo curto, como é o caso da congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, que chegaram em 1953, mas se retiraram em 1955, passando às Irmãs Vicentinas, filhas da caridade. Sob o comando vicentino, foi construído o Educandário Santa Maria Goretti, dando início ao internato misto, sendo elas, as responsáveis pela educação religiosa e formação integral dos seus alunos. Em 1983, se instalou a congregação das Irmãs Salvatorianas, que assumiram os trabalhos no Hospital da Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador, com visitas e orientações à comunidade, auxiliando na formação de agentes de saúde¹⁸.

A Congregação dos Freis Capuchinhos está comemorando 75 anos de atuação em São Lourenço do Oeste. Ao todo, já passaram pela paróquia 60 padres da Congregação. Desde o início da colonização, a preocupação com a fé foi evidenciada pelas ações dos colonos que se organizavam para a continuidade dos ritos cristãos. A primeira manifestação ritual foi a primeira missa realizada em 1949 na casa de um morador da vila. Isso também levou os colonos a fazerem o pedido de um padre para atender à comunidade cristã que se formava. O pedido foi atendido em 1950, quando a congregação chegou à Vila.

Nas duas comunidades citadas neste capítulo, as questões religiosas foram fundamentais para a organização comunitária durante o período de colonização, bem como para o crescimento e fortalecimento dos grupos. Na Comunidade de Lageado Antunes, as primeiras manifestações religiosas e até casamentos foram realizados na casa do senhor Elmo Klokner, de 1955 até 1960. No ano de 1960, uma igreja foi construída pelos moradores. A partir de 1980, prestava serviço na comunidade e em outras regiões um padre chamado Luiz Müll, o qual era descendente de alemães. O pároco foi o responsável por intermediar junto ao consulado da Alemanha a busca por verbas que auxiliaram na construção da nova

¹⁷ Dados da Paróquia São Lourenço e Nossa Senhora das Graças (Lazzarotto, 2002).

¹⁸ Em São Lourenço, os chamados Agentes de Saúde, na década de 1980, recebiam formação pelas irmãs Salvatorianas, as quais tinham como objetivo principal o uso de terapias bioenergéticas e o uso de diversos tipos de chás para o tratamento. Prática utilizada na atualidade por alguns moradores.

igreja, a qual foi inaugurada em 1984. Outro fato que chama a atenção é o número de religiosos e religiosas que se formaram, entre eles, um padre e quatro freiras, dessas, duas eram irmãs de sangue.

Na Figura 19 visualiza-se a igreja, a qual foi construída com recursos vindos direto da Alemanha em 1980, e o centro cultural, construído em 2010 com verbas do governo federal, destinadas à cultura. Alguns detalhes nos traços arquitetônicos do centro cultural buscam uma semelhança com a arquitetura enxaimel de algumas regiões da Alemanha. Buscando estabelecer relação com a cultura local.

Figura 19 - Igreja e Centro Cultural da Comunidade, 2020



Fonte: Família Bamberg (2020). Acervo familiar.

Na Comunidade de São Caetano, a religião praticada era católica. A primeira igreja foi construída ainda em 1950 pelas próprias famílias de migrantes, buscando dar continuidade à fé que os acompanhava. Nos anos de 1976/77, uma nova igreja foi construída com recursos conseguidos por festas e promoções organizadas pelos moradores. Os carpinteiros, da família Gava, prestaram serviços voluntários para viabilizar a construção. Entre os moradores dessa comunidade, formaram-se dois padres e duas freiras. Na Figura 20, a igreja é representada como um marco importante da fé cristã dos moradores desta comunidade.

Figura 20 - Igreja da comunidade São Caetano, 2023



Fonte: Grupo Folclórico San Gaetano (2023). Instagram: @gf_sangaitano. Disponível em: HTTPS://www.instagram.com/gf_sangaitano/ Acesso em 25 de jun. de 2025.

A influência significativa das instituições religiosas no processo de colonização do Oeste catarinense tornou-se vital para a efetivação dos colonos nestas regiões. Nas comunidades fundadas no município de São Lourenço do Oeste, essa instituição se tornou fundamental durante o processo, moldando os aspectos culturais, sociais, educacionais e espirituais dos colonos que ali chegavam. A forma como a instituição organizou o processo de catequização e evangelização dos colonos legitimou sua presença e influenciou na formação da identidade dos grupos que se formaram. Essa prática tornou-se muitas vezes tradicional e excludente frente aos grupos populares existentes entre os caboclos que habitavam essa região.

3.4 OS MIGRANTES E A ESCOLA

Em relação às escolas, não há registro de nenhuma no município de São Lourenço do Oeste antes da data de 1949. O único apontamento encontrado é de uma escola primária localizada no Estado do Paraná, no município de Vitorino, a aproximadamente 15 km da sede do município. A escola paranaense funcionava desde 1935, fazendo parte do núcleo educacional de Clevelândia (PR). Ademais, não se encontraram relatos de que crianças ou adolescentes de São Lourenço frequentassem a escola no município vizinho.

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento individual e social das pessoas, buscando promover a igualdade, a inclusão e a cidadania, contribuindo para a formação crítica e ética da sociedade. Desde o início, os colonos migrantes se preocuparam com a educação de seus filhos. A partir da chegada das primeiras famílias de colonos em 1948/49, passou-se a organizar na vila e na sede das comunidades um espaço para a educação das crianças. No povoado Bracatinga, a primeira escola começou a funcionar em 1949, provisoriamente, em uma casa cedida para este fim. Sua primeira professora foi Lúcia D'Agostini, a qual veio do município vizinho, Vitorino, para atender à demanda educacional da vila que se formava. Nesta mesma casa também foi rezada, em 1949, o que foi indicado como sendo a “primeira missa”.

Ainda em 1949, foi construída uma nova escola, com uma estrutura física maior, para acolher os alunos da vila. Ela funcionou de 1949 até 1953, quando foi desativada. A sua estrutura física tornou-se insuficiente para o número de alunos que abrigava. Então, a partir de 1953, uma nova escola foi construída no povoado, tendo sob seu comando administrativo as Irmãs Franciscanas, vindas de São Paulo para auxiliar nas demandas educacionais da região.

O mediador principal para a vinda das irmãs foi o vigário da paróquia, Frei Fidelis de Colombo. A nova escola passou a se chamar Escola Reunida Sóror Angélica e seguiu com seus trabalhos guiados pelas Irmãs Franciscanas até 1955, passando a responsabilidade educacional para as Irmãs Vicentinas que permaneceram no município até 1965. A partir desta data, a escola passa a ser denominada Escola Básica Sóror Angélica e passa a ter como administradores, professores da rede estadual de ensino. Findando os trabalhos religiosos na escola. A nova estrutura física da escola foi construída em 1963 pelo Governo do Estado. Atualmente, a Escola de Educação Básica Sóror Angélica é uma escola de Ensino Médio do município e funciona no mesmo local de sua construção em 1963.

A partir de meados do século XX, com o avanço da colonização, diversas foram as escolas mistas criadas pelo município de Chapecó, para suprir a demanda educacional nas comunidades que se formavam em São Lourenço. Todas as escolas citadas abaixo foram estabelecidas no interior do município:

1953 - Escola Mista Municipal São Lourenço
1953 - Escola Mista Municipal Santo Agostinho

1953 - Escola Mista Municipal Linha Matão
1954 - Escola Mista Municipal São Valentim
1954 - Escola Mista Municipal Rio Taquari
1954 - Escola Mista Municipal Nova Ibicaré
1955 - Escola Mista Municipal Lageado do Leão
1955 - Escola Mista Municipal Lageado dos Antunes
1955 - Escola Mista Municipal Santa Lúcia
1956 - Escola Mista Municipal Encruzilhada dos Trento
1956 - Escola Mista Municipal São Sebastião
1956 - Escola Mista Municipal São Caetano
1956 - Escola Mista Municipal Lageado Grande.

Embora o município de Chapecó buscasse atender a demanda educacional do Distrito de São Lourenço e das comunidades que se formavam, podemos concluir que a preocupação com a educação também foi construída a partir de esforços coletivos das comunidades, em função da forte influência religiosa trazida pelos migrantes. Na Figura 21 teremos o Educandário Santa Maria Goretti, o primeiro prédio construído para atender às demandas da Educação em São Lourenço do Oeste, inaugurado em 1957. Ele foi dirigido pela congregação das Irmãs Vicentinas, entre 1956 a 1965.

Figura 21 - Educandário Santa Maria Goretti, 1957



Fonte: Paróquia São Lourenço Mártir (1957). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Ao analisar a imagem, é possível perceber algumas características. Em primeiro plano, se observam as crianças ajoelhadas, possivelmente em momento de oração. Destaca-se um cenário festivo, pelas bandeiras penduradas, ou um momento cívico importante, uma festa religiosa ou ainda uma comemoração escolar. É possível constatar a importância do Educandário, visto como um local de formação moral, religiosa e social para os moradores de São Lourenço. O educandário localizava-se no centro da vila, onde, atualmente, fica a praça principal em frente à Prefeitura municipal.

Na Comunidade de Lageado Antunes, a primeira escola foi em uma casa cedida por Elmo Klokner, morador da comunidade. O primeiro professor foi Benedito Narezzi. Em 1955, a escola passou a ser mista. Em 1958, foi construído um prédio específico para a escola na comunidade, pelo poder público. Tal escola abrigaria a demanda educacional, sendo o ensino realizado em português e em alemão, por uma professora moradora da comunidade.

Cabe destacar que os colonos migrantes que chegaram à região a partir de 1948 eram, em sua grande maioria, seguidores da religião católica. Isso explica a presença e influência educacional das congregações cristãs que fizeram parte deste processo educacional.

3.5 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Conforme observado ao longo dos capítulos anteriores, no Oeste Catarinense entre o final do século XIX e o início do século XX, observou-se uma significativa expansão capitalista. Quem passou a deter a propriedade da terra, era possuidor de um bem incalculável para a época, tendo em vista que este virou um bem comerciável. A construção da estrada de ferro, que ligava São Paulo ao Rio Grande, simbolizou o avanço deste capitalismo, fazendo com que a região passasse a ser alvo das empresas colonizadoras e de migrantes colonos. Radin e Gritti (2022, p. 22) nos ajudam a compreender essa questão:

Destarte, a disputa posta em relação ao domínio do território, se dá entre os que entendem que a terra e seu uso devem servir para atender às necessidades das pessoas, das comunidades tradicionais, daqueles que usam a terra para produzir seu sustento e se produzem enquanto cidadãos e, os que se apropriaram de generosos pedaços da natureza, transformando-os em mercadorias e utilizando-os com o fim de acumular riqueza pessoal.

Os migrantes colonos que chegaram já tinham desenvolvido uma primeira experiência agrícola no Rio Grande do Sul. Essas famílias já haviam experimentado as situações de vida em comunidades rurais e representavam uma importância significativa. Tal experiência serviu de base para a colonização de boa parte do que se passou a chamar Oeste Catarinense.

Segundo Renk e Winckler (2018), a ideia de região é uma construção social complexa, ela não existe de forma natural, mas é resultado de processos históricos. Ao mesmo tempo, essa construção é frequentemente idealizada e simplificada, para fortalecer o sentimento de pertencimento e a identidade regional.

A história de uma região é marcada por diversos planos, geopolíticos, sociais, econômicos e culturais, os quais não se encaixam perfeitamente em uma linha do tempo linear, mas se cruzam e se influenciam de maneira complexa. Quanto a essa complexidade,

Há, portanto, dificuldades em delimitar-se o Oeste Catarinense. Podemos trabalhar esse conceito por aproximação. Para não procurar a gênese da gênese, podemos tomar como ponto de partida a Lei de Terras, de 1850, e sua regulamentação, quando áreas são legalizadas nessa fronteira por serem terras de campo e campina: a Campina do Gregório, as terras do Goio-En e as fazendas de criar de Campo-Erê. (Renk; Winckler, 2018, p. 10)

Assim, diversas transformações ocorreram ao longo do tempo. As fazendas de criação de Campo Erê, e nesse contexto, a Fazenda Saudades, tornaram-se ponto de chegada de novos grupos. Nesses espaços se deu o desenvolvimento de atividades econômicas e a intensificação da ocupação do espaço pelos colonos migrantes.

Os colonos que chegaram tinham como base econômica a agricultura com foco na subsistência, associada à criação de animais. A forma como foram realocados no território era semelhante à das colônias anteriores, com características voltadas para a pequena propriedade. No entanto, a necessidade de adaptação às condições locais e a busca por complementar e aumentar a renda levou a uma diversificação das atividades.

A prática da apicultura, com objetivo comercial, foi uma das adaptações, bem como a fabricação de bolachas e cucas caseiras (alemãs), com receitas passadas de geração para geração e trazidas pelos seus antepassados da Alemanha. Aliás, situações como essas foram transformadas em uma fonte econômica na

Comunidade de Lageado Antunes, tornando-se atividade típica na comunidade e ajudando a suprir a demanda econômica das famílias.

A Figura 22 apresenta um grupo de mulheres em frente a uma banca com doces artesanais, sob uma tenda em ambiente externo. Essa prática das mulheres servia para gerar alguma renda extra para as famílias. A exposição e venda desses produtos geralmente era realizada em feiras no município ou em municípios vizinhos. Os produtos expostos incluem bolachas, cucas e bolos, muitos deles tradicionais da culinária alemã, assim como doces de mel, conforme indica o cartaz exposto.

Figura 22 - Venda de bolachas e cucas caseiras em feiras, 1980



Fonte: Família Hermes (1980) acervo familiar.

O cenário retratado mostra a dinâmica desenvolvida em comunidades da região Sul. A partir da segunda metade do século XX, quando as famílias migrantes passaram a diversificar suas fontes de renda, a culinária, principalmente, tornou-se um dos produtos de maior comercialização. A atuação das mulheres nesse meio reforça o aspecto do trabalho familiar e a valorização das tradições culinárias repassadas de geração em geração. Por outro lado, o ambiente comunitário revela

uma pequena produção, voltada para o comércio local, típica da economia rural da época.

Por sua vez, a Figura 23 mostra apicultores recolhendo ou preparando suas caixas e quadros de colmeias para a produção de mel e própolis. A apicultura também era uma das atividades rurais desenvolvidas como fonte econômica rural da época. O mel, além de ser um produto alimentar, pode ser utilizado em receitas culinárias, tornando-se assim fonte de renda dos colonos nessa região, comercializado *in natura*. A prática e o manejo das colmeias permitiram que pequenos agricultores complementassem a renda, incorporando elementos de tradição e inovação, fazendo adaptações para o mercado.

Figura 23 – Apicultura, 1980



Fonte: Família Hermes (1980). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A partir da década de 80, intensificou-se na comunidade a criação de porcos, levando a prática e ao comércio de salame. Aliás, a produção de salame até os dias atuais é fonte de renda para os pequenos agricultores, suprimindo a demanda nas festas.

Constata-se que o processo de adaptação das famílias da comunidade foi estabelecido pelas demandas econômicas no dia a dia dessas famílias que buscaram suprir as necessidades básicas além da agricultura de subsistência. A fabricação de bolachas e cucas típicas reuniu gerações, conectando os familiares através das receitas compartilhadas ao longo do tempo.

A prática da apicultura teve seu papel econômico e comunitário, fortalecendo laços de parentesco e vizinhança no manejo das colmeias, na colheita e na comercialização. Da mesma forma, a criação de porcos, além de garantir alimento, passou a ser fonte de renda e orgulho comunitário, pois o comércio de salame e outros derivados tornaram-se presença nas festas e reuniões familiares, sustentando ainda hoje a vida rural dessas famílias. O aumento da criação de suínos foi influenciado pela expansão da atividade na região, promovida pela indústria frigorífica.

Nesse contexto, é possível compreender que as relações comerciais e as práticas capitalistas estão interligadas entre os costumes locais e familiares. Na região Sul do Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, o avanço das grandes agroindústrias e as dinâmicas capitalistas não apagaram as tradições herdadas dos antepassados, mas as transformaram no cotidiano das pequenas comunidades. O resultado foi uma economia rural marcada pela força do trabalho coletivo e familiar, pela presença de valores culturais, celebrações, memórias e identidade. Marcando o surgimento de uma etapa de capital e comércio.

Na Comunidade de São Caetano, as diversas famílias que chegaram, desde o início, perceberam a necessidade de desenvolver atividades que pudessem complementar a renda. A maioria destas famílias trabalhava com agricultura familiar, outras passaram a se dedicar à produção e venda de produtos coloniais, criação de gado leiteiro e gado de corte. Na década de 1960, buscando suprir a demanda dos colonos, foi criado um abatedouro de carnes e peixes, uma das fontes econômicas atuais dos moradores que ali ainda residem.

No entendimento de Renk e Winkler (2018) pode-se compreender a prática de diversos ofícios desempenhados pelos migrantes recém-chegados na região, como a marcenaria, a ferramentaria, a produção de alimentos e bebidas, demonstrando a versatilidade dos colonos quanto à autossuficiência nas áreas mais remotas do Estado. O extrativismo da madeira tornou-se necessário para a fixação e desenvolvimento dessas áreas. A abertura de estradas e de áreas para a agricultura

ou, até mesmo, como forma de pagamento pelas terras adquiridas, tornou-se uma das atividades que contribuiu como fonte de renda familiar e expansão da fronteira agrícola dentro deste território.

Desta forma, a organização socioeconômica da região de São Lourenço do Oeste foi marcada pelo modelo agrícola de pequenas propriedades, as quais mostravam gradativo desenvolvimento. A base econômica foi semelhante às áreas de colonização próximas, tendo a terra como fonte principal, porém se destacou com outras fontes que auxiliaram para o crescimento e o desenvolvimento da região e do município. Das diversas famílias que chegaram, algumas se destacaram na área do comércio, dando uma dinamização econômica diferente à vila.

Uma das famílias que se destacou no comércio, foi a família Libardoni. A qual fundou em 1950 a Firma Libardoni, uma sociedade familiar que buscou suprir as demandas comerciais do distrito. Diversas foram às atividades econômicas desenvolvidas pela família. De início, a lavoura, a criação de porcos e gado, e por fim, o comércio. Sendo essa uma dinâmica própria das áreas de colonização em pequenas propriedades. Além do comércio com os colonos que ali chegavam, o comércio expandiu-se aos caboclos que habitavam a região.

Um trecho da entrevista de Paulo Libardoni nos ajuda a entender esse avanço comercial e quais as demandas de cada grupo. Ao ser questionado sobre o que mais vendia em seu estabelecimento, o entrevistado responde:

Ah, eu comprava um caminhão de mercadoria em oito dia tava vendido tudo, comprava chapa de fogão, capa, pelego, Guaíba trazia fardo de pelego e trazia chapa de fogão, depois comecei vende fogão, capa, capa Ideal, capa Cruzeiro fabrica da Ideal, Cruzeiro aí pero de Caxias. Vendia em quantia, cada um que tinha um filho, dezesseis ano fazia uma roça comprava o pelego, zareio eu ia compra em Pato Branco no seleiro, grande amigo, hoje é morto, vendero muito zareio, tal de Irineo Beltrame, grande amigo.

Com a variedade de utensílios comercializados, descrito pelo entrevistado, é possível relacionar que o consumo estava diretamente ligado aos ciclos familiares e produtivos. Para cada filho que atingisse certa idade, novos equipamentos de trabalho eram adquiridos, demonstrando uma estrutura familiar diretamente voltada às demandas agrícolas, a qual ia se reproduzindo. Relatam ainda, quais eram os produtos adquiridos pelos migrantes e os instrumentos trazidos por eles no início da colonização:

Migrante comprava vaca, junta de boi, trazia arado de lá, tinha algum trazia inchada, foiça de lá, que aqui não tinha ferreiro bom comprava trazia, vinha ve a terra, dizia aqui, faça como eu, eu truxe sal de lá.

Quando se refere ao colono migrante, o entrevistado deixa claro outra demanda relacionada à agricultura, mas com estratégias voltadas ao trabalho mais intenso da lavoura. Ao trazer suas ferramentas de trabalho das colônias antigas, demonstra uma dinâmica organizacional diferenciada dos caboclos que ali residiam.

Uma das atividades econômicas estabelecidas no Oeste Catarinense foi a criação de suínos, atividade que com o tempo, tornou-se vantajosa, além de suprir a demanda das famílias, intensificou o comércio local e regional. A criação do porco solto foi o que se seguiu, tornando-se favorável ao ambiente e uma das principais fontes de renda. Brandt (2015, p. 308) em seus estudos sobre a criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina relata,

Juntamente com a abundância de recursos florestais disponíveis, outro fator que pode explicar a adoção do porco é sua capacidade de conversão de seu alimento em carne e banha, em comparação aos bovinos. Os porcos convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bois. Tal fato fez com que a criação de porcos fosse considerada vantajosa, não apenas por exigir menos manejo, mas também pela capacidade de conversão de seu alimento em carne e banha, e com redução do tempo necessário para a comercialização, que poderia ser até de um ano. Vantagem da qual também os fazendeiros das áreas de campos se aproveitavam, utilizando para isso seus capões e florestas.

Em comparação à criação de suínos e bovinos, o autor esclarece a dinâmica alimentar e a propagação comercial que a criação de suínos teria sobre a criação de bovinos diante do processo de colonização desta região. Percebe-se que a suinocultura surge não apenas como uma adaptação à abundância florestal, mas como uma estratégia produtiva, uma atividade econômica que favoreceu as demandas da agricultura familiar e expandiu-se gradativamente ao comércio.

A criação e o comércio de suínos foram tomando seu lugar central nas questões econômicas da firma Libardoni. A Figura 24 mostra um número expressivo de suínos, indicando uma produção em escala comercial, além do consumo familiar, sugerindo uma transição entre a produção de subsistência para um modelo de excedente comercializável. Esses rebanhos eram conduzidos a pé até os centros consumidores. Os rebanhos da Firma Libardoni eram tropeados até Palmas (PR).

Figura 24 - Arrebanhamento de suínos pela firma Libardoni, 1954/1955



Fonte: SCARIOTTI, Alcides Dal Alba (1955). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A família Libardoni diversificou suas atividades, além do comércio, agricultura e suinocultura, deu início à fabricação de farinha de trigo, iniciando com um moinho rudimentar, até expandir a produção com tecnologias avançadas. O moinho transformou-se na Empresa Nutrisul e passou a produzir a farinha Libardoni, marca que prevalece até a atualidade. Hoje é reconhecida nacional e internacionalmente como Casaredo. A Figura 25 mostra a construção do prédio comercial da Firma Libardoni, que a nível local é vista como sinônimo de prosperidade e poder econômico da família.

Figura 25 - Construção do prédio comercial Libardoni, 1958



Fonte: LIBARDONI, Francisco (1958). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em 1972, foi fundada no município a Indústrias Alimentícias Parati, fábrica de massas e biscoitos, uma empresa criada por Ângelo Fantin, colono migrante italiano. A indústria foi fonte de renda familiar, expandindo e auxiliando no crescimento econômico do município, principalmente na geração de empregos. A mesma foi vendida à multinacional americana Kellogg's em 2016, mantendo os produtos originais e demais produtos da marca.

Outra atividade econômica praticada pelos colonos era a criação de gado. Inicialmente destinado para o comércio em centros mais avançados como Porto União, Castro e Ponta Grossa, no Paraná. Com os anos, o gado passou a ser comercializado no próprio município com a criação de alguns abatedouros e logo as possibilidades foram ampliadas, dando início às bacias leiteiras do município. Na atualidade, a produção de leite se constitui numa fonte de renda e comércio de destaque. Na Figura 26, é possível visualizar uma tropa de gado sendo conduzida para um abatedouro.

Figura 26 - Rebanho pronto para o transporte - 1960



Fonte: SCARIOTTI, Alcides Dal Alba (1960). Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Ao fundo da imagem, é possível visualizar as construções, aparentemente construções feitas por famílias com melhores condições econômicas a partir das décadas de 1960 e 1970. Ainda é possível observar a mata ao fundo, aos poucos sendo devastada para dar lugar às novas moradias ou plantações.

Outra atividade econômica estabelecida prevalecente até os dias atuais são as madeireiras. De início, as serrarias, as primeiras trazidas pela colonizadora para suprir a demanda dos colonos que chegavam. Posteriormente, essas mesmas serrarias foram sendo anexadas nas comunidades pelos próprios colonos, com o propósito de auxiliar nas construções de suas casas.

Vendo possibilidades comerciais, alguns desses colonos passaram a se dedicar ao ramo madeireiro e moveleiro, fábricas que atuam no ramo ainda hoje no município. Podemos citar como a mais antiga e que também iniciou com vínculos familiares, a Móveis Grobe Limitada, fundada em 1967, que se especializou na fabricação de móveis comercializados em todo o Brasil. A empresa manteve suas atividades até 1996.

Outras madeireiras contribuíram para dar impulso econômico ao município. Entre elas, podemos citar: Madeireira Perazoli, fundada em 1966 pela família

Perazoli e atuante até o momento. A Indústria de Madeiras Guarani, fundada em 1973, atuante até os dias de hoje. Diversos outros comércios e indústrias surgiram e auxiliaram no crescimento econômico, gerando empregos e auxiliando na arrecadação local. Um fato importante para o crescimento e desenvolvimento do município.

A partir da emancipação política do município em 1958, é possível notar que a agricultura familiar foi preponderante, pois ela possibilitou e consolidou as oportunidades comerciais e a diversidade econômica do município, passando a suprir as necessidades básicas de muitas famílias. Entretanto, com a trajetória de algumas famílias, é possível compreender de uma forma mais clara a exploração capitalista.

As atividades tradicionais expandiram para o setor industrial, principalmente por meio da produção e comercialização. A evolução de práticas ou de instrumentos rudimentares para empresas de grande porte demonstra a transformação de capital agrícola em capital industrial e mercantil, consolidando marcas e expandindo a acumulação e concentração deste capital em mãos privadas, refletindo em poder econômico local. Essa dinâmica buscou a ampliação da produção não apenas para o consumo do município, mas também por explorar e atingir mercados regionais e nacionais, consolidando o controle produtivo do sistema capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as reflexões dessa dissertação buscam elucidar situações ocorridas dentro dos limites do Território Contestado, que no contexto da passagem do século XIX ao XX esteve envolvido em disputas territoriais internacionais e nacionais. Esse cenário trata especificamente da atuação da Colonizadora Saudades e do processo de colonização do município de São Lourenço do Oeste, por migrantes colonos teutos e ítalos.

A Guerra do Contestado, com desfecho sangrento, foi resultado de concessões, desapropriações e conflitos sociais pela posse das terras, que se agravaram a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. A busca pela modernização e inovação, por parte dos governantes, levou à expansão das fronteiras e à reocupação de regiões do atual Oeste Catarinense, intensificando o processo colonizador desta região. Nesse processo, as empresas colonizadoras exerceram um papel marcante, pois se formaram e se apresentaram para efetivar a colonização desta região.

Compreendendo a atuação das colonizadoras nesse processo, contudo aprofundamos a análise especificamente sobre a Colonizadora Saudades, agente central da colonização local, pela venda das terras e na indução da organização econômica da área que constituiu o município de São Lourenço do Oeste. Nesse olhar, buscamos elucidar as estratégias utilizadas pela empresa e destacamos os aspectos principais desta colonização.

A Empresa Colonizadora se constituiu a partir de uma sociedade, em 1944, iniciando sua atuação na venda das terras do município, em 1948, quando promoveu a vinda dos primeiros migrantes. A empresa teve diversas nomenclaturas e, dos sócios fundadores, poucos atuaram no local onde se formou a Vila. Isso mostra que tais sócios buscavam o lucro na venda das terras que haviam adquirido com a formação das referidas sociedades. Alguns nomes, como Arnaldo Mendes, aparecem desde o início, tornando-se uma das figuras mais estratégicas desses contratos de sociedade.

A última sociedade da empresa colonizadora na região foi uma sociedade fechada, encerrada nos anos 2000. Embora ela fosse uma sociedade fechada, documentos analisados evidenciam que os últimos lotes comercializados no

município estavam em nome de Arnaldo Mendes, seus filhos Jarbas Mendes, Juarez Mendes e Jader Mendes e, de seu genro, Paulo da Rosa Costa.

A expansão do domínio territorial não se deu apenas por meio de aquisição e comercialização de terras, mas igualmente pela interação entre agentes econômicos, migrantes europeus e populações caboclas, envolvidos direta ou indiretamente no processo. Ao estudar sobre a migração e o entendimento acerca da troca cultural ocorrida entre os caboclos que habitavam essas terras e os colonos, nos dá elementos para compreendermos as peculiaridades de ambas as culturas ao longo do processo colonizador. Os migrantes, tomando posse de um território já habitado, estabeleceram novas regras, organizações políticas, econômicas e culturais que traziam, das colônias velhas, excluindo o que era considerado “diferente” de suas raízes migratórias.

No município de São Lourenço do Oeste, a data estabelecida como o início da colonização foi o ano de 1948, mesmo que não tenha sido exatamente o período da chegada das primeiras famílias de teutos e ítalos. Essas famílias foram vistas como “pioneiras” na formação das comunidades locais, não considerando as demais famílias. Ao examinar esses fluxos migratórios, notou-se a atuação dos diversos grupos que se instalaram na vila e nas diferentes comunidades do município, com especificidades distintas.

Duas comunidades foram analisadas com um olhar específico, voltado para suas raízes culturais e a forma como se organizaram enquanto grupo a partir do momento em que chegaram às referidas áreas. Na Comunidade de Lageado Antunes, a migração predominante foi de descendentes de alemães. A cooperação e ajuda mútua entre as famílias constituíram uma forma que favoreceu a fixação na nova terra. Ao trazerem um pouco dos ensinamentos de seus antepassados, buscaram replicar aqui manifestações culturais que, segundo eles, os definem e que os diferenciam dos demais grupos do município.

No decurso da pesquisa, os moradores da comunidade se mostraram abertos ao diálogo, dando acesso a diversos documentos e contando detalhes que enriqueceram a pesquisa. Eles relataram as práticas sociais desenvolvidas por esse grupo de moradores e como eles moldaram a comunidade desde 1953, quando as primeiras famílias chegaram e deram início a uma experiência cultural e social específica. Da mesma forma, se destacaram as práticas econômicas estabelecidas

pelas famílias, as quais auxiliaram nas demandas da comunidade e os definiram enquanto grupo. Assim, contribuindo para o crescimento econômico do município.

Na Comunidade de São Caetano, a dificuldade em acessar documentos e detalhes de sua trajetória foi um empecilho para detalhar com mais precisão a chegada das primeiras famílias de descendentes de italianos. As informações sobre a experiência desenvolvida, sobre as formas de organização cultural estabelecidas pelas primeiras famílias que ali chegaram em 1950, ficaram mais defasadas e fragmentadas. Por isso, a ênfase foi maior para os aspectos que os definem atualmente. Assim, esse resgate histórico deixou lacunas, que evidentemente deixariam a descrição mais relevante.

Uma das manifestações que se estabeleceu como primordial desde o início da colonização, para ambos os grupos, foi a questão religiosa. Esta fez conexões com os grupos migrantes católicos e se transformou em uma aliada para organizações culturais e educacionais das famílias que chegavam. O número de congregações católicas presentes no município desde o surgimento da vila até os dias atuais nos ajuda a compreender como tal cultura prevalece e é carregada de simbolismos e crenças que foram moldando a sociedade de São Lourenço do Oeste. Nesse sentido, a religião se fez presente na educação das crianças e jovens do município, através da atuação das suas congregações na organização e oferta da educação moral, cívica e cultural para as famílias do município.

O processo de expansão capitalista no Oeste Catarinense, a partir do final do século XIX e início do XX, transformou a relação com a terra e o modo de produção regional. O que antes era para o meio de subsistência e uso comunitário foi se transformando e tendo o sentido de mercadoria, símbolo de poder e interesses capitalistas.

Outrossim, o processo colonizador, em seus aspectos socioeconômicos, não foi homogêneo, manifestando-se no desenvolvimento de atividades econômicas diversas da agricultura familiar, como a apicultura, a suinocultura e criação de gado para o comércio, entre outras. Além disso, atividades como o comércio varejista e indústrias familiares foram incorporando inovações tecnológicas, sendo que algumas se tornaram empresas com relativo porte, gerando renda e emprego, auxiliando no crescimento econômico do município. Isso foi possível em decorrência da forma como se deu o processo de colonização, aliada à capacidade de adaptação e inovação dos colonos migrantes.

Essa diversidade econômica, foi além da agricultura familiar, refletiu em um processo de acumulação de capital, fazendo com que a região tenha destaque regional, nacional e internacional, principalmente a partir do avanço agroindustrial e da expansão da indústria alimentícia e moveleira. Demonstrando que a economia não era apenas de subsistência, era também uma economia mercantil.

Esse panorama econômico e social que se desenvolveu na região foi se consolidando a partir da forma como o processo migratório foi sendo organizado. O perfil e a organização dos colonos que migraram para esta região foram importantes para o desenvolvimento econômico. A experiência agrícola já adquirida anteriormente favoreceu a diversificação da produção e levou à ampliação do comércio local, possibilitando a acumulação de capital. Dessa forma, a migração não apenas forneceu mão de obra, mas foi a base central para o crescimento econômico local.

As práticas desenvolvidas pelos colonos, em pequenas propriedades agrícolas, tornaram-se a base da economia do Sul do Brasil, principalmente pelo modelo colonizador estabelecido, especialmente no oeste de Santa Catarina. Essas pequenas propriedades diversificaram a produção, com alimentos básicos de subsistência ou produtos de maior valor. Esse modelo foi fundamental para garantir a segurança alimentar das comunidades onde estavam inseridas, fortalecendo o comércio local e regional. Além disso, essa atividade em pequena escala contribuiu e estimulou práticas sustentáveis, como a agricultura orgânica, buscando manter a preservação de suas tradições culturais.

Assim, nota-se a formação de setores que viabilizaram o desenvolvimento econômico desta área de atuação da Colonizadora Saudades, suas estratégias de colonização, fundamentadas nas produções das pequenas propriedades, voltadas para a agricultura familiar. Por conta dessa atuação, é possível identificar os impactos sociais. Entre os principais efeitos, podemos perceber a transformação das relações sociais estabelecidas pela organização da vida em comunidade dos colonos que ali se fixaram e de suas atividades produtivas. Uma nova estrutura social se formou, levando a uma divisão entre os colonos proprietários de terras e os trabalhadores, esses, os caboclos que já habitavam a região.

Culturalmente, a colonização trouxe uma valorização das tradições incorporadas pelos migrantes, a produção e as celebrações que os identificam como alemães ou italianos, ou até mesmo, como famílias que se destacaram

economicamente através do comércio local. Fomentando a criação de redes sociais de cooperação e ajuda mútua entre esses colonos. Ao mesmo tempo, levou ao deslocamento de grupos menos favorecidos, dentro de um contexto de hierarquias, posições sociais, posse das terras e acúmulo de capital.

É importante reconhecer que o assunto é amplo e outras pesquisas podem ser aprofundadas com diferentes questões pertinentes ao processo de colonização da região. Inúmeras possibilidades ainda podem ser exploradas. As questões religiosas e educacionais, por exemplo, podem ser analisadas com mais afinco, para apresentar as contribuições às transformações sociais e culturais da sociedade lourenciana. E assim, contribuir com a historiografia local e regional.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos Econômicos Regionais modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

Beltrão, Tatiana. Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado. **Agência Senado**, 1 jul. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 11 set. 2025.

BONAMIGO, Carlos A. *et al.* **História, abordagens culturais e poder**. Francisco Beltrão: Ed. Jornal de Beltrão S/A, 2014.

BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina, estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Obra jurídicas LTDA., 2000.

BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização**. 2007. Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos" à solta" na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 303-322, 2015.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996-12-20;9394>. Acesso em: 15 set. 2025.

COMUNIDADE DE LAGEADO ANTUNES. **Acervo fotos**. Facebook, 2025. Disponível em: https://www.facebook.com/lageadoantunes/?locale=pt_BR. Acesso em: 23 set. 2025.

CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia história**, v. 28, p. 849-869, 2012.

FOLADOR, João David. **História de São Lourenço do Oeste e do Oeste Catarinense**. São Lourenço do Oeste: Tipografia Cruzeiro LTDA., 1988.

FRIGO, Daiane. **O processo colonizatório e as relações interétnicas na Fazenda Saudades, Oeste Catarinense**: memória, identidade e patrimônio. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2019.

FRIGO, Daiane; CARBONERA, Mirian; MORETTO, Samira Peruchi. REDESENHANDO Territórios: o processo colonizatório da Fazenda Saudades no Oeste Catarinense, no início do século XX. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 15, n. 1, p. 204-220, 2022.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GOOGLE MAPS. **Comunidade Lajeado Antunes**. 2025a. 1 mapa. color. Disponível em:

https://www.google.com/maps/place/Comunidade+Linha+Lajeado+Antunes/@-26.3946087,-52.9703148,12z/data=!4m6!3m5!1s0x94fab9cd03242b13:0x90571d17e3c19c18!8m2!3d-26.4350441!4d-52.9226578!16s%2Fg%2F11fwjfzj9y?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDIxOS4xIKXMDSOASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 15 set. 2025.

GOOGLE MAPS. **Comunidade de São Caetano**. 2025b. 1 mapa. color. Disponível em:

https://www.google.com/maps/place/Comunidade+S%C3%A3o+Caetano/@-26.360304,-52.8446455,12.94z/data=!4m6!3m5!1s0x94fab313ed85df17:0xa0da50b5dc7696f4!8m2!3d-26.3614727!4d-52.7792256!16s%2Fg%2F11s5t7l6t1?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDkwMy4wIKXMDSOASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 15 set. 2025.

GRUPO FOLKLORÍSTICO SAN GAETANO. **Acervo fotos**. Facebook, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/gfsangaitano/>. Acesso em: 23 set. 2025.

HERMANN, Éderson; LESSA, Kalu Moraes; KRONBAUER, NelíBastezini (Orgs.). **São Lourenço do Oeste em Memórias**. São Paulo: Eireli EPP, 2018.

HERMANN, Éderson; REGERT, Fabio Henrique; KRONBAUER, NelíBastezini; GRACIOLLI, Samara Gracioli (Orgs.). **As histórias por trás das denominações dos espaços públicos de São Lourenço do Oeste**. São Paulo: CS Eireli EPP, 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidade São Lourenço**. Rio de Janeiro: IBGE Cidades, 2025.

LAZZAROTTO, Ivo Maria. **Paróquia São Lourenço e Nossa Senhora das Graças – 1952 – 2002**. São Lourenço do Oeste: Gráfica e Editora Cruzeiro, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do contestado, 1912 – 1916**. Campinas: Unicamp, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A questão de terras no Contestado: diversidade de conflitos e motivações. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 13, p. 608-626, 13 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.5013>

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MATHIAS, Herculano Gomes; PIAZZA, Walter. **Contestado**. Rio de Janeiro: Index, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEUMANN, Rosane Marcia. E/imigrações: representações do Sul do Brasil no discurso da intelectualidade alemã (1896-1918). *In: Migrações: fronteiras, territórios e culturas*. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 119-138.

NODARI, Eunice Sueli. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras, Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFFS, 2009a.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. **História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 1, p. 135-149, 2009b.

NODARI, Eunice Sueli. **As florestas no Sul do Brasil**: história ambiental, fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. São Paulo: Garamond, 2012.

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO. **I questões de limites República Argentina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/969-Obras_do_Barao_do_Rio_Branco_I_Questoes_de_Limites_-_RepUblica_Argentina.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **O descobrimento dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no sul do Brasil (1841-1853)**. 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/site/anaiscomplementares?impressao>. Acesso em: 13 set. 2025.

PIAZZA, Walter Fernandes. **1925**: A colonização de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. **História**. 2025. Disponível em: <https://saolourenco.sc.gov.br/municipio/historia/>. Acesso em: 23 set. 2025.

RADIN, José Carlos. Questão agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos** v. 18, n. 2, p. 143–163, 2015.

RADIN, José Carlos. **Fronteiras na história atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: Ed. UFFS, 2021.

RADIN, José Carlos; GRITTI, Isabel Rosa (Orgs.). **Eternos Migrantes: em busca da terra prometida**. Passo Fundo: Acervus, 2022.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**, v. 31, n. 49, 2018.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Produção Acadêmica**, v. 1, n. 2, 2016.

SANTA CATARINA. **Lei n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917**. Dividindo em quatro municípios o território que passa para jurisdição do Estado em virtude do acordo homologado por lei da República n. 3.304 do corrente mez. Florianópolis, SC, 1917. Disponível em: [Lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917 - Memória TJSC](#) Acesso em: 13 set. 2025.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. **Acervo de fotos cedidas por moradores**. São Lourenço do Oeste: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, 2025.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (Orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Passo Fundo: EDIUPF, 2023. 6v. Disponível em: https://ppghistoria.furg.br/images/E-books/colonos_colonias_e_colonizadoras-EBOOK-PDF.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil, a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado: 1906 - 1916**. 301 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

VALENTINI, Delmir José. Cidades Santas ou redutos: igualdade, fé e fraternidade. *IN: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (Orgs.). A guerra santa do Contestado tintim por tintim*. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WIKIPEDIA. **Mapa de São Lourenço do Oeste**. 2025. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina_Municip_SaoLourencodoOeste.svg. Acesso em: 23 set. 2025.